

RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL 2008-2011



Ministério das Cidades



**PLANO PLURIANUAL
2008-2011**

RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO

Ministério das Cidades

EXERCÍCIO 2011

ANO BASE 2010

**Brasília
2010**

ÍNDICE

Apresentação	4
Sumário Executivo	5
Avaliação dos Programas	9
Descentralização dos Sistemas de Transporte Ferroviário Urbano de Passageiros	10
Fortalecimento da Gestão Urbana	23
Habitação de Interesse Social	29
Habitação de Mercado	35
Mobilidade Urbana	40
Qualidade e Produtividade do Habitat - PBQP-H	45
Reabilitação de Áreas Urbanas Centrais	51
Segurança e Educação de Trânsito: Direito e Responsabilidade de Todos	57
Serviços Urbanos de Água e Esgoto	63
Urbanização, Regularização Fundiária e Integração de Assentamentos Precários	76

APRESENTAÇÃO

A contínua melhoria da qualidade das políticas públicas e sua efetividade junto à sociedade é um princípio que eleva os desafios para a gestão pública e ressalta a importância da avaliação da ação governamental. Nesse sentido, os resultados apresentados no Relatório de Avaliação do PPA 2008-2011 devem ser debatidos, de modo a permitir o avanço da democracia na interação entre o Estado e a Sociedade.

A fim de cumprir o disposto no art. 19º da Lei nº 11.653, de 07 de abril de 2008 e o Decreto nº 6601 de 10 de outubro de 2008 que trata do modelo de gestão do Plano Plurianual 2008-2011, coube aos órgãos do Governo Federal elaborarem a avaliação dos Objetivos Setoriais e dos Programas sob sua responsabilidade. O produto do trabalho é resultado das atividades realizadas em conjunto com gerentes dos programas e equipes técnicas no âmbito dos órgãos responsáveis por programas de Governo, que são integrantes das Subsecretarias de Planejamento, Orçamento e Gestão (SPOA), das Unidades de Monitoramento e Avaliação (UMAs) e das Secretarias Executivas.

As avaliações versam sobre os resultados provenientes da implementação dos programas de cada órgão e incluem demonstrativos físicos e financeiros dos valores referentes às ações desenvolvidas, tanto no âmbito do próprio órgão responsável quanto em outros Ministérios, no caso dos programas multissetoriais. Esse relatório confere maior transparência em relação aos resultados da aplicação dos recursos públicos federais. Além disso, facilita a compreensão e a prestação de contas à sociedade, gerando assim informações para os debates necessários à promoção da melhoria da qualidade da ação pública e de seus resultados para a sociedade brasileira.

SUMÁRIO EXECUTIVO

Em 2010, do total previsto para o(a) Ministério das Cidades (MCID), foram utilizados **R\$ 2.633.417.132,57** para a execução dos programas e das ações sob sua responsabilidade, de acordo com o quadro a seguir:

Autorizado (LOA + Créditos): R\$ 16.200.331.984,00	Empenho Liquidado:	R\$ 2.633.417.132,57
	Pago Estadais:	-
	Total:	R\$ 2.633.417.132,57
Previsto não-orçamentário	Realizado não-orçamentário	
R\$ 31.350.000.001,00	R\$ 93.012.018.074,90	

Além disso, do total de **R\$ 9.542.396.151,20** inscritos em restos a pagar, relativo ao exercício de 2009, foram executados **R\$ 3.011.841.760,14**, ou seja, **31,56 %**.

Na execução orçamentária dos programas sob responsabilidade do(a) **Ministério das Cidades (MCID)**, no período do PPA 2008-2011, verificou-se a seguinte distribuição dos percentuais na participação dos valores realizados anualmente:

Tipo	Programa (Código/Denominação)	2010		
		Previsto	Realizado *	%
Finalístico	1295 Descentralização dos Sistemas de Transporte Ferroviário Urbano de Passageiros	1.363.304.685,00	954.282.511,97	70,00
	9991 Habitação de Interesse Social	209.194.702,00	14.963.546,16	7,15
	9989 Mobilidade Urbana	358.311.152,00	579.537,32	0,16
	0810 Qualidade e Produtividade do Habitat - PBQP-H	1.000.000,00	199.516,68	19,95
	1137 Reabilitação de Áreas Urbanas Centrais	13.725.318,00	278.713,16	2,03
	0660 Segurança e Educação de Trânsito: Direito e Responsabilidade de Todos	492.846.427,00	130.384.219,16	26,46
	0122 Serviços Urbanos de Água e Esgoto	2.077.499.607,00	349.600.847,55	16,83
	1128 Urbanização, Regularização Fundiária e Integração de Assentamentos Precários	2.400.338.228,00	827.551.165,18	34,48

Relatório Anual de Avaliação

Total Finalístico		6.916.220.119,00	2.277.840.057,18	32,93
Apoio às Políticas Públicas e Áreas Especiais	1136 Fortalecimento da Gestão Urbana	52.663.829,00	2.917.427,66	5,54
	0310 Gestão da Política de Desenvolvimento Urbano	2.457.025.035,00	22.118.752,90	0,90
Total Apoio às Políticas Públicas e Áreas Especiais		2.509.688.864,00	25.036.180,56	1,00
Total Geral		9.425.908.983,00	2.302.876.237,74	24,43

* Valores Executados (liquidado) em 2010. No caso de programas multissetoriais são contemplados recursos provenientes de ações executadas por outros órgãos. Ressalta-se que no "valor total do órgão" são consideradas inclusive as ações implementadas em programas de outros órgãos.

Principais Resultados

*** Objetivo setorial: Ampliar o acesso aos serviços de abastecimento de água, esgotamento sanitário e resíduos sólidos, com vistas à universalização.

Neste objetivo são realizados investimentos em diversos programas e ações, sendo inclusive programas multissetoriais. Assim, a análise abaixo conterá informações tanto de investimentos realizados pelo MCidades quanto por outros órgãos, porém com as devidas distinções.

A) Saneamento no Ministério das Cidades

A.1) Investimentos com recursos não onerosos (Orçamento Geral da União - OGU)

O Ministério teve êxito na seleção e na contratação de empreendimentos no setor. A maioria dos empreendimentos está incluída no Programa de Aceleração do Crescimento - PAC e eles são 412 contratos, que totalizavam R\$ 6,2 bilhões do OGU. Foram concluídos, em 2010, 22 empreendimentos, que envolveram R\$ 102,7 milhões.

Em relação aos empreendimentos apoiados em 2010 pelo *Programa 0122 - Serviços Urbanos de Água e Esgoto* verifica-se a monta de R\$ 872,75 milhões empenhados e R\$ 800,66 milhões desembolsados (incluídos os valores pagos e os restos a pagar pagos).

A.2) Investimentos com recursos onerosos (financiamentos)

Destaca-se o comprometimento de R\$ 5,19 bilhões e o desembolso de R\$ 3,10 bilhões. Dentre os valores comprometidos, destacam-se as ações de abastecimento de água (43,98% dos recursos), seguidas por esgotamento sanitário (33,06%). Em relação aos desembolsos, destaca-se que 75 % dos recursos são do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC, totalizando R\$ 2,3 bilhões.

Quanto aos indicadores, segundo a pesquisa PNAD/IBGE, divulgada em 2010, com dados de 2009, houve avanços: 1) Abastecimento de água: a taxa de cobertura por rede geral aumentou de 81,9%, em 2002, para 84,4%, em 2009. Ou seja, incremento de 10,5 milhões de domicílios. 2) Esgotamento sanitário: a taxa de cobertura por rede coletora e fossa séptica aumentou de 68%, em 2002, para 72,3 em 2009. Incremento de 42,4 milhões de domicílios.

A.3) Resíduos Sólidos

Foi sancionada ainda a Lei nº 12.305, de 2/ago/2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos. Os números relativos à coleta de resíduos também apresentam melhoras na pesquisa da PNAD/IBGE. Em 2002, 77,3% dos domicílios eram atendidos por este serviço. Em 2010, 88,6%. O crescimento absoluto foi de 15,2 milhões de domicílios.

B) Saneamento na Fundação Nacional de Saúde - Funasa/Ministério da Saúde

Houve superação das metas previstas. No controle de qualidade da água para consumo, fez-se 102,29% do previsto. Apoiando 358 sistemas frente aos 350 previstos. No abastecimento de água alcançou-se 106% de execução sobre o previsto no quadriênio 2007-2010, totalizando 1.202 municípios. Deste total, 76 municípios foram contemplados em 2010. Já o esgotamento sanitário (ação orçamentária 10GE), com aporte de R\$ 381 milhões, beneficiou 88.020 famílias, correspondendo a 93,67% da meta programada (93.963 famílias).



C) Saneamento na Agência Nacional de Águas - ANA

Os investimentos neste setor são operados pela ação 2905 da Agência Nacional de Águas – ANA. Não houve nenhuma contratação, pois os recursos previstos foram contingenciados.

*** Objetivo setorial: Estimular a melhoria da gestão dos serviços de saneamento pelo apoio a implementação de sistemas de gestão aos prestadores de serviço, elaboração de Planos de Saneamento Locais e disseminação da gestão associada, especialmente Consórcios Públicos.

Os projetos apoiados no ano de 2009 e 2010 no Desenvolvimento Institucional para revitalização de prestadores de serviços continuam em desenvolvimento. O volume de aporte de recursos (empenhos) para Desenvolvimento Institucional aumentou 26,7% de 2009 para 2010. No contexto legal/institucional, o ano de 2010 trouxe significativo avanço na consolidação da política nacional de saneamento, haja vista a edição do Decreto nº 7.217, de 21 de junho de 2010, que regulamenta a Lei nº 11.445/2007 (marco regulatório do saneamento).

*** Objetivo setorial: Implementar a política habitacional visando ampliar o acesso à moradia digna da população de baixa renda nas áreas urbanas e rurais e melhorar as condições de habitabilidade de assentamentos humanos precários.

O Ministério apóia construção de casas, urbanização de favelas e melhoria dos patamares da qualidade e produtividade da construção civil. Sendo que os 2 primeiros estão incluídos no Programa de Aceleração do Crescimento - PAC e no Programa Minha Casa Minha Vida - PMCMV.

O Ministério teve grande êxito, tendo superado as metas definidas. Na construção de moradias extrapolou-se a meta de R\$ 4,6 bilhões para o ano de 2010. A execução chegou a cerca R\$ 31,6 bilhões, ou seja, 687% do previsto. Em 2010, no Programa Habitação de Interesse Social, estava prevista a contratação de 299 mil habitações, mas ao final do exercício, havia contratado 654 mil.

As intervenções em assentamentos precários são complexas, e por isso levam em média alguns exercícios para sua conclusão. No entanto, mesmo que as intervenções não estejam totalmente concluídas, várias etapas e metas intermediárias foram finalizadas e – principalmente – entregues à população já trazendo benefícios à sociedade. Conforme divulgado no Balanço do PAC 4 anos, em outubro de 2010, as obras de urbanização de favelas estavam com 95% das obras iniciadas e com percentual de execução de 47%.

Já a melhoria da qualidade da construção civil, o Ministério atua na avaliação de 3 aspectos da construção civil. São eles: 1) Sistema de Avaliação da Conformidade de Empresas de Serviços e Obras da Construção Civil – SiAC: este sistema contou com grande adesão das construtoras, ficando acima de 100% - 2.544 empresas no sistema; 2) Sistema de Qualificação de Materiais, Componentes e Sistemas Construtivos – SiMaC: atingiu 95% do previsto para 2010; 3) Sistema Nacional de Avaliação Técnica - SiNAT. Em 2010, foram publicadas e revisadas diretrizes, bem como realizada parceria com a Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP para o fortalecimento da infraestrutura laboratorial na área da construção civil, sendo contempladas quatro instituições e disponibilizados R\$ 8 milhões em recursos.

*** Objetivo setorial: Ampliar o mercado imobiliário para atendimento às faixas de renda média e média baixa.

Destaca-se a assertividade do Governo Federal em implementar ações para superação da crise financeira internacional de 2008/2009, por meio do consumo interno e construção de moradias, implementando, em 2009, o Programa Minha Casa Minha Vida - PMCMV. Essa ação, aliada à forte recuperação econômica observada em 2010, contribuiu para o aquecimento do setor da construção civil, com fortes estímulos tanto para a demanda como para a oferta. Dentre as medidas adotadas pelo PMCMV, pode-se citar: a concessão de subsídio de até R\$ 23 mil, diminuição das taxas de juros para os financiamentos, redução do custo do seguro. Como resultado desta política verificou-se 171,2% de financiamentos acima do previsto.

*** Objetivo setorial: Promover a cidadania por meio de acesso aos serviços de transportes públicos e mobilidade urbana e a integração à gestão do Sistema Nacional de Trânsito.

Relatório Anual de Avaliação

O tema da mobilidade urbana no Governo Federal ganhou ênfase com o advento dos grandes eventos esportivos que serão realizados no Brasil (Copa do Mundo/2014 e Olimpíadas).

No *Programa 9989 – Mobilidade Urbana*, ao comparar o empenhado e a dotação orçamentária, verifica-se restrição orçamentária. Todavia, quando comparado os aportes de recursos com o ano anterior, 2009, verifica-se um forte incremento em algumas importantes ações do setor. Os investimentos em corredores estruturais de transporte coletivo urbano saltaram de R\$ 3,6 milhões para R\$ 35,7 milhões em 2010 – aumento de 879%. Já em circulação não-motorizada subiram de R\$ 8,4 milhões para R\$ 21,6 milhões (2009/10). Aumento de 155%.

Porém, o principal destaque do setor foi a ampliação de recursos não orçamentários (investimentos na monta de bilhões). De 2009 para 2010, o aporte de recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS na mobilidade passaram de R\$ 1 bilhão para R\$ 11 bilhões. Em 2010, foram selecionados 54 projetos de mobilidade vinculados à Copa do Mundo 2014 e a seleção de 386 propostas no Programa de Aceleração do Crescimento - PAC 2.

*** Objetivo setorial: Aperfeiçoar a gestão do espaço urbano pela promoção da regularização fundiária de assentamentos informais, requalificação de áreas centrais e prevenção a desastres sócio-ambientais.

Em 2010, houve redução no aporte de recursos para os programas e ações afetos a estes objetivos setoriais. Todavia, destaca-se o lançamento em março de 2010 do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC 2 com a incorporação da temática de Prevenção de Riscos de Desastres sócio-ambientais com as modalidades de Inundações e de Contenção de Encostas. O resultado da 1ª fase de seleção do PAC 2 foi publicada em 17 de novembro de 2010 e envolve a execução de 385 obras de contenção de encostas em 41 municípios e a elaboração de 1.306 projetos de engenharia e de 40 planos de redução de riscos. A assinatura dos Termos de Compromisso ocorrerá em 2011.

*** Objetivo setorial: Promover a capacitação institucional e democratizar o acesso a informação para o planejamento e gestão urbana, e incentivar a implementação do Estatuto da Cidade.

Os investimentos neste objetivo foram contingenciados. No entanto, destaca-se a realização de: 1) Parcerias para a elaboração de seminários de implantação de alguns instrumentos do Estatuto das Cidades; 2) Curso à distância sobre a implementação dos Planos de Reabilitação de Áreas Urbanas Centrais; e 3) Manual sobre implementação dos instrumentos Outorga Onerosa do Direito de Construir e Operações Urbanas Consorciadas.

*** Objetivo setorial: Formular e implementar a política e o Sistema Nacional de Desenvolvimento Urbano e as Políticas Setoriais do Ministério, de forma integrada, com participação da sociedade e entes federados, de acordo com o Estatuto da Cidade.

Este objetivo possui diversas finalidades. Porém, os principais investimentos são obras de infra-estrutura urbana oriundo de emendas parlamentares. Assim, a definição destes investimentos depende de fatores exógenos ao Ministério. Nos últimos exercícios reduziram-se projetos e repasse de recursos. Mas, houve uma mudança no valor médio de repasse por contrato de R\$ 247 mil, em 2006, para R\$ 418 mil, em 2010, melhorando assim a efetividade dos investimentos.



AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS

Relatório Anual de Avaliação

Descentralização dos Sistemas de Transporte Ferroviário Urbano de Passageiros

GERENTE DO PROGRAMA EM 2010

Elionaldo Maurício Magalhães Moraes

OBJETIVO

Melhorar os sistemas de transporte ferroviário urbano de passageiros e transferir a sua gestão para os governos locais

PÚBLICO-ALVO

População das Regiões Metropolitanas de Belo Horizonte, Recife, Fortaleza, Salvador e Porto Alegre e das cidades de Maceió, João Pessoa e Natal

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

QUADRO SÍNTESE DA EXECUÇÃO FINANCEIRA

Autorizado (LOA + Créditos): R\$1.363.304.685,0	Empenhado Liquidado:	R\$954.282.511,97
	Pago Estatais:	-
	Total:	R\$954.282.511,97
Previsto não orçamentário	Realizado não orçamentário	
-	-	

METAS FÍSICAS E FINANCEIRAS

Ações (Produto/Unidade de Medida)	Metas Físicas			Metas Financeiras		
	Previsto	Realizado	Índice Realização	Previsto	Realizado	Índice Realização
Apoio à Implantação do Trecho Lapa-Pirajá do Sistema de Trens Urbanos de Salvador - BA - 10SX (TRECHO IMPLANTADO/% de execução física)	6,00	4,04	67,33	0,00	0,00	-
Apoio à Implantação do Trecho Sul Vila das Flores-João Felipe do Sistema de Trens Urbanos de Fortaleza - CE - 10SY (TRECHO IMPLANTADO/% de execução física)	14,00	7,82	55,86	168.840.000,00	168.840.000,00	100,00
Apoio à Modernização do Trecho Calçada-Paripe do Sistema de Trens Urbanos de Salvador-BA - 10SZ (SISTEMA MODERNIZADO/% de execução física)	2,00	5,80	290,00	48.800.000,00	9.114.000,00	18,68
Apoio à Modernização do Trecho Oeste João Felipe - Cauaia do Sistema de Trens Urbanos de Fortaleza - CE - 10T0 (Trecho modernizado/% de execução física)	1,00	26,26	2.626,00	1.000.000,00	0,00	0,00

Ano Base 2010

Assistência Médica aos Servidores e Empregados - Exames Periódicos - 20CW (SERVIDOR BENEFICIADO/UNIDADE)	3.108,00	1.132,00	36,42	559.295,00	179.150,61	32,03
Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes - 2004 (PESSOA BENEFICIADA/UNIDADE)	9.271,00	8.150,00	87,91	10.343.693,00	8.799.539,41	85,07
Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados - 2010 (criança atendida/UNIDADE)	778,00	345,00	44,34	987.535,00	929.791,92	94,15
Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados - 2012 (SERVIDOR BENEFICIADO/UNIDADE)	4.439,00	4.279,00	96,40	24.919.954,00	24.592.795,55	98,69
Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados - 2011 (SERVIDOR BENEFICIADO/UNIDADE)	2.826,00	1.775,00	62,81	2.677.730,00	1.984.599,91	74,12
Capacitação de Recursos Humanos para Transportes Coletivos Urbanos - 6438 (Empregado capacitado/UNIDADE)	2.800,00	3.370,00	120,36	1.923.984,00	1.442.114,89	74,95
Contribuição à Previdência Privada - 0110 (-/-)				7.689.184,00	7.370.603,71	95,86
Correção e Vedação da Faixa de Domínio do Trecho Barreiro - Calafate do Sistema de Trens Urbanos de Belo Horizonte - MG - 10G5 (TRECHO IMPLANTADO/% de execução física)	2,00	0,00	0,00	23.236.911,00	0,00	0,00
Cumprimento de Obrigações Decorrentes da Transferência do Sistema de Transporte Ferroviário Urbano de Passageiros de Fortaleza - CE - 0B15 (-/-)				11.000.000,00	11.000.000,00	100,00
Cumprimento de Obrigações Decorrentes da Transferência do Sistema de Trens Urbanos de Salvador - 0B14 (-/-)				3.500.000,00	3.500.000,00	100,00
Expansão e Melhoria da Malha Metroviária do Sistema de Trens Urbanos de Porto Alegre - RS - 7L64 (TRECHO IMPLANTADO/% de execução física)	45,00	42,83	95,18	306.952.892,00	227.838.837,57	74,23

Relatório Anual de Avaliação

Funcionamento dos Sistemas de Transporte Ferroviário Urbano de Passageiros - 2843 (Passageiro transportado média/dia útil/UNIDADE)	537.267,00	559.869,00	104,21	515.382.839,00	452.699.099,00	87,84
Gestão e Administração do Programa - 2272 (-/-)				36.389.055,00	25.977.978,99	71,39
Implantação do Projeto de Eficiência Energética do Sistema de Trens Urbanos de Porto Alegre - RS - 10T9 (Projeto executado/% de execução física)	1,00	0,40	39,80	100.000,00	45.497,36	45,50
Implantação do Trecho Eldorado-Vilarinho do Sistema de Trens Urbanos de Belo Horizonte - MG - 5176 (TRECHO IMPLANTADO/% de execução física)	1,00	0,00	0,00	1.000.000,00	0,00	0,00
Implantação do Trecho Tip-Timbi e Modernização do Trecho Rodoviária-Recife-Cabo do Sistema de Trens Urbanos de Recife - PE - 5754 (TRECHO IMPLANTADO/% de execução física)	14,00	4,26	30,43	137.853.000,00	2.360.990,61	1,71
Modernização do Sistema de Trens Urbanos de Porto Alegre - RS - 5174 (SISTEMA MODERNIZADO/% de execução física)	1,00	0,28	28,00	7.494.087,00	5.638.071,59	75,23
Publicidade de Utilidade Pública - 4641 (-/-)				950.000,00	805.928,30	84,83
Recuperação do Sistema de Trens Urbanos de João Pessoa - PB - 11J9 (Sistema de trem urbano recuperado/% de execução física)	5,00	10,82	216,40	1.000.000,00	8.401,51	0,84
Recuperação do Sistema de Trens Urbanos de Maceió - AL - 11JD (-/-)				15.200.000,00	734.975,88	4,84
Recuperação do Sistema de Trens Urbanos de Maceió - AL - 11JD (Sistema de trem urbano recuperado/% de execução física)	34,00	15,10	44,41	33.504.526,00	420.135,16	1,25
Recuperação do Sistema de Trens Urbanos de Natal - RN - 11IO (Sistema de trem urbano recuperado/% de execução física)	5,00	5,22	104,40	2.000.000,00	0,00	0,00
Índice médio geral de realização			207,51			52,85

METAS FINANCEIRAS - RAP

Ações (Produto/Unidade de Medida)	Metas Físicas			Metas Financeiras		
	Previsto	Realizado	Índice Realização	Previsto	Realizado	Índice Realização

Ano Base 2010

(RAP 2009) Apoio à Implantação do Trecho Lapa-Pirajá do Sistema de Trens Urbanos de Salvador - BA - 10SX (TRECHO IMPLANTADO/% de execução física)	-	-	-	21.153.000,00	0,00	0,00
(RAP 2009) Apoio à Implantação do Trecho Sul Vila das Flores-João Felipe do Sistema de Trens Urbanos de Fortaleza - CE - 10SY (TRECHO IMPLANTADO/% de execução física)	-	-	-	42.880.645,00	42.880.645,00	1,00
(RAP 2009) Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes - 2004 (PESSOA BENEFICIADA/UNIDADE)	-	-	-	276.260,61	275.878,30	1,00
(RAP 2009) Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados - 2012 (SERVIDOR BENEFICIADO/UNIDADE)	-	-	-	793.957,55	793.957,55	1,00
(RAP 2009) Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados - 2011 (SERVIDOR BENEFICIADO/UNIDADE)	-	-	-	101.164,69	25.913,49	0,26
(RAP 2009) Capacitação de Recursos Humanos para Transportes Coletivos Urbanos - 6438 (Empregado capacitado/UNIDADE)	-	-	-	861.687,09	697.668,45	0,81
(RAP 2009) Contribuição à Previdência Privada - 0110 (-/-)	-	-	-	735,96	735,96	1,00
(RAP 2009) Elaboração dos Projetos de Engenharia das Linhas 2 e 3 do Sistema de Trens Urbanos de Belo Horizonte - 123N (Projeto elaborado/UNIDADE)	-	-	-	14.000.000,00	393.538,01	0,03
(RAP 2009) Expansão e Melhoria da Malha Metroviária do Sistema de Trens Urbanos de Porto Alegre - RS - 7L64 (-/-)	-	-	-	30.000.000,00	30.000.000,00	1,00

Relatório Anual de Avaliação

(RAP 2009) Expansão e Melhoria da Malha Metroviária do Sistema de Trens Urbanos de Porto Alegre - RS - 7L64 (TRECHO IMPLANTADO/% de execução física)	-	-	-	48.282.685,30	43.857.901,15	0,91
(RAP 2009) Funcionamento dos Sistemas de Transporte Ferroviário Urbano de Passageiros - 2843 (Passageiro transportado média/dia útil/UNIDADE)	-	-	-	47.380.407,67	33.664.762,33	0,71
(RAP 2009) Gestão e Administração do Programa - 2272 (-/-)	-	-	-	7.730.226,02	4.925.137,89	0,64
(RAP 2009) Implantação de Veículo Leve Sobre Trilhos na Região Norte do Estado do Ceará - 7N69 (TRECHO IMPLANTADO/% de execução física)	-	-	-	21.670.000,00	0,00	0,00
(RAP 2009) Implantação do Projeto de Eficiência Energética do Sistema de Trens Urbanos de Porto Alegre - RS - 10T9 (Projeto executado/% de execução física)	-	-	-	812.575,00	303.226,85	0,37
(RAP 2009) Implantação do Trecho Eldorado-Vilarinho do Sistema de Trens Urbanos de Belo Horizonte - MG - 5176 (TRECHO IMPLANTADO/% de execução física)	-	-	-	6.553.873,00	988.034,16	0,15
(RAP 2009) Implantação do Trecho Tip-Timbi e Modernização do Trecho Rodoviária-Recife-Cabo do Sistema de Trens Urbanos de Recife - PE - 5754 (TRECHO IMPLANTADO/% de execução física)	-	-	-	86.330.146,27	20.715.936,70	0,24
(RAP 2009) Modernização do Sistema de Trens Urbanos de Porto Alegre - RS - 5174 (SISTEMA MODERNIZADO/% de execução física)	-	-	-	6.066.751,87	5.831.172,99	0,96
(RAP 2009) Publicidade de Utilidade Pública - 4641 (-/-)	-	-	-	819.465,02	817.794,08	1,00

(RAP 2009) Recuperação do Sistema de Trens Urbanos de João Pessoa - PB - 11J9 (Sistema de trem urbano recuperado/% de execução física)	-	-	-	4.862.206,76	4.320.768,50	0,89
(RAP 2009) Recuperação do Sistema de Trens Urbanos de Maceió - AL - 11JD (Sistema de trem urbano recuperado/% de execução física)	-	-	-	49.395.529,88	28.189.360,72	0,57
(RAP 2009) Recuperação do Sistema de Trens Urbanos de Natal - RN - 11IO (Sistema de trem urbano recuperado/% de execução física)	-	-	-	2.227.575,61	2.087.962,21	0,94
Índice médio geral de realização	-	-	-			0,64

CONTEXTUALIZAÇÃO

Os sistemas operados pelo Governo Federal devem ser transferidos a Estados e Municípios, por determinação constitucional. Sob gestão local, torna-se possível sua integração com outros modos de transporte e com o planejamento urbano, específicos de cada região. Para viabilizar as transferências, o Governo Federal realiza um programa de investimentos nos sistemas, destinados a sua expansão e/ou modernização, propiciando melhoria na eficiência e de qualidade dos serviços, bem como melhores condições de mobilidade às populações urbanas.

1. PRINCIPAIS RESULTADOS OBTIDOS EM 2010

REGISTRE O GRAU DE ALCANCE DOS RESULTADOS ESPERADOS. O CAMPO JUSTIFICATIVA DEVE SER PREENCHIDO CASO O GRAU DE ALCANCE FIQUE ABAIXO DE 80%.

REGISTRE TAMBÉM OS PRINCIPAIS RESULTADOS TOMANDO POR BASE OS OBJETIVOS, METAS OU PRIORIDADES DESCRITAS NA MENSAGEM PRESIDENCIAL DE ENCAMINHAMENTO DO PPA 2008-2011, APRESENTADAS NO CAMPO INSTRUÇÕES (ACIMA). ALGUNS PROGRAMAS PODEM NÃO TER EXPLÍCITOS ESSES PARÂMETROS, PARA ESSES CASOS SERÃO APRESENTADAS AS INSTRUÇÕES GERAIS. NO DESENVOLVIMENTO DA RESPOSTA NÃO INDIQUE AÇÕES ORÇAMENTÁRIAS, MAS OS PRODUTOS E/OU SERVIÇOS ENTREGUES QUE CONTRIBUÍRAM PARA OS RESULTADOS OBTIDOS.

Relatório Anual de Avaliação

Os recursos aplicados nas ações do Governo Federal para implantação, modernização e recuperação de sistemas metro-ferroviários pela Companhia Brasileira de Trens Urbanos - CBTU totalizaram, em 2009, R\$ 451,6 milhões. No exercício de 2010 foram aprovados na Lei Orçamentária Anual - LOA para essas ações recursos no total de R\$ 478,1 milhões, sendo R\$ 381,9 milhões destinados às ações do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC.

Em consequência, foram alcançadas as seguintes realizações em 2010:

No Sistema de Recife entrou em operação comercial o Trecho reformado e eletrificado Recife - Cajueiro Seco, na Linha Sul. Foram iniciadas as obras da Estação Cosme e Damião, na Linha Centro, e dos Terminais Integrados Cajueiro Seco e Tancredo Neves, além de ter sido contratada a construção do Terminal Aeroporto na Linha Sul.

Foi concluído o projeto para recuperação e modernização do Trecho Cajueiro Seco - Cabo e lançadas as licitações para as obras civis. A concorrência internacional para aquisição de 15 Trens de Unidades Elétricas - TUEs para operação nas Linhas Centro e Sul se configura na realização de maior destaque em 2010, uma vez que permitirá atender uma demanda esperada de 374 mil passageiros/dia útil. Destaca-se, também, a conclusão da reforma e climatização dos 25 TUEs da frota atual e a continuação da fabricação e montagem dos 7 Veículos Leves sobre Trilhos - VLTs que irão operar no Trecho Cajueiro Seco - Cabo. Em Belo Horizonte foi dada continuidade às intervenções previstas no Programa de Aceleração do Crescimento - PAC, com a conclusão dos serviços e fornecimentos do sistema de sinalização do Trecho São Gabriel 3 Vilarinho e Pátio de São Gabriel, modernização do Centro de Controle Operacional - CCO e a complementação do vídeo-wall para telesupervisão da movimentação nas estações. As obras do pátio de estacionamento de Vilarinho estão em ritmo lento. O projeto de engenharia das Linhas 2 (Calafate 3 Hospitais) e 3 (Pampulha 3 Savassi) encontra-se paralisado em função de dificuldades encontradas na retomada do contrato. Ainda assim, verificou-se aumento de demanda diária de passageiros transportados acima de 15% em relação ao ano de 2009, com a demanda diária atingindo recorde de 219.416 passageiros no mês de novembro.

Em Salvador, a implantação do Metrô (Trecho Lapa 3 Pirajá) teve como principais marcos, em 2010, a conclusão das obras civis de quatro estações, do túnel e elevados no Trecho Lapa-Acesso Norte.

Foram implantados 6 km de via permanente e iniciadas as obras de construção do pátio auxiliar de manutenção. Destaca-se também a energização da subestação alimentadora e a continuidade do fornecimento e montagem da sinalização e dos sistemas auxiliares.

Foram entregues à Prefeitura de Salvador seis TUEs, cuja aquisição ficou a cargo do Governo do Estado da Bahia. No projeto de modernização do trem de subúrbio (Trecho Calçada 3 Paripe) o principal avanço se deu na recuperação do material rodante adquirido da Companhia Paulista de Trens Metropolitanos - CPTM, já em operação, e na contratação da recuperação de mais 3 TUEs e 2 locomotivas. Com relação às obras civis, merece destaque a conclusão da reforma/recuperação de 7 estações, da via permanente, da subestação alimentadora e da rede aérea de tração. Com a assinatura de novo convênio entre a CBTU e a Companhia de Transporte de Salvador - CTS viabilizou-se a aplicação de R\$ 48,8 milhões para conclusão da recuperação total da ponte São João.

Nos investimentos para o sistema de Trens Urbanos de Fortaleza, que conta com um total de R\$ 738 milhões em recursos da União, já foram aplicados, até 2010, R\$ 410 milhões na implantação do metrô da Linha Sul. Prevê-se a entrega de 9 das 13 estações de superfície, do prédio administrativo do Centro de Manutenção, assim como a conclusão da escavação dos 3,9 km de túnel, até o final do exercício. Em dezembro serão realizados os testes com o primeiro TUE entregue. Estão sendo envidados esforços visando operacionalizar 19 km do Sistema, entre as estações de Vila das Flores e Parangaba, no primeiro semestre de 2011. Na modernização da Linha Oeste já foram disponibilizados os R\$ 70 milhões previstos para a ação. Até o final do exercício de 2010 serão entregues 9 Estações, 7 Passagens de Nível, além da remodelação dos 20 km da Via Permanente e a entrega do segundo VLT. Como principais marcos em 2010, ressalta-se a conclusão do viaduto de Caucaia, em junho, e a entrega do primeiro VLT, em setembro. A implantação do sistema de VLT em Sobral, no norte do Estado do Ceará, com parte dos recursos disponibilizados pela União, teve, como principal marco em 2010, a abertura da licitação para as obras civis.

No Sistema de Maceió, prosseguem as obras de recuperação do prédio da Estação Central e deu-se início à retirada da Feira do Passarinho, permitindo a contratação da remodelação da via permanente entre as ruas Dias Cabral e Melo de Moraes, para operação com VLT, cuja primeira composição será entregue no mês de dezembro/2010 e as demais ao longo de 2011. Adicionalmente, com o objetivo de recuperar os danos causados pelas fortes chuvas ocorridas no Estado Alagoas, que implicaram na interrupção de parte da operação em Maceió, prejudicando sobremaneira o desempenho daquele Sistema, a liberação de crédito extraordinário no valor de R\$ 15.200.000,00, em outubro, possibilitou a realização de Concorrência Pública para recuperação no trecho atingido, incluindo a reconstrução das Estações de Gustavo Paiva e Lourenço Albuquerque.

Em Natal e João Pessoa, o baixo valor do orçamento aprovado na Lei Orçamentária Anual - LOA permitiu apenas a execução de serviços de recuperação de pontos críticos da via permanente e do material rodante. Destaca-se que no Sistema de João Pessoa foram substituídos todos os dormentes de madeira por dormentes de concreto ao longo de toda a via, além de terem sido recuperadas três pontes.

Esse conjunto de resultados decorreu do forte empenho que a empresa vem dedicando no sentido de aprimorar seus padrões de gestão e de execução dos projetos.

A expansão da Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre - TRENSURB busca consolidá-la como empresa estruturadora do transporte público nos municípios da Região Metropolitana de Porto Alegre. Com início de execução efetiva em fevereiro de 2009, a partir da sua inclusão no Programa de Aceleração do Crescimento - PAC do Governo Federal, a obra tem se caracterizado por um ritmo notável. Toda em via elevada, com extensão de 9,3 km e 4 novas estações (Rio dos Sinos, Liberdade, Fenac e Novo Hamburgo), beneficiará diretamente 30 mil usuários do transporte público e está gerando 1226 empregos diretos e indiretos. O custo total de implantação está orçado em R\$ 752.169.000 milhões de reais, sendo executado, até dezembro de 2010, 73,13% da obra.

A obra de Expansão da Linha 1 permitiu ao Governo Federal fazer importantes investimentos sociais como o reassentamento de 189 famílias no primeiro semestre de 2010, que foi necessário para que a área territorial fosse disponibilizada para execução da obra (via elevada e viário), as famílias foram distribuídas em dois loteamentos: Brás III e Padre Orestes, ambos no município de São Leopoldo. Os loteamentos contemplam, além da construção das casas, saneamento básico, tratamento dos resíduos, sistema viário, transporte coletivo, iluminação pública e demais equipamentos públicos. Para efetivar a transferência de mais 540 famílias para o Loteamento Padre Orestes foi firmado um termo de compromisso com a Prefeitura de São Leopoldo, no valor de R\$ 30 milhões.

Embora os trabalhos estejam distribuídos nos 9,3 km da obra, concentram-se, prioritariamente, na primeira etapa de construção que contempla a implantação de 4,46 km de via completa, englobando duas estações: Rio dos Sinos em São Leopoldo e Liberdade em Novo Hamburgo. A operação comercial, para estas duas primeiras estações, está prevista o início do segundo semestre de 2011 e o término das obras para fevereiro de 2012.

OBTENÇÃO DOS RESULTADOS: Alcance entre 80% a 100% do esperado.

JUSTIFICATIVA: Os resultados do programa, quanto à prestação do serviço de transporte de passageiros, têm-se mostrado promissores, melhorando a cada ano.

Relatório Anual de Avaliação

2. PARA CADA INDICADOR REGISTRE O ÍNDICE APURADO EM 2010 E A RESPECTIVA DATA DE APURAÇÃO. EM SEGUIDA, AVALIE A POSSIBILIDADE DE ALCANCE DO ÍNDICE PREVISTO PARA 2011.

ESSAS RESPOSTAS IRÃO COMPOR UM ANEXO ESPECÍFICO A SER ENCAMINHADO AO CONGRESSO NACIONAL.

O CAMPO "MEDIDAS CORRETIVAS NECESSÁRIAS" É OBRIGATÓRIO PARA PREENCHIMENTO QUANDO A POSSIBILIDADE DE ALCANCE FOR DIFERENTE DE "ALTA". ESSE CAMPO PERMITE NO MÁXIMO MIL CARACTERES.

O CAMPO "JUSTIFICATIVA" (NOVIDADE) É OBRIGATÓRIO PARA PREENCHIMENTO QUANDO UM OU MAIS CAMPOS A SEGUIR NÃO ESTIVEREM PREENCHIDOS: ÍNDICE DE REFERÊNCIA; ÍNDICE E DATA DE APURAÇÃO EM 2010; ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA (2011); POSSIBILIDADE DE ALCANCE DO ÍNDICE PREVISTO PARA 2011

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICE DE REFERÊNCIA (LINHA DE BASE)		ÍNDICE APURADO EM 2010		ÍNDICE PREVISTO PARA O FINAL DO PPA (2011)	POSSIBILIDADE DE ALCANCE DO ÍNDICE PREVISTO PARA 2011
	Índice	Data de Apuração	Índice	Data de Apuração		
Taxa Ponderada de Transferência da Gestão dos Sistemas de Trens Urbanos - PERCENTAGEM	75,40	31/12/2007	75,40	12/2009	75,40	Alta

Fonte: Companhia Brasileira de Trens Urbanos - CBTU/MCidades

Medidas corretivas necessárias:

Justificativa: O valor do indicador deverá permanecer estável no mesmo valor atingido em 2005, quando da última estadualização ocorrida (Salvador), uma vez que a prioridade do Governo Federal é a conclusão das obras incluídas no Programa de Aceleração do Crescimento - PAC.

Número de Passageiros Transportados no Sistema de Trens Urbanos de Belo Horizonte - MG - MILHAR	39.490,00	31/12/2007	50.555,70	12/2010	70.500,00	Média
---	-----------	------------	-----------	---------	-----------	-------

Fonte: Companhia Brasileira de Trens Urbanos - CBTU/MCidades

Medidas corretivas necessárias: Deve ser equacionada a aquisição da nova frota de Trem de Unidade Elétrica - TUE, possibilitando o aumento da demanda transportada.

Justificativa: Os índices previstos para alcance em 2011 foram revistos e adequados ao final de 2009. Para Belo horizonte, uma das premissas para se alcançar o novo índice foi a aquisição de nova frota de TUE, que ainda não se concretizou. Assim, há baixa probabilidade de atingimento do índice previsto ao final do PPA. O índice de referência registrado no SIGPLAN é de 39.490.000, apurado em 31/12/2007.

Número de Passageiros Transportados no Sistema de Trens Urbanos de Recife - PE - MILHAR	56.615,00	31/12/2007	68.122,37	12/2010	80.080,00	Alta
---	-----------	------------	-----------	---------	-----------	------

Fonte: Companhia Brasileira de Trens Urbanos - CBTU/MCidades

Medidas corretivas necessárias: O incremento esperado na demanda dos novos trechos e a entrada em operação do Veículo Leve sobre Trilhos - VLT entre Cabo e Cajueiro Seco permitirão o alcance do índice.

Justificativa: O índice de referência registrado no SIGPLAN é de 56.615.000, apurado em 31/12/2007.

Número de Passageiros Transportados no Sistema de Trens Urbanos de Fortaleza - CE - MILHAR	6.271,00	31/12/2007	2.923,25	12/2010	8.200,00	Média
--	----------	------------	----------	---------	----------	-------

Fonte: Companhia Brasileira de Trens Urbanos - CBTU/MCidades

Medidas corretivas necessárias: Face ao andamento verificado nas intervenções para ampliação do sistema e demais intervenções acordadas no Programa de Aceleração do Crescimento - PAC, as obras na Linha Sul ainda não foram concluídas. O início da operação parcial é previsto ainda em 2011.

Justificativa: Para permitir a execução das obras na Linha Sul, a operação dos trens foi suspensa, o que impede o alcance dos resultados esperados. O índice de referência registrado no SIGPLAN é de 6.271.000, apurado em 31/12/2007.

Número de Passageiros Transportados no Sistema de Trens Urbanos de Salvador - BA - MILHAR	3.606,00	31/12/2007	2.444,10	12/2010	60.060,00	Média
---	----------	------------	----------	---------	-----------	-------

Fonte: Companhia Brasileira de Trens Urbanos - CBTU/MCidades

Medidas corretivas necessárias: Para atendimento a demanda esperada, é necessária a conclusão da revisão dos trens e da definição da operação do sistema, pela CTS. A conclusão das obras civis deve ocorrer até o mês de junho/2011.

Justificativa: O índice de referência registrado no SIGPLAN é de 3.606.000, apurado em 31/12/2007.

Número de Passageiros Transportados no Sistema de Trens Urbanos de Porto Alegre - RS - MILHAR	44.683,00	31/12/2003	48.685,32	12/2010	45.621,94	Alta
---	-----------	------------	-----------	---------	-----------	------

Fonte: Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre - TRENSURB/MCidades

Medidas corretivas necessárias:

Justificativa: O índice de referência registrado no SIGPLAN é de 44.683.000, apurado em 31/12/2007.

Número de Passageiros Transportados no Sistema de Trens Urbanos de Maceió - AL - MILHAR	1.564,00	31/12/2007	1.265,58	12/2010	3.080,00	Média
---	----------	------------	----------	---------	----------	-------

Fonte: Companhia Brasileira de Trens Urbanos - CBTU/Ministério das Cidades

Medidas corretivas necessárias: A revisão no indicador foi ineficaz diante da tragédia que se abateu no sistema, decorrente das fortes chuvas ocorridas em junho de 2010. Estão sendo realizadas obras emergenciais, visando a recomposição da via permanente. O sistema ainda está em operação parcial.

Justificativa: O índice de referência registrado no SIGPLAN é de 1.564.000, apurado em 31/12/2007. É prevista a entrada em operação parcial dos novos Veículos Leves sobre Trilhos - VLT, após a recuperação da via permanente.

Número de Passageiros Transportados no Sistema de Trens Urbanos de João Pessoa - PB - MILHAR	2.874,00	31/12/2007	2.809,23	12/2010	3.632,00	Alta
--	----------	------------	----------	---------	----------	------

Relatório Anual de Avaliação

Fonte: Companhia Brasileira de Trens Urbanos - CBTU/MCidades						
Medidas corretivas necessárias:						
Justificativa: O índice de referência registrado no SIGPLAN é de 2.874.000, apurado em 31/12/2007.						
Número de Passageiros Transportados no Sistema de Trens Urbanos de Natal - RN - MILHAR	2.794,00	31/12/2007	2.250,10	12/2010	2.683,00	Alta
Fonte: Companhia Brasileira de Trens Urbanos - CBTU/MCidades						
Medidas corretivas necessárias:						
Justificativa: O índice de referência registrado no SIGPLAN é de 2.794.000, apurado em 31/12/2007.						

3. COBERTURA DO PÚBLICO ALVO

O público-alvo especifica o(s) segmento(s) da sociedade ao(s) qual(is) o programa se destina e que pode se beneficiar direta e legitimamente com sua execução. A parcela do público-alvo efetivamente coberta pelo Programa é conhecida como "beneficiários".

COBERTURA DO PÚBLICO ALVO: Alcance entre 80% a 100% do previsto.

JUSTIFICATIVA: Considerando todos os sistemas sob gestão da Companhia Brasileira de Trens Urbanos - CBTU, no ano de 2010 os resultados atingiram uma demanda de mais de 120 milhões de passageiros transportados, superando em 11% o resultado alcançado em 2009. A média diária atingiu 408,8 mil passageiros transportados, valor este 12% maior que o apurado no exercício anterior. Os dois maiores Sistemas, Belo Horizonte e Recife, apresentaram um incremento na demanda transportada em relação ao ano de 2009, de 11% e 12%, respectivamente, superando todas as expectativas. Como consequência destes resultados extremamente promissores a receita auferida pelos 5 Sistemas operados pela CBTU superou os R\$110 milhões, valor 7% superior ao de 2009. A Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre - TRENSURB transportou 48.685.32 passageiros (bloqueios de entrada) em 2010, sendo 9,64% superior a quantidade de Passageiros Transportados em 2009. A TRENSURB registrou em Agosto/2010 a maior demanda mensal de sua história, onde foram transportados 4.463.560 usuários.

4. SATISFAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS

O PROGRAMA AVALIA A SATISFAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS? Sim

GRAU DE SATISFAÇÃO DO USUÁRIO: Satisfeito.

JUSTIFICATIVA: Em 2010 não foram realizadas pesquisas de satisfação nos sistemas operados pela Companhia Brasileira de Trens Urbanos - CBTU. As pesquisas realizadas em Belo Horizonte e Recife foram de Origem/Destino. No entanto, as ações visando a melhoria do atendimento ao usuário garantem um resultado positivo neste quesito. Nos sistemas de Natal, João Pessoa e Maceió, o atendimento ao usuário é realizado apenas de forma direta pelo pessoal da área de operação.

A Pesquisa de Satisfação e Perfil dos Usuários da Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre - TRENSURB foi realizada em 2010, entre os dias 03 e 09 de novembro, com a finalidade de verificar o grau de satisfação do usuário do sistema, bem como comparar com os resultados obtidos em anos anteriores. Foram realizadas 500 entrevistas, onde os entrevistados avaliaram uma série de itens relacionados a diversos requisitos e também a satisfação geral com todo o sistema. Como resultado desta Pesquisa, obteve-se o índice de 91,9% de satisfação geral considerada um excelente índice no serviço prestado à população.

MECANISMOS UTILIZADOS E CONSEQÜÊNCIAS PARA O APERFEIÇOAMENTO DO PROGRAMA: Nos sistemas de Recife, Belo Horizonte e Porto Alegre, são realizadas periodicamente pesquisas de opinião, visando a apuração do índice de satisfação do usuário, procedendo-se a uma tabulação dos resultados. Por meio destes resultados, são auferidos subsídios para implementação de melhorias no atendimento, conforto e segurança nas estações e trens.

5. ALÉM DA AVALIAÇÃO ANUAL DOS PROGRAMAS DO PPA, FOI REALIZADA OUTRA AVALIAÇÃO DESTE PROGRAMA? NÃO DEVEM SER CONSIDERADOS OS RELATÓRIOS DESTINADOS AO ATENDIMENTO DE DEMANDAS PROVENIENTES DE ÓRGÃOS DE CONTROLE INTERNO E EXTERNO.

EM CASO DE RESPOSTA POSITIVA OU NA EXISTÊNCIA DE AVALIAÇÃO EM ANDAMENTO, INFORME:

- A) INSTITUIÇÃO(ÕES) AVALIADORA(S);
- B) ESCOPO DA AVALIAÇÃO (ASPECTOS DO PROGRAMA QUE FORAM AVALIADOS);
- C) ANO DE TÉRMINO OU DE PREVISÃO DE TÉRMINO DA AVALIAÇÃO;
- D) PRINCIPAIS RESULTADOS, CONCLUSÕES, RECOMENDAÇÕES E COMENTÁRIOS ADICIONAIS.

Sim.

INSTITUIÇÃO(ÕES) AVALIADORA(S):

Foi realizada pela Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos – SPI/Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - MPOG, em 27 e 28 de maio de 2008, uma oficina para montagem do modelo lógico do programa.

ESCOPO DA AVALIAÇÃO (ASPECTOS DO PROGRAMA QUE FORAM AVALIADOS):

Foram analisados o contexto do programa e a sua vulnerabilidade.

ANO DE TÉRMINO OU DE PREVISÃO DE TÉRMINO DA AVALIAÇÃO:

O processo foi integralmente desenvolvido nos dias 27 e 28 de maio de 2008. Havia previsão de continuidade, em 2009, para avaliação e redesenho do programa, mas não foi realizada.

PRINCIPAIS RESULTADOS, CONCLUSÕES, RECOMENDAÇÕES E COMENTÁRIOS ADICIONAIS:

Foi proposta a construção de novos indicadores. A proposta não foi implementada, uma vez que o processo foi descontinuado.

6. O PROGRAMA POSSUI MECANISMOS QUE PROMOVEM A PARTICIPAÇÃO SOCIAL?

EM CASO DE RESPOSTA POSITIVA, INDIQUE QUAL(AIS) O(S) MECANISMO(S) ADOTADO(S). JUSTIFIQUE. É ACEITÁVEL MAIS DE UMA MARCAÇÃO.

- A) OUVIDORIA;
- B) AUDIÊNCIA PÚBLICA;
- C) CONSULTA PÚBLICA;
- D) REUNIÃO COM GRUPOS DE INTERESSE;
- E) DISCUSSÃO EM CONSELHO SETORIAL;
- F) CONFERÊNCIAS REGIONAIS E NACIONAIS;
- G) OUTROS (ESPECIFIQUE).

COMENTÁRIOS ADICIONAIS (CAMPO NÃO OBRIGATÓRIO PARA A CONCLUSÃO DO

O PROGRAMA APRESENTA MECANISMOS DE PROMOÇÃO DA PARTICIPAÇÃO SOCIAL? Sim.

Relatório Anual de Avaliação

OUVIDORIA:

Os serviços de atendimento ao usuário, existentes nos sistemas de Recife, Belo Horizonte e Porto Alegre; o atendimento ao usuário de forma direta pelo pessoal da área de operação nos sistemas de Natal, João Pessoa e Maceió; as pesquisas de opinião visando apuração do índice de satisfação do usuário; atos que incluem também o enfoque à ouvidoria relativamente à operação e expansão dos sistemas. A Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre - TRENSURB possui uma Central de Atendimento ao Usuário, localizada na Estação Aeroporto e conta com empregados treinados para um atendimento personalizado, buscando esclarecer dúvidas, receber sugestões e reclamações, informações e elogios dos usuários.

AUDIÊNCIA PÚBLICA:

Para os sistemas de Recife e de Belo Horizonte, em 2009 foram realizadas audiências públicas visando a aquisição de nova frota de material rodante. As grandes empresas do setor, incluindo fornecedores de material rodante e indústria, marcaram presença na audiência, tirando dúvidas e fazendo sugestões para a elaboração do edital para licitação. Como resultado positivo, os Trens de Unidades Elétricas - TUE de Recife já estão em processo de fabricação. A compra para Belo Horizonte ainda não se concretizou.

No ano de 2010 foi realizada Audiência Pública referente a Expansão da Linha 1 3 Trecho 3 São Leopoldo/Novo Hamburgo.

REUNIÃO COM GRUPOS DE INTERESSE:

As ações de implantação, expansão e modernização dos sistemas, bem como o processo de regionalização dos sistemas vem sendo discutido com os principais atores envolvidos, em especial os governos locais.

Durante o ano de 2010, foram realizadas Reuniões com Entidades Governamentais e não governamentais, Estudos do Projeto da Expansão do trecho São Leopoldo - Novo Hamburgo.

DISCUSSÃO EM CONSELHO SETORIAL:

Em 2007 foi criada, para acompanhamento do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC, a Sala de Situação dos trens e metrô, integrando a Casa Civil, MPlanejamento, MFazenda, MCidades, Companhia Brasileira de Trens Urbanos - CBTU e Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre - TRENSURB. Suas reuniões ocorrem periodicamente.

Fortalecimento da Gestão Urbana

GERENTE DO PROGRAMA EM 2010

Celso Santos Carvalho

OBJETIVO

Fortalecer a capacidade técnica e institucional dos municípios nas áreas de planejamento, serviços urbanos, gestão territorial e política habitacional

PÚBLICO-ALVO

Prefeituras municipais

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

QUADRO SÍNTESE DA EXECUÇÃO FINANCEIRA

Autorizado (LOA + Créditos): R\$52.663.829,00	Empenhado Liquidado:	R\$2.917.427,66
	Pago Estadais:	-
	Total:	R\$2.917.427,66
Previsto não orçamentário	Realizado não orçamentário	
-	-	

METAS FÍSICAS E FINANCEIRAS

Ações (Produto/Unidade de Medida)	Metas Físicas			Metas Financeiras		
	Previsto	Realizado	Índice Realização	Previsto	Realizado	Índice Realização
Apoio à Capacitação de Gestores e Agentes Sociais para o Desenvolvimento Urbano - 8872 (PESSOA CAPACITADA/UNIDADE)	9.000,00	11.148,00	123,87	650.000,00	463.788,78	71,35
Apoio à Elaboração de Estudos e Implementação de Projetos de Desenvolvimento Institucional e Operacional e à Estruturação da Prestação dos Serviços de Saneamento Básico e Revitalização dos Prestadores de Serviços Públicos de Saneamento - 8871 (PROJETO APOIADO/UNIDADE)	11,00	2,00	18,18	6.286.388,00	1.422,75	0,02

Relatório Anual de Avaliação

Apoio à Elaboração de Projetos de Saneamento em Municípios de Regiões Metropolitanas, de Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico, Municípios com mais de 50 mil Habitantes ou Integrantes de Consórcios Públicos com mais de 150 mil Habitantes - 1P95 (Projeto elaborado/UNIDADE)	11,00	0,00	0,00	5.594.111,00	0,00	0,00
Apoio à Modernização Institucional dos Municípios para Atuação na Melhoria das Condições do Setor Habitacional no Segmento das Famílias de Baixa Renda - 8873 (PROJETO APOIADO/UNIDADE)	80,00	0,00	0,00	35.583.330,00	1.569.235,43	4,41
Apoio ao Desenvolvimento Institucional para a Gestão dos Sistemas de Mobilidade Urbana - 2D49 (Gestor público capacitado/UNIDADE)	7.500,00	0,00	0,00	1.000.000,00	0,00	0,00
Assistência Técnica para o Planejamento Territorial e a Gestão Urbana Participativa - 8874 (MUNICÍPIO BENEFICIADO/UNIDADE)	11,00	0,00	0,00	450.000,00	0,00	0,00
Assistência Técnica para o Planejamento Territorial e a Gestão Urbana Participativa - 8874 (Município beneficiado/UNIDADE)	68,00	185,00	272,06	2.600.000,00	404.102,42	15,54
Gestão e Administração do Programa - 2272 (-/-)				500.000,00	478.878,28	95,78
Índice médio geral de realização			59,16			23,39

METAS FINANCEIRAS - RAP

Ações (Produto/Unidade de Medida)	Metas Físicas			Metas Financeiras		
	Previsto	Realizado	Índice Realização	Previsto	Realizado	Índice Realização
(RAP 2009) Apoio à Capacitação de Gestores e Agentes Sociais para o Desenvolvimento Urbano - 8872 (PESSOA CAPACITADA/UNIDADE)	-	-	-	181.520,23	127.108,91	0,70

(RAP 2009) Apoio à Elaboração de Estudos e Implementação de Projetos de Desenvolvimento Institucional e Operacional e à Estruturação da Prestação dos Serviços de Saneamento Básico e Revitalização dos Prestadores de Serviços Públicos de Saneamento - 8871 (PROJETO APOIADO/UNIDADE)	-	-	-	3.345.417,34	1.502.675,34	0,45
(RAP 2009) Apoio à Elaboração de Projetos de Saneamento em Municípios de Regiões Metropolitanas, de Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico, Municípios com mais de 50 mil Habitantes ou Integrantes de Consórcios Públicos com mais de 150 mil Habitantes - 1P95 (Projeto elaborado/UNIDADE)	-	-	-	11.490.702,33	139.485,42	0,01
(RAP 2009) Apoio à Modernização Institucional dos Municípios para Atuação na Melhoria das Condições do Setor Habitacional no Segmento das Famílias de Baixa Renda - 8873 (PROJETO APOIADO/UNIDADE)	-	-	-	782.945,47	655.798,40	0,84
(RAP 2009) Assistência Técnica para o Planejamento Territorial e a Gestão Urbana Participativa - 8874 (Município beneficiado/UNIDADE)	-	-	-	3.230.865,16	261.061,39	0,08
(RAP 2009) Gestão e Administração do Programa - 2272 (-/-)	-	-	-	17.711,74	276,78	0,02
Índice médio geral de realização			-			0,35

CONTEXTUALIZAÇÃO

Desde a Constituição de 1988 houve um crescimento significativo de novos municípios no Brasil, na sua maioria de pequeno porte e com pouca sustentabilidade econômica e ambiental. Contudo, uma dificuldade comum tanto a novos como a antigos municípios reside na sua parca capacidade de gestão e planejamento urbano e territorial, particularmente na questão do manejo e controle do uso e ocupação do solo. Do mesmo modo, a problemática do desenvolvimento institucional e da capacitação técnica constituem desafios à gestão e ao planejamento territorial dos municípios. Por outro lado, dentro do sistema de cidades brasileiro, em nenhum outro lugar a tomada de decisões ao

Relatório Anual de Avaliação

nível supralocal assume tamanha importância como nas áreas metropolitanas, tendo em vista não só o caráter sistêmico das relações e funções assumidas pelos municípios que as compõem, mas principalmente pelo fato de vivenciarem problemas comuns causados pelo intenso processo de urbanização que compartilham. Muitos destes problemas extrapolam as fronteiras de seus municípios, tendo em vista o fenômeno da conurbação e a mobilidade diária de seus moradores, na qual problemas como transporte, saúde, saneamento ambiental, etc. tornam-se impossíveis de serem solucionados individualmente. Desta forma, verifica-se também a necessidade em se construir e disseminar novos arranjos de gestão metropolitana e de consorciamento intermunicipal para permitir a adoção de políticas participativas e integradas ao nível supralocal para o enfrentamento de problemas comuns. b) consequências da não implementação: manutenção do atual padrão de ausência de planejamento e gestão territorial com exclusão social, econômica e territorial e precarização da qualidade de vida da população de baixa renda. c) condicionantes favoráveis: vontade política em enfrentar o problema; intenção do Ministério da Cidade em realizar intervenções integradas; experiência consolidada no Ministério para atuar neste segmento; existência de instrumentos urbanísticos adequados previstos no Estatuto da Cidade; d) condicionantes desfavoráveis: falta de estrutura e de capacitação das prefeituras para atuar neste segmento; processo demorado de intervenção; ausência de recursos suficientes.

1. PRINCIPAIS RESULTADOS OBTIDOS EM 2010

REGISTRE O GRAU DE ALCANCE DOS RESULTADOS ESPERADOS. O CAMPO JUSTIFICATIVA DEVE SER PREENCHIDO CASO O GRAU DE ALCANCE FIQUE ABAIXO DE 80%.

REGISTRE TAMBÉM OS PRINCIPAIS RESULTADOS TOMANDO POR BASE OS OBJETIVOS, METAS OU PRIORIDADES DESCRITAS NA MENSAGEM PRESIDENCIAL DE ENCAMINHAMENTO DO PPA 2008-2011, APRESENTADAS NO CAMPO INSTRUÇÕES (ACIMA). ALGUNS PROGRAMAS PODEM NÃO TER EXPLÍCITOS ESSES PARÂMETROS, PARA ESSES CASOS SERÃO APRESENTADAS AS INSTRUÇÕES GERAIS. NO DESENVOLVIMENTO DA RESPOSTA NÃO INDIQUE AÇÕES ORÇAMENTÁRIAS, MAS OS PRODUTOS E/OU SERVIÇOS ENTREGUES QUE CONTRIBUÍRAM PARA OS RESULTADOS OBTIDOS.

OBTENÇÃO DOS RESULTADOS: Sem Avaliação.

2. PARA CADA INDICADOR REGISTRE O ÍNDICE APURADO EM 2010 E A RESPECTIVA DATA DE APURAÇÃO. EM SEGUIDA, AVALIE A POSSIBILIDADE DE ALCANCE DO ÍNDICE PREVISTO PARA 2011.

ESSAS RESPOSTAS IRÃO COMPOR UM ANEXO ESPECÍFICO A SER ENCAMINHADO AO CONGRESSO NACIONAL.

O CAMPO "MEDIDAS CORRETIVAS NECESSÁRIAS" É OBRIGATÓRIO PARA PREENCHIMENTO QUANDO A POSSIBILIDADE DE ALCANCE FOR DIFERENTE DE "ALTA". ESSE CAMPO PERMITE NO MÁXIMO MIL CARACTERES.

O CAMPO "JUSTIFICATIVA" (NOVIDADE) É OBRIGATÓRIO PARA PREENCHIMENTO QUANDO UM OU MAIS CAMPOS A SEGUIR NÃO ESTIVEREM PREENCHIDOS: ÍNDICE DE REFERÊNCIA; ÍNDICE E DATA DE APURAÇÃO EM 2010; ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA (2011); POSSIBILIDADE DE ALCANCE DO ÍNDICE PREVISTO PARA 2011

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICE DE REFERÊNCIA (LINHA DE BASE)		ÍNDICE APURADO EM 2010		ÍNDICE PREVISTO PARA O FINAL DO PPA (2011)	POSSIBILIDADE DE ALCANCE DO ÍNDICE PREVISTO PARA 2011
	Índice	Data de Apuração	Índice	Data de Apuração		
Taxa de Municípios com Planos Diretores Aprovados e Elaborados - PERCENTAGEM	55,00	31/12/2006	87,00	05/2010	100,00	Média

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE

Medidas corretivas necessárias: O Ministério continua em sua política de apoiar os municípios repassando recursos para elaboração de seus planos diretores. No entanto, em 2010, apenas 10% do previsto pela Lei Orçamentária Anual - LOA foi efetivamente disponibilizado, o que prejudicou, sobremaneira, a consecução da ação e o alcance do índice. Tiveram que ser abortadas iniciativas como: campanhas, seminários, oficinas de capacitação, sensibilização das equipes públicas e sociedade quanto à importância da elaboração de um plano diretor, além da não abertura da Sistemática para contratação de municípios (via contratos de repasse e convênios). Com isso, novos municípios não puderam ser atendidos pela política e continuam sem este instrumento primordial para o ordenamento territorial.

Justificativa: O índice previsto de alcance de 100% de elaboração para os municípios obrigatórios foi um tanto otimista. A elaboração dos planos diretores é de iniciativa municipal, e embora o governo federal apóie e regule a matéria, cabe aos próprios municípios elaborarem seus planos. Ainda assim, 87% de execução em 2010 é um percentual elevado, podendo chegar a mais de 90 até final de 2011.

Taxa de Municípios com Cadastros Imobiliários - PERCENTAGEM	81,50	01/11/2001	97,00	05/2010	0,00	Alta
---	-------	------------	-------	---------	------	------

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE

Medidas corretivas necessárias:

Justificativa:

Taxa de Municípios com Processo de Fortalecimento Institucional Pactuados com o Ministério das Cidades para o Desenvolvimento de Instrumentos de Planejamento e Gestão Urbanos - %	0,00	01/01/2007	19,00	12/2010	95,10	Média
--	------	------------	-------	---------	-------	-------

Fonte: Ministério das Cidades

Medidas corretivas necessárias: Foi proposta mudança de cálculo para este índice, através do Projeto de Lei Orçamentária - PLOA 2011, que foi acatada. A partir de 2011, o indicador passará a trabalhar com municípios beneficiados, ou seja, passará a contar também todas as atividades de capacitação disponibilizadas aos municípios e não apenas os municípios efetivamente contratados (convênios e contratos), como era até 2010. Dessa forma, o indicador contemplará um pouco mais do que o programa está efetivamente realizando (que são as atividades de capacitação), e provavelmente alcançará as novas metas para 2011 que também foram modificadas.

Relatório Anual de Avaliação

Justificativa: Para que a previsão de 95% de contratações fosse alcançada ao final do Plano Plurianual - PPA, significaria contratar cerca de 1800 municípios, número muito elevado para o orçamento disponibilizado para as ações. A meta estipulada foi incompatível com os recursos disponibilizados e dificilmente seria alcançada. No entanto, as alterações sugeridas pela gerência do programa para mudança na forma de cálculo e formulação de nova meta para 2011 foram aceitas pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - MPOG, e passarão a valer a partir de 2011.

3. COBERTURA DO PÚBLICO ALVO

O público-alvo especifica o(s) segmento(s) da sociedade ao(s) qual(is) o programa se destina e que pode se beneficiar direta e legitimamente com sua execução. A parcela do público-alvo efetivamente coberta pelo Programa é conhecida como "beneficiários".

COBERTURA DO PÚBLICO ALVO: Sem Avaliação.

4. SATISFAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS

O PROGRAMA AVALIA A SATISFAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS? Sem Avaliação.

5. ALÉM DA AVALIAÇÃO ANUAL DOS PROGRAMAS DO PPA, FOI REALIZADA OUTRA AVALIAÇÃO DESTE PROGRAMA? NÃO DEVEM SER CONSIDERADOS OS RELATÓRIOS DESTINADOS AO ATENDIMENTO DE DEMANDAS PROVENIENTES DE ÓRGÃOS DE CONTROLE INTERNO E EXTERNO.

EM CASO DE RESPOSTA POSITIVA OU NA EXISTÊNCIA DE AVALIAÇÃO EM ANDAMENTO, INFORME:

- A) INSTITUIÇÃO(ÕES) AVALIADORA(S);
- B) ESCOPO DA AVALIAÇÃO (ASPECTOS DO PROGRAMA QUE FORAM AVALIADOS);
- C) ANO DE TÉRMINO OU DE PREVISÃO DE TÉRMINO DA AVALIAÇÃO;
- D) PRINCIPAIS RESULTADOS, CONCLUSÕES, RECOMENDAÇÕES E COMENTÁRIOS ADICIONAIS.

Sem Avaliação.

6. O PROGRAMA POSSUI MECANISMOS QUE PROMOVEM A PARTICIPAÇÃO SOCIAL?

EM CASO DE RESPOSTA POSITIVA, INDIQUE QUAL(AIS) O(S) MECANISMO(S) ADOTADO(S). JUSTIFIQUE. É ACEITÁVEL MAIS DE UMA MARCAÇÃO.

- A) OUVIDORIA;
- B) AUDIÊNCIA PÚBLICA;
- C) CONSULTA PÚBLICA;
- D) REUNIÃO COM GRUPOS DE INTERESSE;
- E) DISCUSSÃO EM CONSELHO SETORIAL;
- F) CONFERÊNCIAS REGIONAIS E NACIONAIS;
- G) OUTROS (ESPECIFIQUE).

COMENTÁRIOS ADICIONAIS (CAMPO NÃO OBRIGATÓRIO PARA A CONCLUSÃO DO

O PROGRAMA APRESENTA MECANISMOS DE PROMOÇÃO DA PARTICIPAÇÃO SOCIAL? Sem Avaliação.

Habitação de Interesse Social

GERENTE DO PROGRAMA EM 2010

Inês da Silva Magalhães

OBJETIVO

Ampliar o acesso à terra urbanizada, à moradia digna e promover melhoria da qualidade das habitações da população de baixa renda nas áreas urbana e rural

PÚBLICO-ALVO

Famílias com renda familiar até 5 salários mínimos

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

QUADRO SÍNTESE DA EXECUÇÃO FINANCEIRA

Autorizado (LOA + Créditos): R\$209.194.702,00	Empenhado Liquidado:	R\$14.963.546,16
	Pago Estadais:	-
	Total:	R\$14.963.546,16
Previsto não orçamentário	Realizado não orçamentário	
-	R\$31.537.574.858,06	

METAS FÍSICAS E FINANCEIRAS

Ações (Produto/Unidade de Medida)	Metas Físicas			Metas Financeiras		
	Previsto	Realizado	Índice Realização	Previsto	Realizado	Índice Realização
Apoio à Elaboração de Planos Habitacionais de Interesse Social - 8875 (plano elaborado/UNIDADE)	333,00	0,00	0,00	20.000.000,00	10.828,10	0,05
Apoio à Provisão Habitacional de Interesse Social - 10SJ (FAMÍLIA BENEFICIADA/UNIDADE)	3.054,00	0,00	0,00	75.210.847,00	0,00	0,00
Apoio à Provisão Habitacional de Interesse Social - 10SJ (Família beneficiada/UNIDADE)	5.120,00	631,00	12,32	108.983.855,00	14.952.718,06	13,72
Arrendamento Residencial (PAR) - 9483 (Família beneficiada/UNIDADE)	26.665,00	331.569,00	1.243,46	799.999.999,00	13.958.492.998,07	1.744,81
Financiamento a Pessoas Físicas com Renda até 5 Salários Mínimos para Construção, Reforma ou Aquisição de Imóvel Novo ou Usado (Carta de Crédito) - 9558 (Família beneficiada/UNIDADE)	174.344,00	268.899,00	154,23	2.963.835.225,00	14.621.591.779,72	493,33

Relatório Anual de Avaliação

Financiamento a Pessoas Físicas Organizadas em Cooperativas e Associações Populares (Crédito Solidário) - 9560 (Família beneficiada/UNIDADE)	6.667,00	40,00	0,60	100.000.000,00	1.200.000,00	1,20
Financiamento a Pessoas Jurídicas para Construção Habitacional para Famílias com Renda até 5 Salários Mínimos (Apoio à Produção) - 9561 (Família beneficiada/UNIDADE)	4.741,00	51.430,00	1.084,79	94.840.203,00	2.956.290.080,27	3.117,13
Financiamento ao Poder Público para Provisão Habitacional de Interesse Social (Pró-Moradia) - 9559 (Família beneficiada/UNIDADE)	8.913,00	0,00	0,00	178.242.188,00	0,00	0,00
Subsídio à Habitação de Interesse Social (Lei nº 10.998, de 2004) - 0703 (-/-)				5.000.000,00	0,00	0,00
Índice médio geral de realização			311,93			596,69

METAS FINANCEIRAS - RAP

Ações (Produto/Unidade de Medida)	Metas Físicas			Metas Financeiras		
	Previsto	Realizado	Índice Realização	Previsto	Realizado	Índice Realização
(RAP 2009) Apoio à Elaboração de Planos Habitacionais de Interesse Social - 8875 (plano elaborado/UNIDADE)	-	-	-	19.990.000,00	7.797.159,60	0,39
(RAP 2009) Apoio à Provisão Habitacional de Interesse Social - 10SJ (FAMÍLIA BENEFICIADA/UNIDADE)	-	-	-	84.242.522,08	265.132,10	0,00
(RAP 2009) Apoio à Provisão Habitacional de Interesse Social - 10SJ (Família beneficiada/UNIDADE)	-	-	-	203.739.088,52	41.750.969,80	0,20
Índice médio geral de realização			-			0,20

CONTEXTUALIZAÇÃO

O déficit quantitativo habitacional brasileiro da ordem de 7,9 milhões implica na necessidade de construção de novas moradias, tanto para a reposição (domicílios rústicos e domicílios depreciados pela idade) como para o incremento (domicílios improvisados, domicílios com coabitação familiar e domicílio com ônus excessivo de aluguel) do estoque existente. A produção de moradias dotadas de infra-estrutura para a população com renda até 5 (cinco) salários mínimos apresenta vários problemas relacionados à baixa participação dos setores empresarial e cooperativo (estima-se que 70% das novas moradias são produzidas por autogestão), dos baixos padrões de tecnologia aplicada na produção de moradias, de um passivo financeiro elevado. Há que se considerar que, historicamente, as fontes de financiamento da Política Habitacional não aportaram recursos suficientes para o atendimento de parcela significativa da demanda constituída

pela população com renda familiar de até 5 salários-mínimos, extrato onde se concentra o déficit habitacional. Importa registrar a existência no país de um expressivo número de imóveis urbanos vagos que não estão necessariamente ajustados à demanda habitacional, tanto no que se refere a sua adequação para moradia como para atendimento dos grupos sociais mais carentes. Em termos relativos, o déficit habitacional equivale a 14,9% dos domicílios particulares permanentes brasileiros, proporção ligeiramente inferior nas áreas urbanas (14,3%) e ligeiramente superior em áreas rurais (18,2%). A expressão relativa do déficit habitacional tende a ser maior nos estados nordestinos e áreas urbanas do Norte. Esta percentagem é de 13,7% nas áreas metropolitanas, tendendo, também, a ser mais expressivo naquelas localizadas nas Regiões Norte e Nordeste.

1. PRINCIPAIS RESULTADOS OBTIDOS EM 2010

REGISTRE O GRAU DE ALCANCE DOS RESULTADOS ESPERADOS. O CAMPO JUSTIFICATIVA DEVE SER PREENCHIDO CASO O GRAU DE ALCANCE FIQUE ABAIXO DE 80%.

REGISTRE TAMBÉM OS PRINCIPAIS RESULTADOS TOMANDO POR BASE OS OBJETIVOS, METAS OU PRIORIDADES DESCRITAS NA MENSAGEM PRESIDENCIAL DE ENCAMINHAMENTO DO PPA 2008-2011, APRESENTADAS NO CAMPO INSTRUÇÕES (ACIMA). ALGUNS PROGRAMAS PODEM NÃO TER EXPLÍCITOS ESSES PARÂMETROS, PARA ESSES CASOS SERÃO APRESENTADAS AS INSTRUÇÕES GERAIS. NO DESENVOLVIMENTO DA RESPOSTA NÃO INDIQUE AÇÕES ORÇAMENTÁRIAS, MAS OS PRODUTOS E/OU SERVIÇOS ENTREGUES QUE CONTRIBUÍRAM PARA OS RESULTADOS OBTIDOS.

Em que pese as previsões em relação às metas físicas e financeiras do programa terem sido definidas em outro contexto macroeconômico, de forma geral, o programa obteve êxito na consecução de seu objetivo, extrapolando a meta de cerca de R\$ 4,6 bilhões para o ano de 2010. A execução chegou a cerca R\$ 31,6 bilhões, ou seja, 687% do previsto. As ações responsáveis pelo aumento da execução foram principalmente Programa de Arrendamento Residencial - PAR, Carta de Crédito e Apoio à Produção, representando respectivamente 44,2%, 46,3% e 9,4% do total contratado. O sucesso na execução do programa se deve ao advento do Programa Minha Casa Minha Vida - PMCMV que, com suas diretrizes e aporte de recursos, estimulou a construção de imóveis novos, além de expandir a concessão de subsídios para famílias com renda familiar até 5 salários mínimos.

OBTENÇÃO DOS RESULTADOS: Alcance acima de 100% do esperado.

JUSTIFICATIVA: Não é necessário, conforme orientação acima.

2. PARA CADA INDICADOR REGISTRE O ÍNDICE APURADO EM 2010 E A RESPECTIVA DATA DE APURAÇÃO. EM SEGUIDA, AVALIE A POSSIBILIDADE DE ALCANCE DO ÍNDICE PREVISTO PARA 2011.

ESSAS RESPOSTAS IRÃO COMPOR UM ANEXO ESPECÍFICO A SER ENCAMINHADO AO CONGRESSO NACIONAL.

O CAMPO "MEDIDAS CORRETIVAS NECESSÁRIAS" É OBRIGATÓRIO PARA PREENCHIMENTO QUANDO A POSSIBILIDADE DE ALCANCE FOR DIFERENTE DE "ALTA". ESSE CAMPO PERMITE NO MÁXIMO MIL CARACTERES.

O CAMPO "JUSTIFICATIVA" (NOVIDADE) É OBRIGATÓRIO PARA PREENCHIMENTO QUANDO UM OU MAIS CAMPOS A SEGUIR NÃO ESTIVEREM PREENCHIDOS: ÍNDICE DE REFERÊNCIA; ÍNDICE E DATA DE APURAÇÃO EM 2010; ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA (2011); POSSIBILIDADE DE ALCANCE DO ÍNDICE PREVISTO PARA 2011

Relatório Anual de Avaliação

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICE DE REFERÊNCIA (LINHA DE BASE)		ÍNDICE APURADO EM 2010		ÍNDICE PREVISTO PARA O FINAL DO PPA (2011)	POSSIBILIDADE DE ALCANCE DO ÍNDICE PREVISTO PARA 2011
	Índice	Data de Apuração	Índice	Data de Apuração		
Déficit Habitacional Quantitativo de Famílias com Renda até 3 Salários Mínimos - UNIDADE	7.136.137,00	31/12/2005			4.886.666,00	Alta
Fonte: Ministério das Cidades/Fundação João Pinheiro/IPEA com base nos micro dados da PNAD						
Medidas corretivas necessárias:						
Justificativa: O déficit habitacional é calculado com base nos microdados da Pesquisa Nacional de Amostras de Domicílios depois aplicando metodologia de apuração desenvolvida pela Fundação João Pinheiro. O último dado divulgado refere-se ano de 2008.						
Déficit Habitacional Quantitativo de Famílias com Renda até 5 Salários Mínimos - UNIDADE	7.610.299,00	31/12/2005			5.211.361,00	Alta
Fonte: Ministério das Cidades/Fundação João Pinheiro/IPEA com base nos micro dados da PNAD						
Medidas corretivas necessárias:						
Justificativa: O déficit habitacional é calculado com base nos microdados da Pesquisa Nacional de Amostras de Domicílios depois aplicando metodologia de apuração desenvolvida pela Fundação João Pinheiro. O último dado divulgado refere-se ano de 2008.						

3. COBERTURA DO PÚBLICO ALVO

O público-alvo especifica o(s) segmento(s) da sociedade ao(s) qual(is) o programa se destina e que pode se beneficiar direta e legitimamente com sua execução. A parcela do público-alvo efetivamente coberta pelo Programa é conhecida como "beneficiários".

COBERTURA DO PÚBLICO ALVO: Alcance acima de 100% do previsto.

JUSTIFICATIVA: O objetivo é atender as famílias com renda até 5 salários mínimos por meio da contratação de unidades habitacionais para esse público. Nesse sentido, a meta física, em 2010, para o Programa Habitação de Interesse Social era a contratação de cerca 299.504 unidades habitacionais, mas ao final do exercício o programa já tinha contratado 654.394 unidades habitacionais. O sucesso na execução do programa se deve à expansão da concessão de subsídios para famílias com renda familiar até 5 salários mínimos, no Programa Minha Casa Minha Vida - PMCMV.

4. SATISFAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS

O PROGRAMA AVALIA A SATISFAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS? Não.

DIFICULDADES PARA AVALIAR A SATISFAÇÃO DO BENEFICIÁRIO: No caso do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS as operações se caracterizam por operações individualizadas, realizadas por diversas Instituições Financeiras, concedentes dos créditos imobiliários, dificultando a aplicação de pesquisa pós-ocupação. No caso do Programa de Arrendamento Residencial - PAR que compõe as operações do PMCMV, para renda familiar de até 3 salários mínimos, a Secretaria Nacional de Habitação - SNH contratou consultoria para o desenvolvimento de ações de monitoramento e avaliação, cujos instrumentos já foram produzidos (incluindo a questão da satisfação dos beneficiários) e serão aplicados em 2011. Ressalta-se também, que em 2010, havia poucas unidades entregues e ainda o pouco tempo de ocupação dos empreendimentos não permitiu uma avaliação de satisfação.

5. ALÉM DA AVALIAÇÃO ANUAL DOS PROGRAMAS DO PPA, FOI REALIZADA OUTRA AVALIAÇÃO DESTA PROGRAMA? NÃO DEVEM SER CONSIDERADOS OS RELATÓRIOS DESTINADOS AO ATENDIMENTO DE DEMANDAS PROVENIENTES DE ÓRGÃOS DE CONTROLE INTERNO E EXTERNO.

EM CASO DE RESPOSTA POSITIVA OU NA EXISTÊNCIA DE AVALIAÇÃO EM ANDAMENTO, INFORME:

- A) INSTITUIÇÃO(ÕES) AVALIADORA(S);
- B) ESCOPO DA AVALIAÇÃO (ASPECTOS DO PROGRAMA QUE FORAM AVALIADOS);
- C) ANO DE TÉRMINO OU DE PREVISÃO DE TÉRMINO DA AVALIAÇÃO;
- D) PRINCIPAIS RESULTADOS, CONCLUSÕES, RECOMENDAÇÕES E COMENTÁRIOS ADICIONAIS.

Avaliação em andamento.

INSTITUIÇÃO(ÕES) AVALIADORA(S):

Ministério das Cidades em parceria com instituição de pesquisa a ser definida.

ESCOPO DA AVALIAÇÃO (ASPECTOS DO PROGRAMA QUE FORAM AVALIADOS):

Auferir se as ações referentes ao Programa Minha Casa Minha Vida - PMCMV atendimento à famílias com renda familiar de até 3 salários mínimos, atingiram aos seguintes objetivos a) redução do déficit habitacional com condições dignas de habitabilidade; b) produzir moradias em escala sem causar impactos potencialmente negativos na cidade; c) melhorar as condições de vida da população de baixa renda atendida; d) gerar emprego e renda através do estímulo ao setor da construção civil e avaliar os impactos econômicos e financeiros para as famílias, municípios e mercado imobiliário local e avaliar o desenho econômico financeiro do programa no que diz respeito aos subsídios.

ANO DE TÉRMINO OU DE PREVISÃO DE TÉRMINO DA AVALIAÇÃO:

2011.

6. O PROGRAMA POSSUI MECANISMOS QUE PROMOVEM A PARTICIPAÇÃO SOCIAL?

EM CASO DE RESPOSTA POSITIVA, INDIQUE QUAL(AIS) O(S) MECANISMO(S) ADOTADO(S). JUSTIFIQUE. É ACEITÁVEL MAIS DE UMA MARCAÇÃO.

- A) OUVIDORIA;
- B) AUDIÊNCIA PÚBLICA;
- C) CONSULTA PÚBLICA;
- D) REUNIÃO COM GRUPOS DE INTERESSE;
- E) DISCUSSÃO EM CONSELHO SETORIAL;
- F) CONFERÊNCIAS REGIONAIS E NACIONAIS;
- G) OUTROS (ESPECIFIQUE).

COMENTÁRIOS ADICIONAIS (CAMPO NÃO OBRIGATÓRIO PARA A CONCLUSÃO DO

O PROGRAMA APRESENTA MECANISMOS DE PROMOÇÃO DA PARTICIPAÇÃO SOCIAL? Sim.

Relatório Anual de Avaliação

REUNIÃO COM GRUPOS DE INTERESSE:

No âmbito das ações que compreendem a implantação de empreendimentos habitacionais é realizado Trabalho Técnico Social, com diversas atividades executados com a participação dos grupos de famílias beneficiadas.

DISCUSSÃO EM CONSELHO SETORIAL:

Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social - SNHIS é formado por dois conselhos: o Conselho Gestor do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social – FNHIS e o Conselho das Cidades - ConCidades. O Conselho Gestor do FNHIS possui representantes de entidades empresariais, dos trabalhadores, da área profissional acadêmica ou de pesquisa, e de organização não-governamental, além de representantes do Poder Público Estadual, do Distrito Federal, do Poder Público Municipal ou de suas entidades civis de representação. O ConCidades é um órgão colegiado de natureza deliberativa e consultiva, integrante da estrutura do MCidades e tem por finalidade estudar e propor diretrizes para a formulação e implementação da Política Nacional de Desenvolvimento Urbano - PNDU, bem como acompanhar a sua execução. Atualmente, o ConCidades é constituído por 86 titulares (49 dos segmentos da sociedade civil e 37 dos poderes públicos federal, estadual e municipal), 86 suplentes e 9 observadores dos governos estaduais.

Habitação de Mercado

GERENTE DO PROGRAMA EM 2010

Inês da Silva Magalhães

OBJETIVO

Ampliar o mercado imobiliário propiciando novas formas de acesso ao financiamento habitacional

PÚBLICO-ALVO

Famílias com renda superior a 5 salários mínimos

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

QUADRO SÍNTESE DA EXECUÇÃO FINANCEIRA

Autorizado (LOA + Créditos): -	Empenhado Liquidado:	-
	Pago Estadais:	-
	Total:	-
Previsto não orçamentário R\$3.760.000.000,00	Realizado não orçamentário R\$66.740.067.695,83	

METAS FÍSICAS E FINANCEIRAS

Ações (Produto/Unidade de Medida)	Metas Físicas			Metas Financeiras		
	Previsto	Realizado	Índice Realização	Previsto	Realizado	Índice Realização
Antecipação de Recebíveis Imobiliários (Construgiro) - 9517 (financiamento concedido/UNIDADE)	1.900,00	2.364,00	124,42	760.000.000,00	2.027.893.584,90	266,83
Financiamento a Pessoa Física com Renda acima de 5 Salários Mínimos para Construção, Reforma ou Aquisição de Imóvel Novo ou Usado (Carta de Crédito) - 9570 (Família beneficiada/UNIDADE)	39.516,00	43.191,00	109,30	987.945.074,00	3.343.826.424,00	338,46
Financiamento a Pessoas Jurídicas para Construção Habitacional para Famílias com Renda acima de 5 Salários Mínimos (Apoio à Produção) - 9572 (Família beneficiada/UNIDADE)	8.851,00	7.815,00	88,30	221.293.801,00	629.140.105,93	284,30
Financiamento Imobiliário Habitacional (SBPE) - 90E8 (Família beneficiada/UNIDADE)	288.568,00	512.063,00	177,45	10.100.000.001,00	56.003.390.228,00	554,49
Financiamento para Compra de Material de Construção (Construcard) - 9516 (financiamento concedido/UNIDADE)	200.000,00	359.755,00	179,88	3.000.000.000,00	4.735.817.353,00	157,86

Relatório Anual de Avaliação

Índice médio geral de realização	135,87	320,39
---	---------------	---------------

METAS FINANCEIRAS - RAP

Ações (Produto/Unidade de Medida)	Metas Físicas			Metas Financeiras		
	Previsto	Realizado	Índice Realização	Previsto	Realizado	Índice Realização
Esse programa não possui ações RAP						

CONTEXTUALIZAÇÃO

A Política Nacional de Habitação instituiu as diretrizes para a consolidação das duas linhas estruturantes de atuação e de subdivisão do Sistema Nacional de Habitação, quais sejam: o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social - SNHIS e o Sistema Nacional de Habitação de Mercado, diferenciados nas fontes de recursos, nas formas e condições de financiamento e no direcionamento de subsídios. O Sistema de Habitação de Mercado - SHM objetiva reorganizar o mercado privado em ambiente estável, facilitando a promoção imobiliária. Como foco de atuação privilegia a ampliação das formas de captação de recursos e a inclusão de novos agentes, visando estender o atendimento à parcela da população em condições de arcar com a aquisição do imóvel por meio de financiamento imobiliário. Participam desse sistema os bancos múltiplos, as companhias hipotecárias, as companhias securitárias, as cooperativas de crédito habitacional, os consórcios imobiliários e os agentes promotores de empreendimentos no setor.

1. PRINCIPAIS RESULTADOS OBTIDOS EM 2010

REGISTRE O GRAU DE ALCANCE DOS RESULTADOS ESPERADOS. O CAMPO JUSTIFICATIVA DEVE SER PREENCHIDO CASO O GRAU DE ALCANCE FIQUE ABAIXO DE 80%.

REGISTRE TAMBÉM OS PRINCIPAIS RESULTADOS TOMANDO POR BASE OS OBJETIVOS, METAS OU PRIORIDADES DESCRITAS NA MENSAGEM PRESIDENCIAL DE ENCAMINHAMENTO DO PPA 2008-2011, APRESENTADAS NO CAMPO INSTRUÇÕES (ACIMA). ALGUNS PROGRAMAS PODEM NÃO TER EXPLÍCITOS ESSES PARÂMETROS, PARA ESSES CASOS SERÃO APRESENTADAS AS INSTRUÇÕES GERAIS. NO DESENVOLVIMENTO DA RESPOSTA NÃO INDIQUE AÇÕES ORÇAMENTÁRIAS, MAS OS PRODUTOS E/OU SERVIÇOS ENTREGUES QUE CONTRIBUÍRAM PARA OS RESULTADOS OBTIDOS.

Apesar das previsões em relação às metas físicas e financeiras do programa terem sido definidas em outro contexto macroeconômico, o programa obteve êxito na consecução de seu objetivo, expandindo sobremaneira a oferta de crédito para concessão de financiamentos habitacionais. A assertividade do Governo Federal em implementar ações para superação da crise financeira internacional de 2008, por meio do consumo interno e construção de moradias, implementando, em 2009, o Programa Minha Casa Minha Vida - PMCMV. Essa ação, aliada à forte recuperação econômica observada em 2010, contribuiu para o aquecimento do setor da construção civil, com estímulos contundentes tanto para a demanda como para a oferta. Dentre os fatores que contribuíram para esse resultado positivo no que tange ao cenário macroeconômico benigno destacam-se: aumento real da massa salarial com conseqüente aumento da capacidade de compra das famílias, índices crescentes de emprego formal, decréscimo das taxas de juros, etc. Dentre as medidas adotadas pelo PMCMV, pode-se citar: a concessão de subsídio de até R\$ 23 mil, diminuição das taxas de juros para os financiamentos, redução do custo do seguro e redução do Regime Especial de Tributação (previsto na Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil nº 934, de 27/04/09 - art. 12, para o PMCMV) - RET para as empresas.

OBTENÇÃO DOS RESULTADOS: Alcance acima de 100% do esperado.

JUSTIFICATIVA: Alcance acima de 100% do esperado.

2. PARA CADA INDICADOR REGISTRE O ÍNDICE APURADO EM 2010 E A RESPECTIVA DATA DE APURAÇÃO. EM SEGUIDA, AVALIE A POSSIBILIDADE DE ALCANCE DO ÍNDICE PREVISTO PARA 2011.

ESSAS RESPOSTAS IRÃO COMPOR UM ANEXO ESPECÍFICO A SER ENCAMINHADO AO CONGRESSO NACIONAL.

O CAMPO "MEDIDAS CORRETIVAS NECESSÁRIAS" É OBRIGATÓRIO PARA PREENCHIMENTO QUANDO A POSSIBILIDADE DE ALCANCE FOR DIFERENTE DE "ALTA". ESSE CAMPO PERMITE NO MÁXIMO MIL CARACTERES.

O CAMPO "JUSTIFICATIVA" (NOVIDADE) É OBRIGATÓRIO PARA PREENCHIMENTO QUANDO UM OU MAIS CAMPOS A SEGUIR NÃO ESTIVEREM PREENCHIDOS: ÍNDICE DE REFERÊNCIA; ÍNDICE E DATA DE APURAÇÃO EM 2010; ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA (2011); POSSIBILIDADE DE ALCANCE DO ÍNDICE PREVISTO PARA 2011

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICE DE REFERÊNCIA (LINHA DE BASE)		ÍNDICE APURADO EM 2010		ÍNDICE PREVISTO PARA O FINAL DO PPA (2011)	POSSIBILIDADE DE ALCANCE DO ÍNDICE PREVISTO PARA 2011
	Índice	Data de Apuração	Índice	Data de Apuração		
Déficit Habitacional Quantitativo de Famílias com Renda acima de 5 Salários Mínimos - UNIDADE	292.400,00	31/12/2005			200.229,00	Alta

Fonte: IPEA/IBGE com base nos micro dados da PNAD mais recentes disponíveis

Medidas corretivas necessárias:

Justificativa: O déficit habitacional é calculado com base nos microdados da Pesquisa Nacional de Amostras de Domicílios depois aplicando metodologia de apuração desenvolvida pela Fundação João Pinheiro. O último dado divulgado refere-se ano de 2008.

Déficit Habitacional Quantitativo de Famílias com Renda acima de 10 Salários Mínimos - UNIDADE	63.222,00	31/12/2005			43.293,00	Alta
--	-----------	------------	--	--	-----------	------

Fonte: IPEA/IBGE com base nos micro dados da PNAD mais recentes disponíveis

Medidas corretivas necessárias:

Justificativa: O déficit habitacional é calculado com base nos microdados da Pesquisa Nacional de Amostras de Domicílios depois aplicando metodologia de apuração desenvolvida pela Fundação João Pinheiro. O último dado divulgado refere-se ano de 2008.

3. COBERTURA DO PÚBLICO ALVO

O público-alvo especifica o(s) segmento(s) da sociedade ao(s) qual(is) o programa se destina e que pode se beneficiar direta e legitimamente com sua execução. A parcela do público-alvo efetivamente coberta pelo Programa é conhecida como "beneficiários".

COBERTURA DO PÚBLICO ALVO: Alcance acima de 100% do previsto.

JUSTIFICATIVA: A quantidade de financiamentos cresceu cerca de 71,2% acima do previsto, alicerçada nas medidas adotadas pelo Programa Minha Casa Minha Vida - PMCMV, na maior oferta de crédito por parte dos principais fontes de recursos habitacionais do País: Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS e Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo - SBPE e da expansão econômica verificada em 2010.

Relatório Anual de Avaliação

4. SATISFAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS

O PROGRAMA AVALIA A SATISFAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS? Não.

DIFICULDADES PARA AVALIAR A SATISFAÇÃO DO BENEFICIÁRIO: As ações desse Programa se caracterizam por operações individualizadas, realizadas por diversas instituições financeiras, concedentes de créditos imobiliários, dificultando a aplicação de pesquisa pós-ocupação.

5. ALÉM DA AVALIAÇÃO ANUAL DOS PROGRAMAS DO PPA, FOI REALIZADA OUTRA AVALIAÇÃO DESTE PROGRAMA? NÃO DEVEM SER CONSIDERADOS OS RELATÓRIOS DESTINADOS AO ATENDIMENTO DE DEMANDAS PROVENIENTES DE ÓRGÃOS DE CONTROLE INTERNO E EXTERNO.

EM CASO DE RESPOSTA POSITIVA OU NA EXISTÊNCIA DE AVALIAÇÃO EM ANDAMENTO, INFORME:

- A) INSTITUIÇÃO(ÕES) AVALIADORA(S);
- B) ESCOPO DA AVALIAÇÃO (ASPECTOS DO PROGRAMA QUE FORAM AVALIADOS);
- C) ANO DE TÉRMINO OU DE PREVISÃO DE TÉRMINO DA AVALIAÇÃO;
- D) PRINCIPAIS RESULTADOS, CONCLUSÕES, RECOMENDAÇÕES E COMENTÁRIOS ADICIONAIS.

Sim.

INSTITUIÇÃO(ÕES) AVALIADORA(S):

Ministério das Cidades.

ESCOPO DA AVALIAÇÃO (ASPECTOS DO PROGRAMA QUE FORAM AVALIADOS):

É realizado o acompanhamento das ações do Programa (principalmente às referentes ao recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS) por meio de balanço semanal do Programa Minha Casa Minha Vida - PMCMV, elaborado pela Caixa Econômica Federal, e de bases de dados de todas as operações do FGTS - disponibilizada pela CAIXA pelo CANAL DO FGTS. O acompanhamento visa verificar a adequação entre a execução do programa e as diretrizes da Política Nacional de Habitação.

ANO DE TÉRMINO OU DE PREVISÃO DE TÉRMINO DA AVALIAÇÃO:

2010.

PRINCIPAIS RESULTADOS, CONCLUSÕES, RECOMENDAÇÕES E COMENTÁRIOS ADICIONAIS:

Subsídios para mudança de diretrizes do programa.

6. O PROGRAMA POSSUI MECANISMOS QUE PROMOVEM A PARTICIPAÇÃO SOCIAL?

EM CASO DE RESPOSTA POSITIVA, INDIQUE QUAL(AIS) O(S) MECANISMO(S) ADOTADO(S). JUSTIFIQUE. É ACEITÁVEL MAIS DE UMA MARCAÇÃO.

- A) OUVIDORIA;
- B) AUDIÊNCIA PÚBLICA;
- C) CONSULTA PÚBLICA;
- D) REUNIÃO COM GRUPOS DE INTERESSE;
- E) DISCUSSÃO EM CONSELHO SETORIAL;
- F) CONFERÊNCIAS REGIONAIS E NACIONAIS;
- G) OUTROS (ESPECIFIQUE).

COMENTÁRIOS ADICIONAIS (CAMPO NÃO OBRIGATÓRIO PARA A CONCLUSÃO DO

O PROGRAMA APRESENTA MECANISMOS DE PROMOÇÃO DA PARTICIPAÇÃO SOCIAL? Sim.

DISCUSSÃO EM CONSELHO SETORIAL:

Conselho Gestor do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, com representação dos trabalhadores, empresariado da Construção Civil e Governo Federal.

Relatório Anual de Avaliação

Mobilidade Urbana

GERENTE DO PROGRAMA EM 2010

Luiz Carlos Bueno de Lima

OBJETIVO

Promover a melhoria da mobilidade urbana, de forma sustentável, favorecendo os deslocamentos não-motorizados e o transporte coletivo, com vistas a reduzir os efeitos negativos da circulação urbana, e contribuindo para a melhoria da prestação de serviços de transporte metro-ferroviários por meio da modernização e expansão dos respectivos sistemas

PÚBLICO-ALVO

População urbana de municípios com mais de 60 mil habitantes ou integrantes de Regiões Metropolitanas

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

QUADRO SÍNTESE DA EXECUÇÃO FINANCEIRA

Autorizado (LOA + Créditos): R\$358.311.152,00	Empenhado Liquidado: R\$579.537,32 Pago Estatais: - Total: R\$579.537,32
Previsto não orçamentário R\$11.000.000.000,00	Realizado não orçamentário -

METAS FÍSICAS E FINANCEIRAS

Ações (Produto/Unidade de Medida)	Metas Físicas			Metas Financeiras		
	Previsto	Realizado	Índice Realização	Previsto	Realizado	Índice Realização
Apoio à Elaboração de Projetos de Sistemas Integrados de Transporte Coletivo Urbano - 10SR (Projeto elaborado/UNIDADE)	7,00	0,00	0,00	1.000.000,00	0,00	0,00
Apoio à Implantação da Linha 3 do Sistema de Trens Urbanos do Rio de Janeiro - Trecho Rio de Janeiro - Niterói - São Gonçalo - 7H24 (TRECHO IMPLANTADO/% de execução física)	1,00	0,00	0,00	500.000,00	0,00	0,00
Apoio à Implantação da Linha 4 do Sistema de Trens Urbanos do Rio de Janeiro - Centro do Rio - Barra da Tijuca - RJ - 7H25 (TRECHO IMPLANTADO/% de execução física)	5,00	0,00	0,00	62.257.611,00	0,00	0,00
Apoio à Implantação de Medidas de Moderação de Tráfego - 2D47 (PROJETO APOIADO/UNIDADE)	8,00	0,00	0,00	1.050.000,00	0,00	0,00

Ano Base 2010

Apoio a Projetos de Corredores Estruturais de Transporte Coletivo Urbano - 10SS (PROJETO APOIADO/UNIDADE)	477,00	0,00	0,00	229.947.418,00	0,00	0,00
Apoio a Projetos de Sistemas de Circulação Não-Motorizados - 10ST (PROJETO APOIADO/UNIDADE)	205,00	0,00	0,00	62.956.123,00	0,00	0,00
Financiamento à Infra-estrutura da Mobilidade Urbana - PROMOB - 9A37 (Financiamento concedido/UNIDADE)	100,00	0,00	0,00	300.000.000,00	0,00	0,00
Financiamento de Infra-estrutura de Transporte Coletivo Urbano (Pró-Transporte) - 9930 (financiamento concedido/UNIDADE)	100,00	37,00	37,00	11.000.000.000,00	0,00	0,00
Gestão e Administração do Programa - 2272 (-/-)				600.000,00	579.537,32	96,59
Índice médio geral de realização				4,63		10,73

METAS FINANCEIRAS - RAP

Ações (Produto/Unidade de Medida)	Metas Físicas			Metas Financeiras		
	Previsto	Realizado	Índice Realização	Previsto	Realizado	Índice Realização
(RAP 2009) Apoio a Projetos de Corredores Estruturais de Transporte Coletivo Urbano - 10SS (PROJETO APOIADO/UNIDADE)	-	-	-	3.651.100,00	0,00	0,00
(RAP 2009) Apoio a Projetos de Sistemas de Circulação Não-Motorizados - 10ST (PROJETO APOIADO/UNIDADE)	-	-	-	8.468.100,00	0,00	0,00
(RAP 2009) Apoio às Obras de Implantação de Ligações Urbanas Alternativas entre as Vias Dutra, Aírton Sena e Avenida Papa João Paulo - Guarulhos - SP - 7L61 (PROJETO APOIADO/UNIDADE)	-	-	-	33.700.200,00	7.911,44	0,00
(RAP 2009) Gestão e Administração do Programa - 2272 (-/-)	-	-	-	61.208,16	12.130,00	0,20
(RAP 2009) Implantação de Via Estruturante em Aracaju - Estado de Sergipe - 7N77 (PROJETO APOIADO/UNIDADE)	-	-	-	3.954.600,00	0,00	0,00
Índice médio geral de realização			-			0,04

CONTEXTUALIZAÇÃO

A ocupação das cidades de forma irracional e socialmente excludente e as dificuldades do poder público em garantir meios e sistemas adequados e suficientes para o deslocamento de pessoas, vêm gerando problemas expressivos na mobilidade e acessibilidade urbana. A alta densidade populacional existente nas Regiões Metropolitanas, a saturação das vias principais e de acesso às áreas centrais e o grande contingente populacional que reside em áreas cada vez mais distantes dos centros urbanos, vêm comprometendo a qualidade de vida de toda a população urbana, assim como promovendo deseconomias importantes para os municípios componentes das Regiões Metropolitanas. Os pedestres, as pessoas com restrição de mobilidade, os usuários e a população de baixa renda, residentes nas periferias das cidades, sofrem com maior intensidade os efeitos das deficiências dos sistemas de transportes urbanos. Os seus direitos básicos de cidadão, como o acesso à oportunidade de trabalho, aos serviços de saúde e educação e às atividades sociais, religiosas e de lazer, estão comprometidos. Os serviços de transportes urbanos oferecidos nas cidades mostram deficiências no planejamento, gestão e na utilização de tecnologias, na inadequação do uso das vias, na inexistência de calçadas, vias e sinalização que permitam o deslocamento a pé ou de bicicleta, de forma segura, na inacessibilidade do uso dos transportes coletivos, pela população de baixa renda, devido aos valores tarifários praticadas pelas municipalidades incompatíveis com a renda desta população. O tempo gasto em longos percursos e em congestionamentos, as perdas de vida ocorridas nas vias urbanas, a impossibilidade de mobilidade das pessoas com deficiências, o alto gasto com energias não renováveis, as doenças causadas pela poluição ambiental, tendo os veículos de transporte como os principais agentes poluidores, são efeitos da insuficiência e inadequação dos sistemas de transportes coletivos urbanos adotados nas grandes cidades e regiões metropolitanas.

1. PRINCIPAIS RESULTADOS OBTIDOS EM 2010

REGISTRE O GRAU DE ALCANCE DOS RESULTADOS ESPERADOS. O CAMPO JUSTIFICATIVA DEVE SER PREENCHIDO CASO O GRAU DE ALCANCE FIQUE ABAIXO DE 80%.

REGISTRE TAMBÉM OS PRINCIPAIS RESULTADOS TOMANDO POR BASE OS OBJETIVOS, METAS OU PRIORIDADES DESCRITAS NA MENSAGEM PRESIDENCIAL DE ENCAMINHAMENTO DO PPA 2008-2011, APRESENTADAS NO CAMPO INSTRUÇÕES (ACIMA). ALGUNS PROGRAMAS PODEM NÃO TER EXPLÍCITOS ESSES PARÂMETROS, PARA ESSES CASOS SERÃO APRESENTADAS AS INSTRUÇÕES GERAIS. NO DESENVOLVIMENTO DA RESPOSTA NÃO INDIQUE AÇÕES ORÇAMENTÁRIAS, MAS OS PRODUTOS E/OU SERVIÇOS ENTREGUES QUE CONTRIBUÍRAM PARA OS RESULTADOS OBTIDOS.

Apesar da baixa execução do programa, no que se refere a recursos orçamentários, em 2010, a Secretaria teve ampliação dos recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS para as ações não-orçamentárias, passando de R\$ 1 bilhão em 2009 para R\$ 11 bilhões em 2010. Os resultados do exercício foram: a seleção de 54 projetos de mobilidade urbana vinculados à Copa do Mundo FIFA 2014, a contratação de 37 destas propostas, entre os entes federados e a Caixa Econômica Federal, e a seleção de 386 propostas do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC 2 - Pavimentação e Qualificação de Vias Urbanas.

OBTENÇÃO DOS RESULTADOS: Alcance abaixo de 40% do esperado.

JUSTIFICATIVA: Houve empenhos no exercício de 2010 no programa, mas como não foram liquidados, não constam na tabela de metas. A realização das metas dos valores empenhados será no próximo exercício. A baixa execução ocorreu em função da restrição orçamentária, porém conforme exposto, as ações não-orçamentárias foram o principal destaque da Mobilidade Urbana.

2. PARA CADA INDICADOR REGISTRE O ÍNDICE APURADO EM 2010 E A RESPECTIVA DATA DE APURAÇÃO. EM SEGUIDA, AVALIE A POSSIBILIDADE DE ALCANCE DO ÍNDICE PREVISTO PARA 2011.

ESSAS RESPOSTAS IRÃO COMPOR UM ANEXO ESPECÍFICO A SER ENCAMINHADO AO CONGRESSO NACIONAL.

O CAMPO "MEDIDAS CORRETIVAS NECESSÁRIAS" É OBRIGATÓRIO PARA PREENCHIMENTO QUANDO A POSSIBILIDADE DE ALCANCE FOR DIFERENTE DE "ALTA". ESSE CAMPO PERMITE NO MÁXIMO MIL CARACTERES.

O CAMPO "JUSTIFICATIVA" (NOVIDADE) É OBRIGATÓRIO PARA PREENCHIMENTO QUANDO UM OU MAIS CAMPOS A SEGUIR NÃO ESTIVEREM PREENCHIDOS: ÍNDICE DE REFERÊNCIA; ÍNDICE E DATA DE APURAÇÃO EM 2010; ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA (2011); POSSIBILIDADE DE ALCANCE DO ÍNDICE PREVISTO PARA 2011

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICE DE REFERÊNCIA (LINHA DE BASE)		ÍNDICE APURADO EM 2010		ÍNDICE PREVISTO PARA O FINAL DO PPA (2011)	POSSIBILIDADE DE ALCANCE DO ÍNDICE PREVISTO PARA 2011
	Índice	Data de Apuração	Índice	Data de Apuração		
Coeficiente de Mobilidade Urbana - viagens ao dia/habitante	1,50	01/01/2002			2,00	Média

Fonte: Secretaria Nacional de Transporte e Mobilidade Urbana/MCidades

Medidas corretivas necessárias: O indicador do programa não está sendo medido em função de necessitar recursos orçamentários para implementar pesquisa origem/destino para sua mensuração. A expectativa é média em função da previsão de contratação dos projetos vinculados à Copa do Mundo FIFA 2014 e outros. Para avaliar esta alteração é necessária a efetiva apuração do índice.

Justificativa: O indicador não está sendo efetivamente utilizado no processo de avaliação dos resultados da atuação governamental na área de transporte e mobilidade urbana. Pretende-se que a sua reavaliação seja inserida no próximo Plano Plurianual - PPA, com respectivo aporte de recursos.

3. COBERTURA DO PÚBLICO ALVO

O público-alvo especifica o(s) segmento(s) da sociedade ao(s) qual(is) o programa se destina e que pode se beneficiar direta e legitimamente com sua execução. A parcela do público-alvo efetivamente coberta pelo Programa é conhecida como "beneficiários".

COBERTURA DO PÚBLICO ALVO: Alcance abaixo de 40% do previsto.

JUSTIFICATIVA: O desempenho abaixo da expectativa decorre de restrições orçamentárias.

4. SATISFAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS

O PROGRAMA AVALIA A SATISFAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS? Não.

DIFICULDADES PARA AVALIAR A SATISFAÇÃO DO BENEFICIÁRIO: A avaliação da satisfação dos beneficiários é necessária e importante, porém de difícil execução. A utilização de indicadores adequados e viáveis para o programa poderá auxiliar nesta avaliação.

Relatório Anual de Avaliação

5. ALÉM DA AVALIAÇÃO ANUAL DOS PROGRAMAS DO PPA, FOI REALIZADA OUTRA AVALIAÇÃO DESTE PROGRAMA? NÃO DEVEM SER CONSIDERADOS OS RELATÓRIOS DESTINADOS AO ATENDIMENTO DE DEMANDAS PROVENIENTES DE ÓRGÃOS DE CONTROLE INTERNO E EXTERNO.

EM CASO DE RESPOSTA POSITIVA OU NA EXISTÊNCIA DE AVALIAÇÃO EM ANDAMENTO, INFORME:

- A) INSTITUIÇÃO(ÕES) AVALIADORA(S);
- B) ESCOPO DA AVALIAÇÃO (ASPECTOS DO PROGRAMA QUE FORAM AVALIADOS);
- C) ANO DE TÉRMINO OU DE PREVISÃO DE TÉRMINO DA AVALIAÇÃO;
- D) PRINCIPAIS RESULTADOS, CONCLUSÕES, RECOMENDAÇÕES E COMENTÁRIOS ADICIONAIS.

Não.

6. O PROGRAMA POSSUI MECANISMOS QUE PROMOVEM A PARTICIPAÇÃO SOCIAL?

EM CASO DE RESPOSTA POSITIVA, INDIQUE QUAL(AIS) O(S) MECANISMO(S) ADOTADO(S). JUSTIFIQUE. É ACEITÁVEL MAIS DE UMA MARCAÇÃO.

- A) OUVIDORIA;
- B) AUDIÊNCIA PÚBLICA;
- C) CONSULTA PÚBLICA;
- D) REUNIÃO COM GRUPOS DE INTERESSE;
- E) DISCUSSÃO EM CONSELHO SETORIAL;
- F) CONFERÊNCIAS REGIONAIS E NACIONAIS;
- G) OUTROS (ESPECIFIQUE).

COMENTÁRIOS ADICIONAIS (CAMPO NÃO OBRIGATÓRIO PARA A CONCLUSÃO DO

O PROGRAMA APRESENTA MECANISMOS DE PROMOÇÃO DA PARTICIPAÇÃO SOCIAL? Sim.

DISCUSSÃO EM CONSELHO SETORIAL:

O Conselho das Cidades, coordenado pelo Ministério das Cidades, é um canal de permanente de discussões sobre os programas existentes. Destacam-se as reuniões do Comitê Técnico de Trânsito, Transporte e Mobilidade Urbana, com atuação de técnicos da Secretaria Nacional de Transporte e da Mobilidade Urbana - SeMOB. Também há participação da SeMOB/MCidades no Comitê Gestor de Políticas de Inclusão das Pessoas com deficiência da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República.

Qualidade e Produtividade do Habitat - PBQP-H

GERENTE DO PROGRAMA EM 2010

Inês da Silva Magalhães

OBJETIVO

Elevar os patamares da qualidade e produtividade da construção civil, por meio da criação e implantação de mecanismos de modernização tecnológica e gerencial, contribuindo para ampliar o acesso à moradia para a população de menor renda

PÚBLICO-ALVO

População de baixa renda (beneficiário final), profissionais, empresas e entidades civis e governamentais, públicas e privadas que compõem a cadeia da construção civil

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

QUADRO SÍNTESE DA EXECUÇÃO FINANCEIRA

Autorizado (LOA + Créditos): R\$1.000.000,00	Empenhado Liquidado:	R\$199.516,68
	Pago Estadais:	-
	Total:	R\$199.516,68
Previsto não orçamentário	Realizado não orçamentário	
-	-	

METAS FÍSICAS E FINANCEIRAS

Ações (Produto/Unidade de Medida)	Metas Físicas			Metas Financeiras		
	Previsto	Realizado	Índice Realização	Previsto	Realizado	Índice Realização
Cooperação para Capacitação Profissional e Assistência Técnica à Construção Civil - 8098 (PROJETO IMPLEMENTADO/UNIDADE)	3,00	0,00	0,00	300.000,00	0,00	0,00
Fomento aos Sistemas de Qualidade e Inovação Tecnológica do Setor da Construção Civil - 8100 (SISTEMA IMPLEMENTADO/UNIDADE)	1,00	0,00	0,00	500.000,00	0,00	0,00
Fomento aos Sistemas de Qualidade e Inovação Tecnológica do Setor da Construção Civil - 90EQ (SISTEMA IMPLEMENTADO/UNIDADE)	3,00	0,00	0,00	200.000.000,00	0,00	0,00
Gestão e Administração do Programa - 2272 (-/-)				200.000,00	199.516,68	99,76
Índice médio geral de realização			0,00	24,94		

METAS FINANCEIRAS - RAP

Ações (Produto/Unidade de Medida)	Metas Físicas			Metas Financeiras		
	Previsto	Realizado	Índice Realização	Previsto	Realizado	Índice Realização

Relatório Anual de Avaliação

(RAP 2009) Gestão e Administração do Programa - 2272 (-/-)	-	-	-	9.961,21	0,00	0,00
Índice médio geral de realização			-			0,00

CONTEXTUALIZAÇÃO

No caso da Habitação, além da questão relacionada ao déficit quantitativo, existe ainda uma deficiência na qualidade das construções e obras que compõem o ambiente construído. Historicamente, frente à necessidade de reduzir o custo de seus produtos, a construção civil teve dificuldades em manter o padrão de qualidade dos projetos e obras, resultando em soluções insatisfatórias e de curta vida útil. Grande desigualdade nos padrões de qualidade, prática da não-conformidade intencional, desarticulação, concorrência predatória, desperdício na produção e baixo nível de inovação tecnológica têm se refletido em um ambiente construído de baixa qualidade, necessitando de constantes reparos e serviços de manutenção. Este ainda é o retrato da construção civil, um dos setores produtivos mais importantes da economia, mas que necessita de um esforço conjunto em busca da qualidade e produtividade. Em 1998, esse esforço ganhou corpo com a criação do PBQP-H pelo governo, que passou então a apoiar o esforço de reestruturação do setor produtivo entorno de duas questões fundamentais: a melhoria da qualidade e a modernização produtiva. O setor público iniciou sua participação principalmente como indutor de um processo evolutivo de qualidade e estimulador do aumento da produtividade, enquanto que o setor privado assumiu o compromisso de implementar os sistemas de qualidade e combate ao desperdício. Para tanto, os recursos fiscais do Programa representaram, desde então, apenas uma parte menor do que normalmente tem sido investido pelos principais agentes do setor, significando uma forma de alavanca dos recursos das parcerias público/privado: CAIXA, FINEP, empresas privadas. O grande montante dos recursos alocados pelo setor privado, envolvendo as entidades e as empresas de serviços e produtoras de materiais e componentes - construtoras, projetistas, etc., é destinado ao desenvolvimento de mecanismos de promoção e avaliação da qualidade e, principalmente, na adaptação e ajuste das empresas aos padrões de qualidade exigidos. Nesse contexto, o fortalecimento e a melhoria do desempenho da cadeia produtiva certamente contribuirão para: - o fortalecimento da economia e do setor produtivo nacional; - o aumento da capacidade tecnológica do país; - o aumento da geração de emprego e renda; - o combate ao déficit habitacional e suas conseqüências sociais e urbanas; - a melhoria das condições de vida das comunidades urbanas em geral, e, particularmente, das de menor renda.

1. PRINCIPAIS RESULTADOS OBTIDOS EM 2010

REGISTRE O GRAU DE ALCANCE DOS RESULTADOS ESPERADOS. O CAMPO JUSTIFICATIVA DEVE SER PREENCHIDO CASO O GRAU DE ALCANCE FIQUE ABAIXO DE 80%.

REGISTRE TAMBÉM OS PRINCIPAIS RESULTADOS TOMANDO POR BASE OS OBJETIVOS, METAS OU PRIORIDADES DESCRITAS NA MENSAGEM PRESIDENCIAL DE ENCAMINHAMENTO DO PPA 2008-2011, APRESENTADAS NO CAMPO INSTRUÇÕES (ACIMA). ALGUNS PROGRAMAS PODEM NÃO TER EXPLÍCITOS ESSES PARÂMETROS, PARA ESSES CASOS SERÃO APRESENTADAS AS INSTRUÇÕES GERAIS. NO DESENVOLVIMENTO DA RESPOSTA NÃO INDIQUE AÇÕES ORÇAMENTÁRIAS, MAS OS PRODUTOS E/OU SERVIÇOS ENTREGUES QUE CONTRIBUÍRAM PARA OS RESULTADOS OBTIDOS.

Resultado 1 - Sistema de Avaliação da Conformidade de Empresas de Serviços e Obras da Construção Civil - SiAC:

O indicador do SiAC mostra que o resultado obtido foi acima de 100% do previsto para 2010, alcançando 2544 empresas vigentes no Sistema.

No setor privado, a adesão de construtoras ao SiAC do PBQP-H está se consolidando como fator de diferenciação no mercado.

A adesão voluntária de construtoras ao SiAC do PBQP-H está sendo fortemente alavancada pelos Programas Habitacionais, em especial o Programa Minha Casa Minha Vida - PMCMV, e de infraestrutura, relacionados ao Programa de Aceleração do Crescimento - PAC, geridos pelo Ministério das Cidades e operados pela Caixa Econômica Federal, que buscam a contratação de empresas avaliadas no SiAC, garantindo que os investimentos em habitação e saneamento tenham qualidade e custo adequados.

Ao decorrer do ano, foi promovido o 1º Prêmio PBQP-H 2009/2010, com o objetivo de premiar as construtoras que se destacarem quanto a implementação do Sistema de Gestão da Qualidade de acordo com os escopos de certificação do SiAC. No evento PBQP-H - Os Desafios da Qualidade e Sustentabilidade no Habitat e o Papel da Política Pública, que contou com a presença de autoridades do governo e do setor da construção civil, realizado em 9 de dezembro, foi divulgado o resultado do 1º Prêmio PBQP-H 2009/2010.

Resultado 2 - Sistema de Qualificação de Materiais, Componentes e Sistemas Construtivos - SiMaC:

O indicador do SiMaC atingiu um resultado equivalente a 95% do previsto para 2010. O resultado foi inferior ao índice previsto para 2010, em função de 6 Programas Setoriais de Qualidade (PSQs) não terem atualizados os indicadores de conformidade no 4º trimestre.

Resultado 3 - Sistema Nacional de Avaliação Técnica - SiNAT:

No ano de 2010 foram publicadas duas novas Diretrizes (nº 003 e 004) e a revisão da Diretriz nº 001 para a avaliação de produtos inovadores. Dois Documentos de Avaliação Técnica de produtos inovadores receberam a chancela SiNAT em 2010.

O MCidades em conjunto com a Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP lançaram a Chamada Pública SINAT - INFRAESTRUTURA LABORATORIAL - 10/2010, com o objetivo de selecionar propostas para apoio a projetos voltados ao fortalecimento da infraestrutura laboratorial na área da construção civil, no âmbito do SiNAT. Foram contempladas quatro instituições, sendo disponibilizados R\$ 8 milhões em recursos.

OBTENÇÃO DOS RESULTADOS: Alcance entre 80% a 100% do esperado.

Relatório Anual de Avaliação

2. PARA CADA INDICADOR REGISTRE O ÍNDICE APURADO EM 2010 E A RESPECTIVA DATA DE APURAÇÃO. EM SEGUIDA, AVALIE A POSSIBILIDADE DE ALCANCE DO ÍNDICE PREVISTO PARA 2011.

ESSAS RESPOSTAS IRÃO COMPOR UM ANEXO ESPECÍFICO A SER ENCAMINHADO AO CONGRESSO NACIONAL.

O CAMPO "MEDIDAS CORRETIVAS NECESSÁRIAS" É OBRIGATÓRIO PARA PREENCHIMENTO QUANDO A POSSIBILIDADE DE ALCANCE FOR DIFERENTE DE "ALTA". ESSE CAMPO PERMITE NO MÁXIMO MIL CARACTERES.

O CAMPO "JUSTIFICATIVA" (NOVIDADE) É OBRIGATÓRIO PARA PREENCHIMENTO QUANDO UM OU MAIS CAMPOS A SEGUIR NÃO ESTIVEREM PREENCHIDOS: ÍNDICE DE REFERÊNCIA; ÍNDICE E DATA DE APURAÇÃO EM 2010; ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA (2011); POSSIBILIDADE DE ALCANCE DO ÍNDICE PREVISTO PARA 2011

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICE DE REFERÊNCIA (LINHA DE BASE)		ÍNDICE APURADO EM 2010		ÍNDICE PREVISTO PARA O FINAL DO PPA (2011)	POSSIBILIDADE DE ALCANCE DO ÍNDICE PREVISTO PARA 2011
	Índice	Data de Apuração	Índice	Data de Apuração		
Taxa de Empresas Avaliadas no SiAC - porcentagem (%)	3,40	01/12/2006	8,77	09/2010	7,30	Alta
Fonte: Banco de Dados PBQP-H - Lista de empresas avaliadas (portal: www.cidades.gov.br/pbqp-h) Banco de Dados do INMETRO IBGE						
Medidas corretivas necessárias:						
Justificativa:						
Índice de Qualificação de Materiais e Componentes da Cesta Básica da Construção Civil - porcentagem	84,00	01/05/2007	81,34	12/2010	88,00	Alta
Fonte: Banco de Dados do PBQP-H - Lista de PSQs (portal: www.cidades.gov.br/pbqp-h) Entidade setorial de cada produto						
Medidas corretivas necessárias:						
Justificativa: O indicador do SiMaC atingiu um resultado equivalente a 95% do previsto para 2010. O resultado foi inferior ao índice previsto para 2010, em função de 6 Programas Setoriais de Qualidade (PSQs) não terem atualizados os indicadores de conformidade no 4º trimestre.						

3. COBERTURA DO PÚBLICO ALVO

O público-alvo especifica o(s) segmento(s) da sociedade ao(s) qual(is) o programa se destina e que pode se beneficiar direta e legitimamente com sua execução. A parcela do público-alvo efetivamente coberta pelo Programa é conhecida como "beneficiários".

COBERTURA DO PÚBLICO ALVO: Alcance entre 80% a 100% do previsto.

JUSTIFICATIVA: A implementação do Programa no país passou a estar presente em todas as unidades federativas por meio do acordo setorial nacional, de março de 2010, pactuado entre o MCidades, Caixa Econômica Federal e Câmara Brasileira da Indústria da Construção - CBIC. Dessa forma, o índice de cobertura do público-alvo alcançado em 2010 é superior ao de 2009.

4. SATISFAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS

O PROGRAMA AVALIA A SATISFAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS? Não.

DIFICULDADES PARA AVALIAR A SATISFAÇÃO DO BENEFICIÁRIO: Apesar de não haver pesquisa sistemática de satisfação dos beneficiários, o Programa avalia que os resultados alcançados em 2010 atenderam às expectativas dos parceiros de desenvolvimento do Programa, ouvidos por meio de seus colegiados. Entretanto, destaca-se que algumas demandas levantadas pelo público-alvo não puderam ser respondidas devido a sua reduzida equipe técnica, ao processo de negociação das próprias entidades do setor, considerando-se a gestão compartilhada do Programa.

5. ALÉM DA AVALIAÇÃO ANUAL DOS PROGRAMAS DO PPA, FOI REALIZADA OUTRA AVALIAÇÃO DESTE PROGRAMA? NÃO DEVEM SER CONSIDERADOS OS RELATÓRIOS DESTINADOS AO ATENDIMENTO DE DEMANDAS PROVENIENTES DE ÓRGÃOS DE CONTROLE INTERNO E EXTERNO.

EM CASO DE RESPOSTA POSITIVA OU NA EXISTÊNCIA DE AVALIAÇÃO EM ANDAMENTO, INFORME:

- A) INSTITUIÇÃO(ÕES) AVALIADORA(S);
- B) ESCOPO DA AVALIAÇÃO (ASPECTOS DO PROGRAMA QUE FORAM AVALIADOS);
- C) ANO DE TÉRMINO OU DE PREVISÃO DE TÉRMINO DA AVALIAÇÃO;
- D) PRINCIPAIS RESULTADOS, CONCLUSÕES, RECOMENDAÇÕES E COMENTÁRIOS ADICIONAIS.

Sim.

INSTITUIÇÃO(ÕES) AVALIADORA(S):

A própria, por meio de contrato de serviços técnicos de consultoria especializada - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento PNUD - BRA/00/043. Consultor: Antonio Fernando Marques de Paula.

ESCOPO DA AVALIAÇÃO (ASPECTOS DO PROGRAMA QUE FORAM AVALIADOS):

Avaliação das ações propostas e ações executadas durante a vigência do Projeto, entrevistas com representantes do governo e do setor privado, e a elaboração do Planejamento Estratégico do Programa.

ANO DE TÉRMINO OU DE PREVISÃO DE TÉRMINO DA AVALIAÇÃO:

2010.

PRINCIPAIS RESULTADOS, CONCLUSÕES, RECOMENDAÇÕES E COMENTÁRIOS ADICIONAIS:

Mapa Estratégico e as relações de causa-e-efeito.

VISÃO: Ser reconhecido pela sociedade como o programa nacional de promoção da qualidade, produtividade e sustentabilidade do habitat, integrando todos os atores públicos e privados.

6. O PROGRAMA POSSUI MECANISMOS QUE PROMOVEM A PARTICIPAÇÃO SOCIAL?

EM CASO DE RESPOSTA POSITIVA, INDIQUE QUAL(AIS) O(S) MECANISMO(S) ADOTADO(S). JUSTIFIQUE. É ACEITÁVEL MAIS DE UMA MARCAÇÃO.

- A) OUVIDORIA;
- B) AUDIÊNCIA PÚBLICA;
- C) CONSULTA PÚBLICA;
- D) REUNIÃO COM GRUPOS DE INTERESSE;
- E) DISCUSSÃO EM CONSELHO SETORIAL;
- F) CONFERÊNCIAS REGIONAIS E NACIONAIS;
- G) OUTROS (ESPECIFIQUE).

COMENTÁRIOS ADICIONAIS (CAMPO NÃO OBRIGATÓRIO PARA A CONCLUSÃO DO

O PROGRAMA APRESENTA MECANISMOS DE PROMOÇÃO DA PARTICIPAÇÃO SOCIAL? Sim.

Relatório Anual de Avaliação

REUNIÃO COM GRUPOS DE INTERESSE:

O PBQP-H, entre 30 de junho a 2 de julho de 2010, participou da Terceira Reunião do Programa de Qualidade e Produtividade do Habitat 3 MINURVID, na cidade de Quito - Equador, de acordo com a continuação das atividades do programa que foi acordada durante a Segunda Reunião do Programa realizada no Rio de Janeiro em novembro de 2009. A Terceira Reunião do Programa de Qualidade e Produtividade do Habitat 3 MINURVI contou com delegações dos países da Argentina, Brasil, Chile, Equador, Paraguai, Uruguai e México com representantes governamentais e do setor privado;

Participação em comissão tripartite, no Ministério do Trabalho e Emprego, para elaborar um plano de trabalho com o objetivo de detalhar as ações de certificação profissional;

Participação no Comitê Executivo de Produção Sustentável, no Ministério do Meio Ambiente;

Participação Grupo de Trabalho Energia Solar Térmica, no Ministério do Meio Ambiente;

Participação na Comissão Técnica do Programa de Avaliação da Conformidade para Profissionais da área da Construção Civil, no INMETRO.

CONFERÊNCIAS REGIONAIS E NACIONAIS:

O evento CPBQP-H - Os Desafios da Qualidade e Sustentabilidade no Habitat e o Papel da Política Pública realizado em 9 de novembro de 2010, em Brasília, teve com objetivo debater o PBQP-H 2015 Objetivos Estratégicos (metas do Milênio), a qualidade nas obras públicas, a sustentabilidade no habitat, e premiar, com o Prêmio PBQP-H Edição 2010D, as Construtoras que mais se destacaram na implementação de Sistemas de Gestão da Qualidade. Participaram do evento diversas entidades setoriais e importantes atores da cadeia produtiva da construção civil brasileira, além de autoridades do Governo.

OUTROS (ESPECIFIQUE):

As Comissões Nacionais do SiAC, SiMaC e do SiNAT são tripartites (Governo, Setor Produtivo, Entidades Neutras) e possuem participação direta do Setor da Construção Civil, com seus membros representantes. As Comissões são compostas desta forma para que as soluções sejam construídas em conjunto, de maneira que todos passem a se sentir responsáveis pela implementação das mesmas.

Reabilitação de Áreas Urbanas Centrais

GERENTE DO PROGRAMA EM 2010

Celso Santos Carvalho

OBJETIVO

Promover a reabilitação urbana e o adensamento de áreas centrais desocupadas em Capitais e municípios integrantes de Regiões Metropolitanas, de forma a otimizar a infraestrutura instalada, recuperar o estoque habitacional e a dinâmica econômica

PÚBLICO-ALVO

População residente ou usuária das áreas urbanas centrais de capitais e municípios integrantes de Regiões Metropolitanas

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

QUADRO SÍNTESE DA EXECUÇÃO FINANCEIRA

Autorizado (LOA + Créditos): R\$13.725.318,00	Empenhado Liquidado:	R\$278.713,16
	Pago Estatais:	-
	Total:	R\$278.713,16
Previsto não orçamentário	Realizado não orçamentário	
-	-	

METAS FÍSICAS E FINANCEIRAS

Ações (Produto/Unidade de Medida)	Metas Físicas			Metas Financeiras		
	Previsto	Realizado	Índice Realização	Previsto	Realizado	Índice Realização
Apoio à Elaboração de Planos de Reabilitação de Áreas Urbanas Centrais de Capitais e Municípios Integrantes de Regiões Metropolitanas - 8868 (plano elaborado/UNIDADE)	4,00	0,00	0,00	900.000,00	0,00	0,00
Apoio a Projetos de Infra-Estrutura e Requalificação de Espaços de Uso Público em Áreas Centrais de Maceió - AL - 7K82 (PESSOA BENEFICIADA/UNIDADE)	18.740,00	0,00	0,00	12.325.318,00	0,00	0,00
Apoio a Projetos de Infra-Estrutura e Requalificação de Espaços de Uso Público em Áreas Centrais de Capitais e Municípios Integrantes de Regiões Metropolitanas - 10SB (PESSOA BENEFICIADA/UNIDADE)	45,00	0,00	0,00	100.000,00	0,00	0,00
Gestão e Administração do Programa - 2272 (-/-)				300.000,00	278.713,16	92,90

Relatório Anual de Avaliação

Reabilitação de Bens Culturais e Sítios Históricos Protegidos - 8713 (bem preservado/UNIDADE)	1,00	0,00	0,00	100.000,00	0,00	0,00
Índice médio geral de realização				0,00		18,58

METAS FINANCEIRAS - RAP

Ações (Produto/Unidade de Medida)	Metas Físicas			Metas Financeiras		
	Previsto	Realizado	Índice Realização	Previsto	Realizado	Índice Realização
(RAP 2009) Apoio à Elaboração de Planos de Reabilitação de Áreas Urbanas Centrais de Capitais e Municípios Integrantes de Regiões Metropolitanas - 8868 (plano elaborado/UNIDADE)	-	-	-	580.600,00	340.600,00	0,59
(RAP 2009) Apoio a Projetos de Infra-Estrutura e Requalificação de Espaços de Uso Público em Áreas Centrais de Capitais e Municípios Integrantes de Regiões Metropolitanas - 10SB (PESSOA BENEFICIADA/UNIDADE)	-	-	-	493.100,00	0,00	0,00
(RAP 2009) Gestão e Administração do Programa - 2272 (-/-)	-	-	-	15.588,94	10.000,00	0,64
(RAP 2009) Reabilitação de Bens Culturais e Sítios Históricos Protegidos - 8713 (bem preservado/UNIDADE)	-	-	-	112.733,40	112.732,80	1,00
Índice médio geral de realização			-			0,56

CONTEXTUALIZAÇÃO

Diagnóstico da situação-problema: existência de déficit habitacional total de quase 6 milhões de moradias conjugada com simultânea ocorrência de 4,5 milhões de imóveis urbanos vazios; existência de moradias localizadas em áreas de risco e insalubres; disponibilidade de infra-estrutura urbana e um expressivo acervo de imóveis habitacional e comercial subutilizados ou em desuso, localizados em áreas centrais; expansão desordenada e/ou desnecessária das cidades brasileiras; existência de imóveis antigos com situação fundiária irregular; e subaproveitamento e degradação do patrimônio cultural nas áreas centrais antigas. Consequências da não implementação do programa: falta de critérios racionais de priorização no que concerne à expansão das cidades brasileiras; continuidade dos riscos de vida e dos relativos à saúde para os moradores dos imóveis em situação precária; desperdício ambiental; e perda do patrimônio cultural, em prejuízo das gerações futuras. Condicionantes favoráveis: vontade política de alguns setores do poder público em trabalhar de forma articulada; existência dos instrumentos do Estatuto da Cidade; disponibilidade de infra-estrutura; estoque de imóveis residenciais não ocupados; leis de incentivo fiscal aplicáveis em áreas de interesse cultural; baixo custo das obras de infra-estrutura, uma vez que haverá o aproveitamento daquela já existente. Condicionantes desfavoráveis: falta de vontade política de alguns setores do poder público; alto custo das obras de reabilitação; baixo grau de desenvolvimento, no Brasil, de

tecnologias e técnicas adequadas à reabilitação; pouco interesse do setor da construção civil na reabilitação; insuficiente capacitação profissional dos setores público e privado atinente às questões de reabilitação urbana; inadequação/insuficiência das linhas de financiamentos voltadas para reabilitação urbana; falta de flexibilidade na operacionalização das leis de incentivo fiscal, aplicáveis em imóveis simultaneamente de interesse cultural e social.

1. PRINCIPAIS RESULTADOS OBTIDOS EM 2010

REGISTRE O GRAU DE ALCANCE DOS RESULTADOS ESPERADOS. O CAMPO JUSTIFICATIVA DEVE SER PREENCHIDO CASO O GRAU DE ALCANCE FIQUE ABAIXO DE 80%.

REGISTRE TAMBÉM OS PRINCIPAIS RESULTADOS TOMANDO POR BASE OS OBJETIVOS, METAS OU PRIORIDADES DESCRITAS NA MENSAGEM PRESIDENCIAL DE ENCAMINHAMENTO DO PPA 2008-2011, APRESENTADAS NO CAMPO INSTRUÇÕES (ACIMA). ALGUNS PROGRAMAS PODEM NÃO TER EXPLÍCITOS ESSES PARÂMETROS, PARA ESSES CASOS SERÃO APRESENTADAS AS INSTRUÇÕES GERAIS. NO DESENVOLVIMENTO DA RESPOSTA NÃO INDIQUE AÇÕES ORÇAMENTÁRIAS, MAS OS PRODUTOS E/OU SERVIÇOS ENTREGUES QUE CONTRIBUÍRAM PARA OS RESULTADOS OBTIDOS.

Articulação de Parcerias - Elaboração de cadernos técnicos para a Regulamentação e Implementação de Operações Urbanas Consorciadas e da Outorga Onerosa do Direito de Construir, uma realização do Plano Nacional de Capacitação das Cidades - PNCC em conjunto com a Secretaria Nacional de Programas Urbanos - SNPU e o Lincoln Institute of Land Policy. Ainda, o Programa estabeleceu parceria com o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN, para elaboração de um Manual de orientação para implementação de ações de reabilitação em áreas urbanas centrais e históricas, cuja edição está prevista para o primeiro semestre de 2011.

OBTENÇÃO DOS RESULTADOS: Alcance abaixo de 40% do esperado.

JUSTIFICATIVA: Devido ao constante contingenciamento dos recursos do Programa, o apoio direto a Estados e municípios para a elaboração de Planos, projetos e execução de obras tem estado freqüentemente abaixo do esperado. No ano de 2010, buscando contribuir para a difusão da política de reabilitação de centros e atender aos objetivos do programa, a equipe centrou esforços na instituição de parcerias para a elaboração de seminários cujo objetivo era discutir a implementação de alguns instrumentos do Estatuto das Cidades, organização de um curso à distância sobre a implementação dos Planos de Reabilitação de Áreas Urbanas Centrais, elaboração de Manuais de Implementação dos Planos de Reabilitação de Áreas Urbanas Centrais e Manual sobre implementação dos instrumentos Outorga Onerosa do Direito de Construir e Operações Urbanas Consorciadas.

Relatório Anual de Avaliação

2. PARA CADA INDICADOR REGISTRE O ÍNDICE APURADO EM 2010 E A RESPECTIVA DATA DE APURAÇÃO. EM SEGUIDA, AVALIE A POSSIBILIDADE DE ALCANCE DO ÍNDICE PREVISTO PARA 2011.

ESSAS RESPOSTAS IRÃO COMPOR UM ANEXO ESPECÍFICO A SER ENCAMINHADO AO CONGRESSO NACIONAL.

O CAMPO "MEDIDAS CORRETIVAS NECESSÁRIAS" É OBRIGATÓRIO PARA PREENCHIMENTO QUANDO A POSSIBILIDADE DE ALCANCE FOR DIFERENTE DE "ALTA". ESSE CAMPO PERMITE NO MÁXIMO MIL CARACTERES.

O CAMPO "JUSTIFICATIVA" (NOVIDADE) É OBRIGATÓRIO PARA PREENCHIMENTO QUANDO UM OU MAIS CAMPOS A SEGUIR NÃO ESTIVEREM PREENCHIDOS: ÍNDICE DE REFERÊNCIA; ÍNDICE E DATA DE APURAÇÃO EM 2010; ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA (2011); POSSIBILIDADE DE ALCANCE DO ÍNDICE PREVISTO PARA 2011

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICE DE REFERÊNCIA (LINHA DE BASE)		ÍNDICE APURADO EM 2010		ÍNDICE PREVISTO PARA O FINAL DO PPA (2011)	POSSIBILIDADE DE ALCANCE DO ÍNDICE PREVISTO PARA 2011
	Índice	Data de Apuração	Índice	Data de Apuração		
Taxa de Domicílios Vagos nas Áreas de Intervenção - PERCENTAGEM	11,00	31/12/2003			0,00	Muito Baixa

Fonte: Ministério das Cidades

Medidas corretivas necessárias: O indicador não possui ferramenta adequada de aferição nas três esferas federais, salvo algumas pesquisas da Fundação João Pinheiro e Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. No entanto, essas aferições não são feitas todos os anos, originando lapsos temporais. O indicador será mantido e analisado no Plano Plurianual - PPA 2012-2015, no entanto, é necessário a destinação de recursos para elaboração de metodologia de cálculo de imóveis vazios a partir de setores censitários, visando a construção de uma plataforma on line cuja alimentação poderá ser feita pelos municípios.

Justificativa: O processo de avaliação necessita da periodicidade histórica das informações, que será obtida apenas com a sequência nos próximos anos de atualizações das pesquisas empreendidas, sobretudo nos municípios.

Taxa de Municípios pertencentes a Regiões Metropolitanas, RIDEs ou capitais que aderiram à política de Reabilitação de Centros - %	6,26	31/12/2006	28,50	12/2010	62,63	Média
--	------	------------	-------	---------	-------	-------

Fonte: Ministério das Cidades

Medidas corretivas necessárias: Revisão do universo de atuação do programa de forma a incorporar municípios que tenham necessidade de políticas de reabilitação, mas que não fazem parte de regiões metropolitanas ou RIDE's. Também é importante ampliar as ações de capacitação, buscando maior alcance no atendimento a municípios e melhor difusão da política em nível local.

Justificativa: O índice ficou abaixo do esperado devido ao contingenciamento dos recursos do Programa que não permitiu a realização de cursos e a contratação de Planos e obras de reabilitação.

3. COBERTURA DO PÚBLICO ALVO

O público-alvo especifica o(s) segmento(s) da sociedade ao(s) qual(is) o programa se destina e que pode se beneficiar direta e legitimamente com sua execução. A parcela do público-alvo efetivamente coberta pelo Programa é conhecida como "beneficiários".

COBERTURA DO PÚBLICO ALVO: Alcance abaixo de 40% do previsto.

JUSTIFICATIVA: No ano de 2010, o Programa teve dificuldades para a execução das suas ações devido ao contingenciamento de recursos ao longo de todo o ano. Apesar desse quadro, foi dada continuidade às ações que já vinham sendo desenvolvidas nos anos precedentes e à consecução de parcerias, atendendo o público alvo, porém de forma limitada, dada a falta de recursos.

4. SATISFAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS

O PROGRAMA AVALIA A SATISFAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS? Não.

DIFICULDADES PARA AVALIAR A SATISFAÇÃO DO BENEFICIÁRIO: O Programa tem focado suas ações no Planejamento Urbano. Somente a partir da finalização da implementação das ações previstas nos Planos municipais será possível verificar mudanças qualitativas na realidade local e, por conseguinte, colher dados relativos à satisfação dos usuários e beneficiários.

5. ALÉM DA AVALIAÇÃO ANUAL DOS PROGRAMAS DO PPA, FOI REALIZADA OUTRA AVALIAÇÃO DESTE PROGRAMA? NÃO DEVEM SER CONSIDERADOS OS RELATÓRIOS DESTINADOS AO ATENDIMENTO DE DEMANDAS PROVENIENTES DE ÓRGÃOS DE CONTROLE INTERNO E EXTERNO.

EM CASO DE RESPOSTA POSITIVA OU NA EXISTÊNCIA DE AVALIAÇÃO EM ANDAMENTO, INFORME:

- A) INSTITUIÇÃO(ÕES) AVALIADORA(S);
- B) ESCOPO DA AVALIAÇÃO (ASPECTOS DO PROGRAMA QUE FORAM AVALIADOS);
- C) ANO DE TÉRMINO OU DE PREVISÃO DE TÉRMINO DA AVALIAÇÃO;
- D) PRINCIPAIS RESULTADOS, CONCLUSÕES, RECOMENDAÇÕES E COMENTÁRIOS ADICIONAIS.

Sim.

INSTITUIÇÃO(ÕES) AVALIADORA(S):

Secretaria Nacional de Programas Urbanos – SNPU do Ministério das Cidades.

ESCOPO DA AVALIAÇÃO (ASPECTOS DO PROGRAMA QUE FORAM AVALIADOS):

Estratégia de atuação, objetivos e metas institucionais, restos a pagar de exercícios anteriores, transferências realizadas no exercício, contratações e parcerias, aferição dos indicadores, resultados positivos e negativos.

ANO DE TÉRMINO OU DE PREVISÃO DE TÉRMINO DA AVALIAÇÃO:

2010.

PRINCIPAIS RESULTADOS, CONCLUSÕES, RECOMENDAÇÕES E COMENTÁRIOS ADICIONAIS:

Enfraquecimento institucional contínuo do Programa, refletido da escassez de recursos destinado à consecução das ações do Programa;
Manutenção da demanda de apoio e assistência técnica da parte dos governos locais em níveis superiores à capacidade de atendimento do Programa;
Fortalecimento da pauta da reabilitação através da celebração de parcerias e comprovação do sucesso do modelo federativo para gestão de áreas centrais e estratégicas das cidades.

Relatório Anual de Avaliação

6. O PROGRAMA POSSUI MECANISMOS QUE PROMOVEM A PARTICIPAÇÃO SOCIAL?

EM CASO DE RESPOSTA POSITIVA, INDIQUE QUAL(AIS) O(S) MECANISMO(S) ADOTADO(S). JUSTIFIQUE. É ACEITÁVEL MAIS DE UMA MARCAÇÃO.

- A) OUVIDORIA;
- B) AUDIÊNCIA PÚBLICA;
- C) CONSULTA PÚBLICA;
- D) REUNIÃO COM GRUPOS DE INTERESSE;
- E) DISCUSSÃO EM CONSELHO SETORIAL;
- F) CONFERÊNCIAS REGIONAIS E NACIONAIS;
- G) OUTROS (ESPECIFIQUE).

COMENTÁRIOS ADICIONAIS (CAMPO NÃO OBRIGATÓRIO PARA A CONCLUSÃO DO

O PROGRAMA APRESENTA MECANISMOS DE PROMOÇÃO DA PARTICIPAÇÃO SOCIAL? Sim.

AUDIÊNCIA PÚBLICA:

Quando solicitada pelo município.

CONSULTA PÚBLICA:

Prevista no manual para apresentação de propostas do programa para contratação e destinação de recursos.

REUNIÃO COM GRUPOS DE INTERESSE:

De acordo com a demanda de cada projeto em execução.

DISCUSSÃO EM CONSELHO SETORIAL:

Conforme cronograma dos acordos de cooperação técnica, no caso dos conselhos municipais e de acordo com agenda estabelecida, no caso do Conselho Nacional das Cidades.

OUTROS (ESPECIFIQUE):

Realização de seminários e oficinas de trabalho para a discussão de ações e projetos a serem desenvolvidos pelo Programa de Reabilitação.

Segurança e Educação de Trânsito: Direito e Responsabilidade de Todos

GERENTE DO PROGRAMA EM 2010

ALFREDO PERES DA SILVA

OBJETIVO

Reduzir a mortalidade, a gravidade e o número de acidentes de trânsito no País

PÚBLICO-ALVO

Sociedade

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

QUADRO SÍNTESE DA EXECUÇÃO FINANCEIRA

Autorizado (LOA + Créditos): R\$492.846.427,00	Empenhado Liquidado:	R\$130.384.219,16
	Pago Estadais:	-
	Total:	R\$130.384.219,16
Previsto não orçamentário	Realizado não orçamentário	
-	-	

METAS FÍSICAS E FINANCEIRAS

Ações (Produto/Unidade de Medida)	Metas Físicas			Metas Financeiras		
	Previsto	Realizado	Índice Realização	Previsto	Realizado	Índice Realização
Capacitação de Profissionais do Sistema Nacional de Trânsito - 6622 (PROFISSIONAL CAPACITADO/UNIDADE)	18.400,00	6.260,00	34,02	6.975.000,00	5.951.312,95	85,32
Educação para a Cidadania no Trânsito - 4414 (projeto elaborado/UNIDADE)	20.003,00	0,00	0,00	1.650.000,00	0,00	0,00
Educação para a Cidadania no Trânsito - 4414 (Projeto elaborado/UNIDADE)	6,00	3,00	50,00	13.320.000,00	138.893,43	1,04
Fomento a Pesquisa e Desenvolvimento na Área de Trânsito - 4398 (PROJETO APOIADO/UNIDADE)	5,00	0,00	0,00	17.658.000,00	74.930,00	0,42
Fomento a Projetos Destinados à Redução de Acidentes no Trânsito - 8487 (PROJETO APOIADO/UNIDADE)	15,00	590,00	3.933,33	196.471.127,00	1.001.030,00	0,51
Fortalecimento Institucional dos Órgãos e Entidades do Sistema Nacional de Trânsito - SNT - 8028 (Projeto elaborado/UNIDADE)	4,00	0,00	0,00	4.050.000,00	0,00	0,00
Gestão e Administração do Programa - 2272 (-/-)				19.167.300,00	10.062.077,38	52,50
Publicidade de Utilidade Pública - 4641 (-/-)				120.000.000,00	52.932.088,14	44,11

Relatório Anual de Avaliação

Sistema de Informações do Sistema Nacional de Trânsito - 4410 (Sistema mantido/UNIDADE)	9,00	7,00	77,78	113.555.000,00	60.223.887,26	53,03
Índice médio geral de realização			585,02			26,33

METAS FINANCEIRAS - RAP

Ações (Produto/Unidade de Medida)	Metas Físicas			Metas Financeiras		
	Previsto	Realizado	Índice Realização	Previsto	Realizado	Índice Realização
(RAP 2009) Capacitação de Profissionais do Sistema Nacional de Trânsito - 6622 (PROFISSIONAL CAPACITADO/UNIDADE)	-	-	-	1.747.120,00	1.684.126,23	0,96
(RAP 2009) Fomento a Pesquisa e Desenvolvimento na Área de Trânsito - 4398 (PROJETO APOIADO/UNIDADE)	-	-	-	840.890,00	764.090,00	0,91
(RAP 2009) Fomento a Projetos Destinados à Redução de Acidentes no Trânsito - 8487 (PROJETO APOIADO/UNIDADE)	-	-	-	189.173.086,64	6.721.802,80	0,04
(RAP 2009) Fortalecimento Institucional dos Órgãos e Entidades do Sistema Nacional de Trânsito - SNT - 8028 (Projeto elaborado/UNIDADE)	-	-	-	828.006,00	768.225,21	0,93
(RAP 2009) Gestão e Administração do Programa - 2272 (-/-)	-	-	-	2.005.988,57	1.705.374,90	0,85
(RAP 2009) Publicidade de Utilidade Pública - 4641 (-/-)	-	-	-	78.366.291,01	75.033.756,69	0,96
(RAP 2009) Sistema de Informações do Sistema Nacional de Trânsito - 4410 (Sistema mantido/UNIDADE)	-	-	-	3.020.606,63	1.807.456,34	0,60
Índice médio geral de realização			-			0,75

CONTEXTUALIZAÇÃO

O sistema de trânsito ocupa um papel de destaque sob o aspecto social e econômico, na medida em que envolve, no dia a dia, praticamente todos os cidadãos brasileiros no exercício pleno do seu direito de ir e vir, de locomover-se livremente em busca de suas necessidades, de seu bem-estar e da comunidade em que vive. Diversos são os meios de locomoção por via terrestre que envolvem diretamente o cidadão e o transporte de produtos em seu benefício. Tais dinâmicas, intensas e ininterruptas, caracterizam o trânsito urbano e rodoviário gerando problemas e desafiando os governos e toda a coletividade para a sua solução. Tais problemas traduzem-se, por exemplo, em elevadas taxas de ocorrência e de gravidade de acidentes de trânsito, em congestionamentos e na degradação do ambiente urbano, influenciando negativamente a qualidade de vida da população. O Departamento Nacional de Trânsito - DENATRAN, órgão máximo executivo

de trânsito da União, no empenho de cumprir sua missão de promover o desempenho eficiente e eficaz dos órgãos e entidades integrantes do Sistema Nacional de Trânsito - SNT administra políticas, elabora, fomenta e executa programas e projetos que contribuem para a fluidez e a segurança do trânsito, respeitando o meio ambiente e visando a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos. Os acidentes de trânsito representam uma das mais frequentes causas de óbitos no Brasil. A cada ano, mais de 34 mil pessoas morrem e 514 mil são feridas ou tornam-se inválidas em ocorrências de trânsito. Segundo o Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas - IPEA, 55% das vítimas fatais situam-se na faixa etária economicamente ativa (de 20 a 49 anos), representando um custo social estimado da ordem de 28 bilhões de reais por ano. Justificativa legal: Código de Trânsito Brasileiro, Artigos 3º parágrafo 5º, 19 e 76.

1. PRINCIPAIS RESULTADOS OBTIDOS EM 2010

REGISTRE O GRAU DE ALCANCE DOS RESULTADOS ESPERADOS. O CAMPO JUSTIFICATIVA DEVE SER PREENCHIDO CASO O GRAU DE ALCANCE FIQUE ABAIXO DE 80%.

REGISTRE TAMBÉM OS PRINCIPAIS RESULTADOS TOMANDO POR BASE OS OBJETIVOS, METAS OU PRIORIDADES DESCRITAS NA MENSAGEM PRESIDENCIAL DE ENCAMINHAMENTO DO PPA 2008-2011, APRESENTADAS NO CAMPO INSTRUÇÕES (ACIMA). ALGUNS PROGRAMAS PODEM NÃO TER EXPLÍCITOS ESSES PARÂMETROS, PARA ESSES CASOS SERÃO APRESENTADAS AS INSTRUÇÕES GERAIS. NO DESENVOLVIMENTO DA RESPOSTA NÃO INDIQUE AÇÕES ORÇAMENTÁRIAS, MAS OS PRODUTOS E/OU SERVIÇOS ENTREGUES QUE CONTRIBUÍRAM PARA OS RESULTADOS OBTIDOS.

1 - Voltado para o aprimoramento e formação dos técnicos envolvidos com a gestão do trânsito, deu-se continuidade ao Programa de Capacitação de Profissionais de Trânsito, sendo capacitados 5.095 técnicos municipais de todas as Unidades da Federação em cursos de educação de trânsito, gestão de trânsito, legislação de trânsito, requalificação didática de instrutor de trânsito e análise de recursos de infrações de trânsito. Foram também realizados cursos de atualização em trânsito para 300 policiais militares do Distrito Federal.

2 - Investiu-se na informação à população, por meio de campanhas publicitárias educativas de trânsito, com veiculação em âmbito nacional de filmes para TV, spots de rádios, folders e cartazes para mobiliário urbano. Foram produzidos, em 2010, 7 filmes, 6 spots e 91 tipos diferentes de produções de mídias para colocação na internet, vias de trânsito, shoppings, jornais, revistas, displays, entre outros, sob os slogans Que lembranças você quer levar do carnaval, Sou legal no trânsito - motorista legal é motorista consciente - cadeirinha, Sou legal no trânsito - motorista legal é motorista consciente - tire férias, não tire vidas, Cinto de Segurança e Cadeirinha e Segurança no banco de trás evita acidentes fatais.

3 - No exercício de 2010, foram empenhadas despesas no valor de R\$ 176,8 milhões destinados a celebração de contratos de repasse com a Caixa Econômica Federal, beneficiando 501 municípios em 24 unidades da Federação para realização de 590 projetos destinados à redução de acidentes de trânsito.

4 - Destinado a crianças, jovens, educadores, profissionais de trânsito e profissionais de comunicação, foi realizado o X Prêmio DENATRAN de Educação para o Trânsito, em 2010, com o objetivo de incentivar a sociedade a analisar, refletir e produzir trabalhos voltados à melhoria da qualidade de vida no trânsito. Os 9.329 trabalhos apresentados refletiram o esforço do Departamento Nacional de Trânsito - DENATRAN no público envolvido.

5 - Foi realizado o III Seminário de Educação e Segurança para o Trânsito, voltado à discussão sobre a utilização do cinto de segurança e ações a serem desenvolvidas com o intuito de reduzir o número de acidentes, propiciando mais segurança nas vias brasileiras.

Relatório Anual de Avaliação

6 - O volume de informações mantidas pelo Departamento Nacional de Trânsito - DENATRAN por meio dos sistemas Registro Nacional de Veículos Automotores - RENAVAM, Registro Nacional de Carteiras de Habilitação - RENACH e Registro Nacional de Infrações de Trânsito - RENAINF apresentou crescimento exponencial no período de 2003 a 2010. Atualmente, o sistema RENAVAM controla uma frota de 66,7 milhões de veículos ante uma frota de 36,7 milhões em 2003, representando um crescimento de 81,7%. O sistema RENACH por sua vez, apresenta 54,7 milhões de condutores cadastrados atualmente ante 34,7 milhões em 2003. Ademais, o sistema RENAINF, iniciado em 2004, apresentou naquele ano um volume cerca de 500 mil multas.

7 - No que se refere à atuação governamental visando a garantir a segurança veicular, com fulcro na Portaria DENATRAN 190/2010, que estabelece o procedimento para a concessão do código de marca/modelo/versão de veículos do Registro Nacional de Veículos Automotores Registro Nacional de Veículos Automotores - RENAVAM, emitiu 3.700 Certificados de Adequação à Legislação de Trânsito. Foram credenciadas 1.094 Empresas de Vistoria Veicular, conforme Portaria DENATRAN 131/2008, que estabelece os requisitos técnicos e procedimentos para credenciamento de empresas prestadoras de serviço de vistoria em veículos automotores.

OBTENÇÃO DOS RESULTADOS: Alcance entre 40% a 80% do esperado.

JUSTIFICATIVA: O programa alcançou 66,4% de execução orçamentária (valor empenhado) e pagou apenas 36,4% das despesas empenhadas, também em razão do forte contingenciamento financeiro. Deve-se ressaltar que o limite orçamentário disponibilizado ao DENATRAN foi utilizado integralmente.

A Lei Orçamentária Anual - LOA/2010 estabeleceu R\$ 499,6 milhões de dotação orçamentária para o DENATRAN. Todavia, a programação orçamentária e financeira definida no Decreto 7.094, de 03/02/2010, e a Portaria MF 48, de 09/02/2010, e alterações posteriores que definiram os limites para movimentação e empenho, contingenciou cerca de 31% da dotação autorizada em custeio, significando um corte de aproximadamente R\$ 155,8 milhões. A ação orçamentária 4410 - Sistema de Informações do Sistema Nacional de Trânsito foi a mais afetada, pois a dotação autorizada na LOA para esta ação foi de R\$ 113,5 milhões, sendo R\$ 100,5 milhões para custeio e R\$ 12,9 milhões para investimento. Estes recursos atendem, principalmente, as despesas com a manutenção dos Sistemas RENAVAM, RENACH, RENAINF, Sistema de Certificação de Segurança Veicular - SISCSV, objeto do Contrato nº 01/2009, celebrado entre o Serviço Federal de Processamento de Dados - SERPRO e o DENATRAN, que até o mês de dezembro de 2010 gerou despesas da ordem de R\$ 88,8 milhões. Entretanto, em virtude da baixa disponibilização de limites orçamentários ao DENATRAN deixaram de ser empenhadas despesas no valor de R\$ 31,9 milhões, que deverão ser pagas à conta de reconhecimento de dívida (despesas de exercícios anteriores), além de comprometer sobremaneira os projetos previstos para o exercício de 2011, dentre os quais a implantação e produção do Sistema Integrado de Monitoramento e Rastreamento Automático de Veículos - SIMRAV. Destacam-se em percentual de execução as ações orçamentárias 6622 - Capacitação de Profissionais do SNT com 100%; 8487 - Fomento a Projetos Destinados à Redução de Acidentes de Trânsito com 70,2%; 4641 - Publicidade de Utilidade Pública com 57,2%, também em função das limitações impostas pela legislação eleitoral - Lei nº 9.504/97; 4410 - Sistema de Informações do SNT com 54,2% e 2272 - Gestão e Administração do Programa com 60,5%. Entretanto, apresentaram baixa execução as ações 4398 - Fomento à Pesquisa e Desenvolvimento na Área de Trânsito, 4414 - Educação para a Cidadania no Trânsito e 8028 - Fortalecimento Institucional dos Órgãos e Entidades do SNT, em razão da ausência de contrato administrativo para prestação de serviços gráficos que impossibilitou a produção e conseqüente distribuição de diversos impressos imprescindíveis à educação de trânsito.

2. PARA CADA INDICADOR REGISTRE O ÍNDICE APURADO EM 2010 E A RESPECTIVA DATA DE APURAÇÃO. EM SEGUIDA, AVALIE A POSSIBILIDADE DE ALCANCE DO ÍNDICE PREVISTO PARA 2011.

ESSAS RESPOSTAS IRÃO COMPOR UM ANEXO ESPECÍFICO A SER ENCAMINHADO AO CONGRESSO NACIONAL.

O CAMPO "MEDIDAS CORRETIVAS NECESSÁRIAS" É OBRIGATÓRIO PARA PREENCHIMENTO QUANDO A POSSIBILIDADE DE ALCANCE FOR DIFERENTE DE "ALTA". ESSE CAMPO PERMITE NO MÁXIMO MIL CARACTERES.

O CAMPO "JUSTIFICATIVA" (NOVIDADE) É OBRIGATÓRIO PARA PREENCHIMENTO QUANDO UM OU MAIS CAMPOS A SEGUIR NÃO ESTIVEREM PREENCHIDOS: ÍNDICE DE REFERÊNCIA; ÍNDICE E DATA DE APURAÇÃO EM 2010; ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA (2011); POSSIBILIDADE DE ALCANCE DO ÍNDICE PREVISTO PARA 2011

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICE DE REFERÊNCIA (LINHA DE BASE)		ÍNDICE APURADO EM 2010		ÍNDICE PREVISTO PARA O FINAL DO PPA (2011)	POSSIBILIDADE DE ALCANCE DO ÍNDICE PREVISTO PARA 2011
	Índice	Data de Apuração	Índice	Data de Apuração		
Índice de acidentes com vítimas fatais por 10.000 veículos - %	6,30	31/12/2005	6,70	12/2008	6,30	Média

Fonte: Anuário Estatístico do Departamento Nacional de Trânsito - DENATRAN

Medidas corretivas necessárias: Não contingenciamento do FUNSET e adequação da equipe técnica à atribuições do órgão.

Justificativa: O forte contingenciamento que o DENATRAN experimentou no exercício financeiro de 2010 e nos anteriores, além da escassez de pessoal, vem contribuindo para o desempenho insatisfatório nas ações desenvolvidas por este Departamento voltadas para a redução dos acidentes de trânsito com vítimas fatais.

Índice de acidentes com vítimas por 10.000 veículos - %	91,10	31/12/2005	67,20	12/2009	91,10	Média
---	-------	------------	-------	---------	-------	-------

Fonte: Anuário Estatístico do DENATRAN

Medidas corretivas necessárias: Em razão das alterações de metodologia de apuração dos dados, o Índice de acidentes com vítimas por 10.000 veículos foi alterado de 91,1 para 75 (exercício de 2011). Considerando a drástica redução na dotação orçamentária para o DENATRAN em 2011, o alcance da meta prevista pode ficar prejudicado.

Justificativa:

Legenda: Fundo Nacional de Segurança e Educação de Trânsito - FUNSET

3. COBERTURA DO PÚBLICO ALVO

O público-alvo especifica o(s) segmento(s) da sociedade ao(s) qual(is) o programa se destina e que pode se beneficiar direta e legitimamente com sua execução. A parcela do público-alvo efetivamente coberta pelo Programa é conhecida como "beneficiários".

COBERTURA DO PÚBLICO ALVO: Não aplicável.

4. SATISFAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS

O PROGRAMA AVALIA A SATISFAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS? Não.

DIFICULDADES PARA AVALIAR A SATISFAÇÃO DO BENEFICIÁRIO:

Relatório Anual de Avaliação

O Programa tem como objetivo reduzir a mortalidade, a gravidade e o número de acidentes de trânsito no país e tem como público-alvo (beneficiários) a sociedade em geral, visto que o Sistema Nacional de Trânsito ocupa um papel de destaque sob o aspecto social e econômico, na medida em que envolve, no dia a dia, praticamente todos os cidadãos brasileiros no exercício pleno do seu direito de ir e vir, de locomover-se livremente em busca de suas necessidades, de seu bem-estar e da comunidade em que vivem.

5. ALÉM DA AVALIAÇÃO ANUAL DOS PROGRAMAS DO PPA, FOI REALIZADA OUTRA AVALIAÇÃO DESTES PROGRAMAS? NÃO DEVEM SER CONSIDERADOS OS RELATÓRIOS DESTINADOS AO ATENDIMENTO DE DEMANDAS PROVENIENTES DE ÓRGÃOS DE CONTROLE INTERNO E EXTERNO.

EM CASO DE RESPOSTA POSITIVA OU NA EXISTÊNCIA DE AVALIAÇÃO EM ANDAMENTO, INFORME:

- A) INSTITUIÇÃO(ÕES) AVALIADORA(S);
- B) ESCOPO DA AVALIAÇÃO (ASPECTOS DO PROGRAMA QUE FORAM AVALIADOS);
- C) ANO DE TÉRMINO OU DE PREVISÃO DE TÉRMINO DA AVALIAÇÃO;
- D) PRINCIPAIS RESULTADOS, CONCLUSÕES, RECOMENDAÇÕES E COMENTÁRIOS ADICIONAIS.

Não.

6. O PROGRAMA POSSUI MECANISMOS QUE PROMOVEM A PARTICIPAÇÃO SOCIAL?

EM CASO DE RESPOSTA POSITIVA, INDIQUE QUAL(AIS) O(S) MECANISMO(S) ADOTADO(S). JUSTIFIQUE. É ACEITÁVEL MAIS DE UMA MARCAÇÃO.

- A) OUVIDORIA;
- B) AUDIÊNCIA PÚBLICA;
- C) CONSULTA PÚBLICA;
- D) REUNIÃO COM GRUPOS DE INTERESSE;
- E) DISCUSSÃO EM CONSELHO SETORIAL;
- F) CONFERÊNCIAS REGIONAIS E NACIONAIS;
- G) OUTROS (ESPECIFIQUE).

COMENTÁRIOS ADICIONAIS (CAMPO NÃO OBRIGATÓRIO PARA A CONCLUSÃO DO

O PROGRAMA APRESENTA MECANISMOS DE PROMOÇÃO DA PARTICIPAÇÃO SOCIAL? Sim.

OUTROS (ESPECIFIQUE):

Através do Conselho das Cidades e das Câmaras Temáticas do Conselho Nacional de Trânsito - CONTRAN, compostas por representantes de órgãos e entidades de trânsito da união, estados e municípios e representantes de diversos segmentos da sociedade.

Serviços Urbanos de Água e Esgoto

GERENTE DO PROGRAMA EM 2010

Leodegar da Cunha Tiscoski

OBJETIVO

Ampliar a cobertura e melhorar a qualidade dos serviços públicos urbanos de abastecimento de água e esgotamento sanitário

PÚBLICO-ALVO

População urbana de menor nível socioeconômico, e a residente em áreas de habitação subnormal, em periferias de grandes centros e em municípios de pequeno porte

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

QUADRO SÍNTESE DA EXECUÇÃO FINANCEIRA

Autorizado (LOA + Créditos): R\$2.077.499.607,0	Empenhado Liquidado:	R\$349.600.847,55
	Pago Estadais:	-
	Total:	R\$349.600.847,55
Previsto não orçamentário	Realizado não orçamentário	
-	R\$3.187.274.118,28	

METAS FÍSICAS E FINANCEIRAS

Ações (Produto/Unidade de Medida)	Metas Físicas			Metas Financeiras		
	Previsto	Realizado	Índice Realização	Previsto	Realizado	Índice Realização
Apoio à Gestão dos Sistemas de Saneamento Básico em Municípios de até 50.000 Habitantes - 20AG (Município atendido /UNIDADE)	200,00	921,00	460,50	47.459.228,00	2.608.120,11	5,50
Apoio a Sistemas de Abastecimento de Água em Municípios de Regiões Metropolitanas, de Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico, Municípios com mais de 50 mil Habitantes ou Integrantes de Consórcios Públicos com mais de 150 mil Habitantes - 10SC (FAMÍLIA BENEFICIADA/UNIDADE)	6.744,00	0,00	0,00	8.530.000,00	0,00	0,00

Relatório Anual de Avaliação

Apoio a Sistemas de Abastecimento de Água em Municípios de Regiões Metropolitanas, de Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico, Municípios com mais de 50 mil Habitantes ou Integrantes de Consórcios Públicos com mais de 150 mil Habitantes - 10SC (Família beneficiada/UNIDADE)	345.576,00	76.228,00	22,06	368.494.511,00	91.473.407,60	24,82
Apoio a Sistemas de Esgotamento Sanitário em Municípios de Regiões Metropolitanas, de Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico, Municípios com mais de 50 mil Habitantes ou Integrantes de Consórcios Públicos com mais de 150 mil Habitantes - 1N08 (FAMÍLIA BENEFICIADA/UNIDADE)	26.840,00	0,00	0,00	46.147.841,00	0,00	0,00
Apoio a Sistemas de Esgotamento Sanitário em Municípios de Regiões Metropolitanas, de Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico, Municípios com mais de 50 mil Habitantes ou Integrantes de Consórcios Públicos com mais de 150 mil Habitantes - 1N08 (Família beneficiada/UNIDADE)	360.843,00	76.464,00	21,19	727.856.740,00	183.509.669,60	25,21
Apoio ao Controle de Qualidade da Água para Consumo Humano - 20AF (Sistema atendido/UNIDADE)	350,00	358,00	102,29	18.966.449,00	0,00	0,00
Financiamento a Concessionários para Projetos de Desenvolvimento Institucional - 9568 (Financiamento concedido/UNIDADE)	102,00	36,00	35,29	202.500.000,00	73.216.860,70	36,16
Financiamento a Projetos de Saneamento Básico - 90FC (Família beneficiada/UNIDADE)	550.000,00	1.505.278,00	273,69	650.000.000,00	1.806.334.767,00	277,90
Financiamento a Projetos Multissetoriais Integrados Urbanos - 90FA (Família beneficiada/UNIDADE)	500.000,00	201.936,00	40,39	250.000.000,00	242.322.597,00	96,93

Ano Base 2010

Financiamento para a Elaboração de Projetos de Saneamento Ambiental - 9564 (Projeto elaborado/UNIDADE)	98,00	14,00	14,29	97.500.000,00	14.710.626,24	15,09
Financiamento para Estados, Municípios e Concessionários Estaduais e Municipais para Projetos de Saneamento Ambiental Integrado - 9565 (Família beneficiada/UNIDADE)	25.001,00	3.537,00	14,15	300.000.000,00	45.279.962,23	15,09
Financiamento para Implantação e Ampliação de Sistemas de Abastecimento de Água - 9562 (Família beneficiada/UNIDADE)	625.001,00	342.437,00	54,79	750.000.000,00	410.923.717,31	54,79
Financiamento para Implantação e Ampliação de Sistemas de Coleta e Tratamento de Esgotos Sanitários - 9563 (Família beneficiada/UNIDADE)	500.000,00	247.965,00	49,59	1.200.000.000,00	594.485.587,80	49,54
Fomento à Educação em Saúde voltada para o Saneamento Ambiental - 6908 (Município beneficiado/UNIDADE)	1.100,00	1.317,00	119,73	3.500.000,00	695.548,35	19,87
Gestão e Administração do Programa - 2272 (-/-)				2.000.000,00	1.240.821,97	62,04
Gestão e Administração do Programa - 2272 (-/-)				57.648.600,00	41.255.774,27	71,56
Implantação de Melhorias Sanitárias Domiciliares para Prevenção e Controle de Agravos - 7652 (FAMILIA BENEFICIADA/UNIDADE)	6.087,00	0,00	0,00	94.004.517,00	0,00	0,00
Implantação de Melhorias Sanitárias Domiciliares para Prevenção e Controle de Agravos - 7652 (Família beneficiada/UNIDADE)	24.881,00	17.591,00	70,70	61.043.744,00	6.531.222,30	10,70
Implantação e Melhoria de Sistemas Públicos de Abastecimento de Água em Municípios de até 50.000 Habitantes, Exclusive de Regiões Metropolitanas ou Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico (RIDE) - 10GD (FAMILIA BENEFICIADA/UNIDADE)	20.162,00	11.244,00	55,77	20.630.000,00	0,00	0,00

Relatório Anual de Avaliação

Implantação e Melhoria de Sistemas Públicos de Abastecimento de Água em Municípios de até 50.000 Habitantes, Exclusive de Regiões Metropolitanas ou Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico (RIDE) - 10GD (Família beneficiada/UNIDADE)	165.599,00	108.966,00	65,80	199.448.676,00	7.007.564,40	3,51
Implantação e Melhoria de Sistemas Públicos de Esgotamento Sanitário em Municípios de até 50.000 Habitantes, Exclusive de Regiões Metropolitanas ou Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico (RIDE) - 10GE (FAMÍLIA BENEFICIADA/UNIDADE)	7.059,00	2.437,00	34,52	30.110.281,00	0,00	0,00
Implantação e Melhoria de Sistemas Públicos de Esgotamento Sanitário em Municípios de até 50.000 Habitantes, Exclusive de Regiões Metropolitanas ou Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico (RIDE) - 10GE (FAMÍLIA BENEFICIADA/UNIDADE)	1.523,00	134,00	8,80	4.700.000,00	0,00	0,00
Implantação e Melhoria de Sistemas Públicos de Esgotamento Sanitário em Municípios de até 50.000 Habitantes, Exclusive de Regiões Metropolitanas ou Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico (RIDE) - 10GE (Família beneficiada/UNIDADE)	20.833,00	20.833,00	100,00	16.477.083,00	0,00	0,00
Implantação e Melhoria de Sistemas Públicos de Esgotamento Sanitário em Municípios de até 50.000 Habitantes, Exclusive de Regiões Metropolitanas ou Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico (RIDE) - 10GE (Família beneficiada/UNIDADE)	130.745,00	10.038,00	7,68	355.481.937,00	15.278.718,95	4,30
Remoção de Cargas Poluidoras de Bacias Hidrográficas - PRODES - 2905 (Carga poluidora abatida/kg de dbó/dia)	201.600,00	0,00	0,00	15.000.000,00	0,00	0,00
Índice médio geral de realização			67,44			30,92

METAS FINANCEIRAS - RAP

Ações (Produto/Unidade de Medida)	Metas Físicas			Metas Financeiras		
	Previsto	Realizado	Índice Realização	Previsto	Realizado	Índice Realização
(RAP 2009) Apoio à Gestão dos Sistemas de Saneamento Básico em Municípios de até 50.000 Habitantes - 20AG (Município atendido /UNIDADE)	-	-	-	27.849.331,00	6.151.066,60	0,22
(RAP 2009) Apoio à Implantação de sistema de Esgotamento Sanitário em Macapá - AP - 7N68 (FAMILIA BENEFICIADA/UNIDADE)	-	-	-	3.599.000,00	0,00	0,00
(RAP 2009) Apoio a Projetos de Ação Social em Saneamento (PASS) - 10T1 (Família beneficiada/UNIDADE)	-	-	-	6.690.119,70	6.449.077,64	0,96
(RAP 2009) Apoio a Sistemas de Abastecimento de Água em Municípios de Regiões Metropolitanas, de Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico, Municípios com mais de 50 mil Habitantes ou Integrantes de Consórcios Públicos com mais de 150 mil Habitantes - 10SC (FAMILIA BENEFICIADA/UNIDADE)	-	-	-	16.959.500,00	0,00	0,00
(RAP 2009) Apoio a Sistemas de Abastecimento de Água em Municípios de Regiões Metropolitanas, de Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico, Municípios com mais de 50 mil Habitantes ou Integrantes de Consórcios Públicos com mais de 150 mil Habitantes - 10SC (Família beneficiada/UNIDADE)	-	-	-	283.063.455,97	119.885.206,33	0,42

Relatório Anual de Avaliação

(RAP 2009) Apoio a Sistemas de Esgotamento Sanitário em Municípios de Regiões Metropolitanas, de Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico, Municípios com mais de 50 mil Habitantes ou Integrantes de Consórcios Públicos com mais de 150 mil Habitantes - 1N08 (FAMÍLIA BENEFICIADA/UNIDADE)	-	-	-	10.126.700,00	0,00	0,00
(RAP 2009) Apoio a Sistemas de Esgotamento Sanitário em Municípios de Regiões Metropolitanas, de Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico, Municípios com mais de 50 mil Habitantes ou Integrantes de Consórcios Públicos com mais de 150 mil Habitantes - 1N08 (Família beneficiada/UNIDADE)	-	-	-	698.176.527,55	226.617.583,92	0,32
(RAP 2009) Apoio ao Controle de Qualidade da Água para Consumo Humano - 20AF (Sistema atendido/UNIDADE)	-	-	-	11.786.243,79	5.127.408,41	0,44
(RAP 2009) Fomento à Educação em Saúde voltada para o Saneamento Ambiental - 6908 (Município beneficiado/UNIDADE)	-	-	-	104.461,17	65.423,76	0,63
(RAP 2009) Gestão e Administração do Programa - 2272 (-/-)	-	-	-	12.418.715,22	9.938.450,54	0,80
(RAP 2009) Implantação de Melhorias Sanitárias Domiciliares para Prevenção e Controle de Agravos - 7652 (-/-)	-	-	-	28.390.000,00	7.498.756,69	0,26
(RAP 2009) Implantação de Melhorias Sanitárias Domiciliares para Prevenção e Controle de Agravos - 7652 (FAMÍLIA BENEFICIADA/UNIDADE)	-	-	-	12.732.000,00	0,00	0,00

Ano Base 2010

(RAP 2009) Implantação de Melhorias Sanitárias Domiciliares para Prevenção e Controle de Agravos - 7652 (Família beneficiada/UNIDADE)	-	-	-	33.481.484,23	14.433.860,88	0,43
(RAP 2009) Implantação e Melhoria de Sistemas Públicos de Abastecimento de Água em Municípios de até 50.000 Habitantes, Exclusive de Regiões Metropolitanas ou Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico (RIDE) - 10GD (-/-)	-	-	-	113.195.251,00	4.893.945,63	0,04
(RAP 2009) Implantação e Melhoria de Sistemas Públicos de Abastecimento de Água em Municípios de até 50.000 Habitantes, Exclusive de Regiões Metropolitanas ou Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico (RIDE) - 10GD (FAMÍLIA BENEFICIADA/UNIDADE)	-	-	-	300.000,00	0,00	0,00
(RAP 2009) Implantação e Melhoria de Sistemas Públicos de Abastecimento de Água em Municípios de até 50.000 Habitantes, Exclusive de Regiões Metropolitanas ou Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico (RIDE) - 10GD (FAMÍLIA BENEFICIADA/UNIDADE)	-	-	-	29.807.541,00	0,00	0,00
(RAP 2009) Implantação e Melhoria de Sistemas Públicos de Abastecimento de Água em Municípios de até 50.000 Habitantes, Exclusive de Regiões Metropolitanas ou Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico (RIDE) - 10GD (Família beneficiada/UNIDADE)	-	-	-	186.745.866,00	31.056.205,54	0,17

Relatório Anual de Avaliação

(RAP 2009) Implantação e Melhoria de Sistemas Públicos de Esgotamento Sanitário em Municípios de até 50.000 Habitantes, Exclusive de Regiões Metropolitanas ou Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico (RIDE) - 10GE (-/-)	-	-	-	3.180.000,00	0,00	0,00
(RAP 2009) Implantação e Melhoria de Sistemas Públicos de Esgotamento Sanitário em Municípios de até 50.000 Habitantes, Exclusive de Regiões Metropolitanas ou Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico (RIDE) - 10GE (FAMILIA BENEFICIADA/UNIDADE)	-	-	-	200.000,00	0,00	0,00
(RAP 2009) Implantação e Melhoria de Sistemas Públicos de Esgotamento Sanitário em Municípios de até 50.000 Habitantes, Exclusive de Regiões Metropolitanas ou Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico (RIDE) - 10GE (FAMILIA BENEFICIADA/UNIDADE)	-	-	-	36.644.000,00	0,00	0,00
(RAP 2009) Implantação e Melhoria de Sistemas Públicos de Esgotamento Sanitário em Municípios de até 50.000 Habitantes, Exclusive de Regiões Metropolitanas ou Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico (RIDE) - 10GE (Família beneficiada/UNIDADE)	-	-	-	223.430.000,00	21.792.612,70	0,10
Índice médio geral de realização			-			0,23

CONTEXTUALIZAÇÃO

Deficiências de cobertura e de qualidade dos serviços de saneamento ambiental, que atingem de forma mais intensa a população de menor nível socioeconômico, com consequências negativas sobre o ambiente e a qualidade de vida nas cidades. Escassez de recursos para expansão da cobertura dos sistemas existentes. Ausência de mecanismos de controle social na prestação dos serviços.

1. PRINCIPAIS RESULTADOS OBTIDOS EM 2010

REGISTRE O GRAU DE ALCANCE DOS RESULTADOS ESPERADOS. O CAMPO JUSTIFICATIVA DEVE SER PREENCHIDO CASO O GRAU DE ALCANCE FIQUE ABAIXO DE 80%.

REGISTRE TAMBÉM OS PRINCIPAIS RESULTADOS TOMANDO POR BASE OS OBJETIVOS, METAS OU PRIORIDADES DESCRITAS NA MENSAGEM PRESIDENCIAL DE ENCAMINHAMENTO DO PPA 2008-2011, APRESENTADAS NO CAMPO INSTRUÇÕES (ACIMA). ALGUNS PROGRAMAS PODEM NÃO TER EXPLÍCITOS ESSES PARÂMETROS, PARA ESSES CASOS SERÃO APRESENTADAS AS INSTRUÇÕES GERAIS. NO DESENVOLVIMENTO DA RESPOSTA NÃO INDIQUE AÇÕES ORÇAMENTÁRIAS, MAS OS PRODUTOS E/OU SERVIÇOS ENTREGUES QUE CONTRIBUÍRAM PARA OS RESULTADOS OBTIDOS.

1 - MCidades Orçamento Geral da União - OGU: Ao final do exercício de 2010 havia sob gestão da Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental - SNSA 412 contratos, que totalizavam investimentos de R\$ 6.241.625.887. Foram concluídos no exercício 22 empreendimentos, que envolveram o montante de R\$ 102.702.056 em investimentos. Em relação aos empreendimentos apoiados com recursos do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC, foram desembolsados R\$ 1.054.116.723,33, ou seja, 73,12 % do total de recursos empenhados na ação (R\$ 1.441.591.673,00). Em 2010, com recursos orçamentários, foram empenhados R\$ 872,75 milhões e desembolsados R\$ 800,66 milhões (já incluídos os valores pagos e os restos a pagar pagos) para o programa avaliado. Merece destaque no orçamento do MCidades a ação orçamentária 10SC/006E. A ação 10SC substituiu no orçamento de 2008 a ação 006E, vigente até o ano de 2007, desse modo, as informações relativas aos contratos contabilizam ambas as ações. Vale ressaltar que essas ações contemplam as intervenções na modalidade de abastecimento de água incluídas no PAC, correspondendo a 16,84% do total dos valores dos contratos de repasses com recursos do OGU em andamento em 2010 sob gestão da SNSA. Ao final do exercício, havia 173 contratos em curso na esfera dessa ação, totalizando mais de R\$ 2.364,45 milhões em termos de valor de investimento, entretanto nenhum contrato foi assinado em 2010. A ação orçamentária 1N08 é expressiva do PAC-Saneamento, na modalidade de esgotamento sanitário. A priorização de recursos para ação destinada a apoiar iniciativas de esgotamento sanitário revela uma atuação estratégica do Governo Federal que visa atingir, em maior escala, a crítica situação dos serviços de esgotamento sanitário no país, uma vez que o SNIS - 2006 indica cobertura de 48,3% para coleta e 32,2% para tratamento dos esgotos. A ação 1N08 substituiu no orçamento de 2008 a ação 006F, vigente até o ano de 2007. Ao final do exercício havia 190 contratos em curso na esfera dessa ação, totalizando mais de R\$ 3.724,85 milhões em termos de valor de investimento. Destes, 2 contratos foram efetivamente celebrados em 2010, num total de R\$ 2,39 milhões. Do total já contratado, 10 empreendimentos foram iniciados em 2010, com valor total de R\$ 121,60 milhões. Ao final do exercício havia 145 empreendimentos em andamento no valor total de R\$ 2.946,51 milhões. Naquele ano foram concluídas 7 obras, totalizando investimento de R\$ 42,93 milhões.

2 - MCidades Financiamento: No âmbito dos recursos de financiamento (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS e Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT), para as ações inseridas no programa, foram comprometidos R\$ 5,19 bilhões e desembolsados R\$ 3,10 bilhões. Dentre os valores comprometidos, destacam-se as ações de abastecimento de água, com 43,98% do total de recursos comprometidos, seguidas por intervenções em esgotamento sanitário, responsáveis por 33,06% dos valores. Em relação aos totais desembolsados, as principais modalidades contempladas foram: abastecimento de água (39,56%), esgotamento sanitário (30,38). Quanto aos empreendimentos apoiados com recursos de financiamento (FGTS e FAT), cerca de 84,28% dos foram contratados no âmbito do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC-Saneamento, totalizando 4,74 bilhões. Em relação aos desembolsos, 75 % dos recursos foram alocados em empreendimentos do PAC, totalizando investimentos de R\$ 2,3 bilhões.

Relatório Anual de Avaliação

3 – Fundação Nacional de Saúde - FUNASA: Em relação aos recursos do programa sob responsabilidade da FUNASA, a autarquia informou que no início de 2010, de uma dotação final de R\$ 909.470.515,00 foram pagos R\$ 70.369.284. O valor total empenhado foi de R\$ 789.656.271,00, ou seja, 87% do orçamento disponibilizado. Ainda de acordo com a FUNASA, em relação à ação orçamentária 20AF, foram apoiados 358 sistemas públicos de abastecimento de água, no controle da qualidade para o consumo humano, atingindo a meta em 102,29% do quantitativo inicialmente programado (350). No que diz respeito ao desenvolvimento da ação orçamentária 10GD dentro do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC, notou-se uma ampliação de 106%, da oferta de sistemas de abastecimento de água para o quadriênio 2007-2010, totalizando 1.202 municípios, superando os 1.132 previstos inicialmente. Deste total, 76 municípios foram contemplados no ano de 2010. A execução orçamentária da ação 10GE, com aporte de recursos de R\$ 381.039.287,00, promoveu o beneficiamento de 88.020 famílias, correspondendo a 93,67% da meta programada (93.963 famílias). O orçamento previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA para a ação orçamentária 6908 foi de R\$ 3.500.000,00, destes foram liquidados R\$ 695.548,00 correspondendo a 19,87% da dotação aprovada.

4 – Agência Nacional de Águas - ANA: Em relação a ação orçamentária 2905 sob da Agência Nacional de Águas - ANA, não houve nenhuma contratação, pois os recursos

OBTENÇÃO DOS RESULTADOS: Alcance entre 80% a 100% do esperado.

JUSTIFICATIVA: O Programa foi bem sucedido tanto na seleção e contratação de empreendimentos distribuídos no âmbito de suas ações, como também na gestão daqueles contratados nos exercícios anteriores. Trata-se de programa em que a maioria dos empreendimentos estão enquadrados no Programa de Aceleração do Crescimento - PAC. Dessa forma, em observância a Lei nº 11.578/2007 - Lei do PAC, não existe contingenciamento de recursos, pois as transferências são obrigatórias e este fato foi fundamental para manutenção de níveis de execução satisfatórios. Ademais, no decorrer do ano foram tomadas medidas normativas e de gestão que viabilizaram a continuidade do portfólio de projetos contratados em exercícios anteriores. Dentre as principais medidas normativas, destacam-se as portarias ministeriais prorrogando a vigência dos termos de compromisso firmados em 2007, 2008 e 2009 com cláusulas suspensivas e a publicação das portarias que autorizaram a redução de 40% (quarenta por cento) do valor da contrapartida pactuada nos termos de compromisso do PAC. No que tange à gestão, a equipe recebeu reforço com a contratação de analistas de infraestrutura que somaram-se a turma de analistas e especialistas de infraestrutura já contratados. Estes novos servidores viabilizaram a intensificação das atividades relacionadas ao acompanhamento e monitoramento do programa, que pôde ser realizada de forma mais sistemática e freqüente. Assim, foi possível buscar a identificação e apresentação de propostas de resolução de problemas com mais presteza, bem como a adoção de medidas normativas e corretivas de forma mais tempestiva, contribuindo para agilizar a execução do Programa.

2. PARA CADA INDICADOR REGISTRE O ÍNDICE APURADO EM 2010 E A RESPECTIVA DATA DE APURAÇÃO. EM SEGUIDA, AVALIE A POSSIBILIDADE DE ALCANCE DO ÍNDICE PREVISTO PARA 2011.

ESSAS RESPOSTAS IRÃO COMPOR UM ANEXO ESPECÍFICO A SER ENCAMINHADO AO CONGRESSO NACIONAL.

O CAMPO "MEDIDAS CORRETIVAS NECESSÁRIAS" É OBRIGATÓRIO PARA PREENCHIMENTO QUANDO A POSSIBILIDADE DE ALCANCE FOR DIFERENTE DE "ALTA". ESSE CAMPO PERMITE NO MÁXIMO MIL CARACTERES.

O CAMPO "JUSTIFICATIVA" (NOVIDADE) É OBRIGATÓRIO PARA PREENCHIMENTO QUANDO UM OU MAIS CAMPOS A SEGUIR NÃO ESTIVEREM PREENCHIDOS: ÍNDICE DE REFERÊNCIA; ÍNDICE E DATA DE APURAÇÃO EM 2010; ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA (2011); POSSIBILIDADE DE ALCANCE DO ÍNDICE PREVISTO PARA 2011

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICE DE REFERÊNCIA (LINHA DE BASE)		ÍNDICE APURADO EM 2010		ÍNDICE PREVISTO PARA O FINAL DO PPA (2011)	POSSIBILIDADE DE ALCANCE DO ÍNDICE PREVISTO PARA 2011
	Índice	Data de Apuração	Índice	Data de Apuração		
Taxa de Cobertura dos Serviços Urbanos de Abastecimento de Água - PERCENTAGEM	82,30	31/12/2005	93,50	09/2009	86,00	Alta

Fonte: Pesquisa Nacional de Amostras de Domicílios - PNAD/IBGE

Medidas corretivas necessárias:

Justificativa:

Taxa de Cobertura dos Serviços Urbanos de Coleta de Esgoto - PERCENTAGEM	48,20	31/12/2005	80,40	09/2009	55,00	Alta
---	-------	------------	-------	---------	-------	------

Fonte: Pesquisa Nacional de Amostras de Domicílios - PNAD/IBGE

Medidas corretivas necessárias:

Justificativa:

Índice de Esgoto Tratado referido à Água Consumida - PERCENTAGEM	35,30	31/12/2005	34,60	12/2008	43,96	Média
--	-------	------------	-------	---------	-------	-------

Fonte: SNIS - Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento

Medidas corretivas necessárias: O índice de referência de 2005 apresentado pelo Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento - SIGPLAN não está consistente com o valor da série histórica da Fonte: o Sistema Nacional de Informações de Saneamento - SNIS. O Índice de Esgoto Tratado referido à Água Consumida em 2005 era de 31,66%. Portanto houve um aumento signficante neste indicador de desempenho do Programa.

Justificativa: O dado constante no SIGPLAN, utilizado como índice de referência está equivocado, uma vez que o SNIS 2005 que fornece o diagnóstico dos Serviços de Água e Esgotos, referente ao ano de 2005, na Parte 1 (Visão Geral da Prestação dos Serviços), pág. 91, informa que esse índice era 25,4%. Assim, o valor do indicador apurado em 2008, ainda segundo o SNIS, de Esgoto Tratado referido à Água Consumida, foi de 34,6%. No cálculo, o indicador considera o volume de água consumida (portanto, de esgoto gerado) e o total que é tratado. Dessa forma considera-se que o indicador teve boa evolução, uma vez que o volume de água disponibilizada tem se ampliado nos últimos anos. Ou seja, ampliou-se a coleta e o tratamento de esgotos.

Relatório Anual de Avaliação

3. COBERTURA DO PÚBLICO ALVO

O público-alvo especifica o(s) segmento(s) da sociedade ao(s) qual(is) o programa se destina e que pode se beneficiar direta e legitimamente com sua execução. A parcela do público-alvo efetivamente coberta pelo Programa é conhecida como "beneficiários".

COBERTURA DO PÚBLICO ALVO: Alcance entre 80% a 100% do previsto.

JUSTIFICATIVA: O principal indicador do programa em epígrafe é a cobertura do público atendido pelos serviços de abastecimento de água e/ou esgotamento sanitário. Ainda assim, a realidade dos projetos apoiados demonstra que a população mais beneficiada na priorização das propostas é aquela habitante de periferias ou de regiões de menor nível socioeconômico. Ademais, as externalidades positivas decorrentes de intervenções sanitárias nessas regiões incidem primordialmente a população de baixa renda.

4. SATISFAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS

O PROGRAMA AVALIA A SATISFAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS? Não.

DIFICULDADES PARA AVALIAR A SATISFAÇÃO DO BENEFICIÁRIO: Hoje, por questões fiscais, o Programa apóia prioritariamente investimentos. No entanto, a boa provisão de serviços de água e esgoto é decorrência do funcionamento eficiente de um sistema, operado por prestadores dos serviços que podem ser estaduais, municipais ou privados. Assim, torna-se um desafio estabelecer o nexo de causalidade entre as ações apoiadas pelo Programa e a plena operação do sistema. Além disso, a satisfação do usuário muitas vezes depende de questões relativas à gestão dos prestadores de serviços. Sobre estas instituições o Programa não possui governabilidade, limitada a sua capacidade de influenciar nas opções gerenciais tomadas.

5. ALÉM DA AVALIAÇÃO ANUAL DOS PROGRAMAS DO PPA, FOI REALIZADA OUTRA AVALIAÇÃO DESTES PROGRAMAS? NÃO DEVEM SER CONSIDERADOS OS RELATÓRIOS DESTINADOS AO ATENDIMENTO DE DEMANDAS PROVENIENTES DE ÓRGÃOS DE CONTROLE INTERNO E EXTERNO.

EM CASO DE RESPOSTA POSITIVA OU NA EXISTÊNCIA DE AVALIAÇÃO EM ANDAMENTO, INFORME:

- A) INSTITUIÇÃO(ÕES) AVALIADORA(S);
- B) ESCOPO DA AVALIAÇÃO (ASPECTOS DO PROGRAMA QUE FORAM AVALIADOS);
- C) ANO DE TÉRMINO OU DE PREVISÃO DE TÉRMINO DA AVALIAÇÃO;
- D) PRINCIPAIS RESULTADOS, CONCLUSÕES, RECOMENDAÇÕES E COMENTÁRIOS ADICIONAIS.

Avaliação em andamento.

INSTITUIÇÃO(ÕES) AVALIADORA(S):

Fundação Osvaldo Cruz – Fiocruz.

ESCOPO DA AVALIAÇÃO (ASPECTOS DO PROGRAMA QUE FORAM AVALIADOS):

Potenciais resultados do empreendimentos do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC Saneamento.

ANO DE TÉRMINO OU DE PREVISÃO DE TÉRMINO DA AVALIAÇÃO:

2011.

PRINCIPAIS RESULTADOS, CONCLUSÕES, RECOMENDAÇÕES E COMENTÁRIOS ADICIONAIS:

O Projeto de avaliação dos contratos do PAC ainda não foi finalizado pela Fiocruz, encontra-se em processo final de elaboração.

6. O PROGRAMA POSSUI MECANISMOS QUE PROMOVEM A PARTICIPAÇÃO SOCIAL?

EM CASO DE RESPOSTA POSITIVA, INDIQUE QUAL(AIS) O(S) MECANISMO(S) ADOTADO(S). JUSTIFIQUE. É ACEITÁVEL MAIS DE UMA MARCAÇÃO.

- A) OUVIDORIA;
- B) AUDIÊNCIA PÚBLICA;
- C) CONSULTA PÚBLICA;
- D) REUNIÃO COM GRUPOS DE INTERESSE;
- E) DISCUSSÃO EM CONSELHO SETORIAL;
- F) CONFERÊNCIAS REGIONAIS E NACIONAIS;
- G) OUTROS (ESPECIFIQUE).

COMENTÁRIOS ADICIONAIS (CAMPO NÃO OBRIGATÓRIO PARA A CONCLUSÃO DO

O PROGRAMA APRESENTA MECANISMOS DE PROMOÇÃO DA PARTICIPAÇÃO SOCIAL? Sim.

DISCUSSÃO EM CONSELHO SETORIAL:

Uma das ações do projeto, o PRODES (ação 2905), apresenta mecanismos que promovem a participação social, haja vista que o processo de habilitação de propostas e de seleção dos empreendimentos é influenciado diretamente por decisões dos comitês de bacia, nos quais é garantida a representação da sociedade civil organizada.

COMENTÁRIOS ADICIONAIS:

No âmbito da implementação do programa, sempre que um empreendimento de saneamento provocar mudanças nas condições de vida da população, assim como na relação e condições de acesso das pessoas aos serviços de saneamento deverá ser realizado o "Trabalho Socioambiental". O trabalho socioambiental compreende um conjunto de ações educativas e de mobilização social, planejadas e desenvolvidas pelo proponente em função das obras contratadas, tendo como objetivo promover a sustentabilidade sócio-econômica e ambiental do empreendimento, assim como qualificar e aperfeiçoar os investimentos em saneamento. Observadas as características do empreendimento e o perfil da população beneficiária, as atividades desenvolvidas pelo trabalho socioambiental têm a função de incentivar a gestão participativa por meio da criação de mecanismos capazes de viabilizar a participação da população nos processos de decisão e manutenção dos bens/serviços empreendidos para adequá-los à realidade socioeconômica e cultural e às reais prioridades dos grupos sociais atendidos.

Relatório Anual de Avaliação

Urbanização, Regularização Fundiária e Integração de Assentamentos Precários

GERENTE DO PROGRAMA EM 2010

Inês da Silva Magalhães

OBJETIVO

Melhorar as condições de habitabilidade de assentamentos humanos precários mediante sua urbanização e regularização fundiária, integrando-os ao tecido urbano da cidade

PÚBLICO-ALVO

Famílias de baixa renda moradoras de assentamentos humanos precários

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

QUADRO SÍNTESE DA EXECUÇÃO FINANCEIRA

Autorizado (LOA + Créditos): R\$2.400.338.228,0	Empenhado Liquidado: R\$827.551.165,18 Pago Estatais: - Total: R\$827.551.165,18
Previsto não orçamentário -	Realizado não orçamentário R\$151.871.378,48

METAS FÍSICAS E FINANCEIRAS

Ações (Produto/Unidade de Medida)	Metas Físicas			Metas Financeiras		
	Previsto	Realizado	Índice Realização	Previsto	Realizado	Índice Realização
Apoio a Empreendimentos de Saneamento Integrado em Assentamentos Precários em Municípios de Regiões Metropolitanas, de Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico ou Municípios com mais de 150 mil Habitantes - 10S5 (FAMÍLIA BENEFICIADA/UNIDADE)	7.320,00	0,00	0,00	24.614.942,00	0,00	0,00
Apoio a Empreendimentos de Saneamento Integrado em Assentamentos Precários em Municípios de Regiões Metropolitanas, de Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico ou Municípios com mais de 150 mil Habitantes - 10S5 (Família beneficiada/UNIDADE)	51.753,00	15.078,00	29,13	571.903.262,00	193.012.185,28	33,75

Ano Base 2010

Apoio à Melhoria das Condições de Habitabilidade de Assentamentos Precários - 10S6 (FAMILIA BENEFICIADA/UNIDADE)	1.698,00	69,00	4,06	21.220.000,00	760.012,51	3,58
Apoio à Melhoria das Condições de Habitabilidade de Assentamentos Precários - 10S6 (Família beneficiada/UNIDADE)	40.086,00	516,00	1,29	83.024.393,00	5.635.802,99	6,79
Apoio à Prevenção e Erradicação de Riscos em Assentamentos Precários - 8865 (Município apoiado/UNIDADE)	9,00	0,00	0,00	900.000,00	0,00	0,00
Apoio a Projetos de Regularização Fundiária Sustentável de Assentamentos Informais em Áreas Urbanas (Papel Passado) - 8866 (FAMILIA BENEFICIADA/UNIDADE)	2.500,00	0,00	0,00	500.000,00	0,00	0,00
Apoio a Projetos de Regularização Fundiária Sustentável de Assentamentos Informais em Áreas Urbanas (Papel Passado) - 8866 (Família beneficiada/UNIDADE)	55.000,00	10.000,00	18,18	9.300.000,00	539.084,00	5,80
Apoio à Urbanização de Assentamentos Precários - 10S3 (FAMILIA BENEFICIADA/UNIDADE)	132,00	0,00	0,00	1.650.000,00	0,00	0,00
Apoio à Urbanização de Assentamentos Precários - 10S3 (Família beneficiada/UNIDADE)	99.306,00	56.917,00	57,31	1.686.725.631,00	627.113.092,51	37,18
Financiamento a Pessoas Físicas para Aquisição de Material de Construção (Carta de Crédito) - 9569 (Família beneficiada/UNIDADE)	141.134,00	13.208,00	9,36	987.945.074,00	151.871.378,48	15,37
Financiamento ao Poder Público para Urbanização de Assentamentos Precários (Pró-Moradia) - 9556 (Família beneficiada/UNIDADE)	37.810,00	0,00	0,00	415.898.436,00	0,00	0,00
Gestão e Administração do Programa - 2272 (-/-)				500.000,00	490.987,89	98,20
Índice médio geral de realização			10,85			16,72

METAS FINANCEIRAS - RAP

Relatório Anual de Avaliação

Ações (Produto/Unidade de Medida)	Metas Físicas			Metas Financeiras		
	Previsto	Realizado	Índice Realização	Previsto	Realizado	Índice Realização
(RAP 2009) Apoio a Empreendimentos de Saneamento Integrado em Assentamentos Precários em Municípios de Regiões Metropolitanas, de Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico ou Municípios com mais de 150 mil Habitantes - 10S5 (Família beneficiada/UNIDADE)	-	-	-	697.653.338,91	292.040.621,84	0,42
(RAP 2009) Apoio à Melhoria das Condições de Habitabilidade de Assentamentos Precários - 10S6 (-/-)	-	-	-	74.167.413,32	12.043.889,14	0,16
(RAP 2009) Apoio à Melhoria das Condições de Habitabilidade de Assentamentos Precários - 10S6 (FAMÍLIA BENEFICIADA/UNIDADE)	-	-	-	28.575.440,00	0,00	0,00
(RAP 2009) Apoio à Melhoria das Condições de Habitabilidade de Assentamentos Precários - 10S6 (Família beneficiada/UNIDADE)	-	-	-	467.524.149,52	58.085.738,00	0,12
(RAP 2009) Apoio à Prevenção e Erradicação de Riscos em Assentamentos Precários - 8865 (MUNICÍPIO APOIADO/UNIDADE)	-	-	-	250.000,00	0,00	0,00
(RAP 2009) Apoio à Prevenção e Erradicação de Riscos em Assentamentos Precários - 8865 (Município apoiado/UNIDADE)	-	-	-	100.000,00	0,00	0,00
(RAP 2009) Apoio a Projetos de Regularização Fundiária Sustentável de Assentamentos Informais em Áreas Urbanas (Papel Passado) - 8866 (FAMÍLIA BENEFICIADA/UNIDADE)	-	-	-	450.000,00	0,00	0,00

(RAP 2009) Apoio a Projetos de Regularização Fundiária Sustentável de Assentamentos Informais em Áreas Urbanas (Papel Passado) - 8866 (Família beneficiada/UNIDADE)	-	-	-	7.243.468,89	1.377.790,20	0,19
(RAP 2009) Apoio à Urbanização de Assentamentos Precários - 10S3 (FAMÍLIA BENEFICIADA/UNIDADE)	-	-	-	2.633.630,00	0,00	0,00
(RAP 2009) Apoio à Urbanização de Assentamentos Precários - 10S3 (Família beneficiada/UNIDADE)	-	-	-	546.150.179,70	186.018.100,44	0,34
(RAP 2009) Gestão e Administração do Programa - 2272 (-/-)	-	-	-	16.043,10	0,00	0,00
Índice médio geral de realização			-			0,11

CONTEXTUALIZAÇÃO

A inadequação de domicílios é o segmento das necessidades habitacionais que tem como pressuposto a melhoria de qualidade de vida dos moradores, sem implicar reposição de moradias. Como cada domicílio pode ser classificado como inadequado segundo mais de um critério, as estimativas não podem ser somadas. Dados oficiais revelam que, do total da população brasileira, 82% vivem em cidades. Dados mais recentes evidenciam, segundo as diferentes inadequações, os números desse déficit qualitativo de moradias: carência de infra-estrutura urbana (11,3 milhões de domicílios), adensamento excessivo (1,9 milhão de domicílios), indefinição fundiária (1,7 milhão de domicílios) e inexistência de unidade sanitária interna (1,0 milhão de domicílios). A maior parte desse contingente de moradias está nos assentamentos precários, que fazem com que a cidade irregular cresça quatro vezes mais depressa que a cidade formal, à margem das normas urbanísticas, em áreas ambientalmente não recomendadas, com riscos de vida à população, agressão à natureza e custos adicionais à economia. Na década de 80, por exemplo, verificou-se um crescimento populacional das regiões metropolitanas da ordem de 24%, enquanto a população que mora em áreas faveladas aumentou em 118%. As consequências desse quadro são as ocorrências frequentes nos noticiários de perda de vidas humanas e de bens materiais das famílias e doenças originadas pela ausência de saneamento básico nos locais onde residem. Existem estudos que comprovam que para cada 1 real investido em água tratada, deixa-se de gastar 4 reais em serviços de saúde. Além da baixa qualidade de vida, morar nestas localidades também implica estar sujeito a um processo de estigmatização e exclusão social e territorial, limitando o acesso desta população aos mecanismos formais de sua reprodução econômica e social. Residir numa propriedade legalizada, de endereço reconhecido e integrado ao tecido da cidade permite não só ampliar a qualidade de vida e a mobilidade da população, como também viabiliza o acesso ao crédito e ao emprego. Ainda que a precariedade da moradia popular tenha alta visibilidade material e simbólica na sociedade brasileira, ocupando os espaços das cidades e da mídia, não existem informações que permitam a sua quantificação ou caracterização de forma precisa. Embora, com certo grau de subestimação, segundo os indicadores disponíveis, do Censo de 2000, o Brasil terminou o século XX com 3.905 favelas espalhadas pelo país. Um aumento absoluto de 717 (22,5%) desde o Censo de 1991 e de 557 (16,6%) desde a Contagem de 1996 (3.348 favelas). Assim, enquanto o parque domiciliar cresceu no país, na última década, 1,01% ao ano, o crescimento de

Relatório Anual de Avaliação

domicílios favelados foi de 4,18% ao ano. As taxas de crescimento dos domicílios favelados superaram, em muito, as taxas totais de crescimento domiciliar entre 1991 e 2000. O Programa é voltado a apoiar estados, DF e municípios e contempla intervenções necessárias à segurança, salubridade e habitabilidade de população localizada em área inadequada à moradia, visando a sua permanência ou reassentamento, por intermédio da execução de: parcelamento de glebas; regularização fundiária; implantação de melhoria de habitações; construção de instalações hidráulico-sanitárias domiciliares; obras e serviços de infra-estrutura, prevenção de riscos e recuperação ambiental; construção de equipamentos comunitários e trabalho social e comunitário. As áreas inadequadas à moradia podem estar localizadas em sítios urbanos, rurais, centros de cidades, periferias e estarem sujeitas a: fatores de risco de vida (erosões, deslizamentos, enchentes, desmoronamentos, outros); insalubridade (lixões, favelas, cortiços, palafitas, outros); ou serem impróprias para moradia (área de proteção ambiental, outros). As consequências da não implementação do programa: manutenção do atual padrão de exclusão social, econômica e territorial e precarização da qualidade de vida da população de baixa renda. Os condicionantes favoráveis: vontade política em enfrentar o problema; intenção do Ministério da Cidade em realizar intervenções integradas; experiência consolidada no Ministério para atuar neste segmento; existência de instrumentos urbanísticos adequados previstos no Estatuto da Cidade. Os condicionantes desfavoráveis são: falta de estrutura e de capacitação das prefeituras para atuar neste segmento; processo demorado de intervenção; ausência de recursos suficientes.

1. PRINCIPAIS RESULTADOS OBTIDOS EM 2010

REGISTRE O GRAU DE ALCANCE DOS RESULTADOS ESPERADOS. O CAMPO JUSTIFICATIVA DEVE SER PREENCHIDO CASO O GRAU DE ALCANCE FIQUE ABAIXO DE 80%.

REGISTRE TAMBÉM OS PRINCIPAIS RESULTADOS TOMANDO POR BASE OS OBJETIVOS, METAS OU PRIORIDADES DESCRITAS NA MENSAGEM PRESIDENCIAL DE ENCAMINHAMENTO DO PPA 2008-2011, APRESENTADAS NO CAMPO INSTRUÇÕES (ACIMA). ALGUNS PROGRAMAS PODEM NÃO TER EXPLÍCITOS ESSES PARÂMETROS, PARA ESSES CASOS SERÃO APRESENTADAS AS INSTRUÇÕES GERAIS. NO DESENVOLVIMENTO DA RESPOSTA NÃO INDIQUE AÇÕES ORÇAMENTÁRIAS, MAS OS PRODUTOS E/OU SERVIÇOS ENTREGUES QUE CONTRIBUÍRAM PARA OS RESULTADOS OBTIDOS.

Atualmente, estão sendo investidos no Programa de Aceleração do Crescimento - PAC Habitação recursos fiscais da ordem de R\$ 13,3 bilhões, sendo R\$ 10,3 bilhões de recursos orçamentários da União e R\$ 3,0 bilhões de contrapartida dos Estados, Distrito Federal e Municípios. Desses, R\$ 4,1 bilhões estão alocados no Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social - FNHIS e R\$ 9,2 bilhões no PAC-PPI. As obras de urbanização de assentamentos precários concentram a maior parte dos recursos e representam a prioridade do PAC Habitação: são R\$ 11,9 bilhões, 90% do total, com previsão de que sejam beneficiadas cerca de 860 mil famílias. Outros recursos totalizando R\$ 1,1 bilhão são para provisão habitacional por meio do FNHIS, atendendo a aproximadamente 55 mil famílias. Esses dados não contemplam os valores alocados na seleção da segunda fase do PAC que serão apresentados nas ações específicas. Quanto ao financiamento ao setor público, o limite de crédito estabelecido pelo Conselho Monetário Nacional - CMN é, atualmente, de R\$ 5,5 bilhões destinados à contratação de projetos de urbanização de assentamentos precários e produção de novas habitações pelos entes federados que possuam capacidade de pagamento e endividamento. Até 2010 haviam sido contratadas 16 intervenções do Projetos Multisetoriais Integrados - PMI, e R\$ 889,5 milhões e 158 obras do Pró-Moradia, representando R\$ 4,2 bilhões. As obras de urbanização de assentamentos precários somam R\$ 4,03 bilhões (95 obras) representando 78,8% desse montante, atendendo 375 mil famílias.

OBTENÇÃO DOS RESULTADOS: Alcance entre 40% a 80% do esperado.

JUSTIFICATIVA: Embora muitos empreendimentos não estejam totalmente concluídos, várias etapas e metas intermediárias foram finalizadas e entregues à população, já trazendo benefícios à sociedade. As obras de urbanização exigem uma complexidade de intervenções, uma vez que a melhoria das condições de habitabilidade das famílias moradoras de assentamentos precários não pode ser vista como uma questão setorial, mas como um componente que interage fortemente com os demais condicionantes do desenvolvimento urbano, social e ambiental. Uma habitação digna compreende, além da edificação propriamente dita, a qualidade ambiental do meio e a inserção e integração com a cidade através da disponibilidade de infraestrutura urbana e de acessibilidade ao mercado de trabalho e aos equipamentos públicos. Assim, os projetos de urbanização de assentamentos precários inseridos no Programa de Aceleração do Crescimento - PAC contemplaram ações, obras e serviços visando proporcionar a superação das condições de precariedade dos assentamentos escolhidos, incorporando-os à cidade formal, com abordagem das questões urbana, habitacional, fundiária, social e ambiental. As obras de urbanização requerem, portanto, coordenação e capacidade de gestão elevadas dos entes executores, o que muitas vezes demora a ocorrer, o que acaba por gerar um baixo índice de conclusão dessas operações.

2. PARA CADA INDICADOR REGISTRE O ÍNDICE APURADO EM 2010 E A RESPECTIVA DATA DE APURAÇÃO. EM SEGUIDA, AVALIE A POSSIBILIDADE DE ALCANCE DO ÍNDICE PREVISTO PARA 2011.

ESSAS RESPOSTAS IRÃO COMPOR UM ANEXO ESPECÍFICO A SER ENCAMINHADO AO CONGRESSO NACIONAL.

O CAMPO "MEDIDAS CORRETIVAS NECESSÁRIAS" É OBRIGATÓRIO PARA PREENCHIMENTO QUANDO A POSSIBILIDADE DE ALCANCE FOR DIFERENTE DE "ALTA". ESSE CAMPO PERMITE NO MÁXIMO MIL CARACTERES.

O CAMPO "JUSTIFICATIVA" (NOVIDADE) É OBRIGATÓRIO PARA PREENCHIMENTO QUANDO UM OU MAIS CAMPOS A SEGUIR NÃO ESTIVEREM PREENCHIDOS: ÍNDICE DE REFERÊNCIA; ÍNDICE E DATA DE APURAÇÃO EM 2010; ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA (2011); POSSIBILIDADE DE ALCANCE DO ÍNDICE PREVISTO PARA 2011

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICE DE REFERÊNCIA (LINHA DE BASE)		ÍNDICE APURADO EM 2010		ÍNDICE PREVISTO PARA O FINAL DO PPA (2011)	POSSIBILIDADE DE ALCANCE DO ÍNDICE PREVISTO PARA 2011
	Índice	Data de Apuração	Índice	Data de Apuração		
Taxa de domicílios em assentamentos subnormais nas áreas urbanas - %	4,20	31/12/2005	4,25	12/2008	2,23	Média
Fonte: IPEA/IBGE com base nos microdados da PNAD mais recente						

Relatório Anual de Avaliação

Medidas corretivas necessárias: É necessária uma reformulação do indicador, pelos motivos expostos no item anterior. Sobre o indicador taxa de domicílios em assentamentos subnormais nas áreas urbanas, é possível ainda considerar, como hipótese para o aumento do índice atingido no exercício, o adensamento que vem sendo observado nos assentamentos subnormais de maneira geral, em virtude de, por um lado, haver melhoria da qualidade da habitabilidade dos assentamentos em urbanização, gerando também expectativa de melhoria naqueles ainda não urbanizados; e por outro lado, a ausência de alternativa habitacional regularizada compatível com a faixa de renda dessa população, o que veio a ser suprido, pelo menos parcialmente, pelo Programa Minha Casa Minha Vida - PMCMV. Deve ser considerado, ainda, que o Programa de Urbanização em questão não intervém apenas naqueles assentamentos cadastrados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE como subnormais, e sim, conforme definição de assentamentos precários contida nos normativos do programa e demanda dos tomadores.

Justificativa:

Taxa de domicílios urbanos em processos de regularização fundiária ocupados por famílias com renda de até 5 salários mínimos - %	2,24	31/12/2006			11,12	Muito Baixa
--	------	------------	--	--	-------	-------------

Fonte: IPEA/IBGE com base nos microdados da PNAD mais recente (ano 2000)

Medidas corretivas necessárias: É necessária uma reformulação do indicador, ou propiciar formas de sua obtenção por meio de pesquisas específicas.

Justificativa: O indicador não é aferido, pois o PNAD não descrimina os valores por faixa de renda. Conforme definido no Relatório Final do Grupo de Trabalho sobre Indicadores, instituído pela Portaria nº 458, de 12/11/2009, este deverá ser substituído.

Taxa de domicílios em assentamentos subnormais sem infra-estrutura urbana adequada - %	31,20	31/12/2005	14,79	12/2008	16,30	Alta
--	-------	------------	-------	---------	-------	------

Fonte: IPEA/IBGE com base nos microdados da PNAD mais recente

Medidas corretivas necessárias: O indicador no exercício refere-se à PNAD 2008, dado mais recente trabalhado pela Fundação João Pinheiro. Para este indicador cabe a observação anterior da não adequação da utilização de indicadores habitacionais macros.

Justificativa:

Taxa de domicílios em assentamentos subnormais com adensamento excessivo - %	10,50	31/12/2005	7,93	12/2008	1,50	Média
--	-------	------------	------	---------	------	-------

Fonte: IPEA/IBGE com base nos microdados da PNAD mais recente

Medidas corretivas necessárias: É necessária uma reformulação do indicador, uma vez que, a utilização de indicadores habitacionais macros não é adequada para se mensurar o impacto do programa visto que outros fatores influenciam a precariedade habitacional, tais como disponibilidade de crédito e produção habitacional, associadas a outros programas, e até conjuntura econômica. Ou seja, não há como isolar um único fator - investimento em urbanização e informar que essa é a causa do decréscimo do déficit. Além disso, o indicador no exercício refere-se à PNAD 2008, dado mais recente trabalhado pela Fundação João Pinheiro. Observa-se que os indicadores utilizados para o Programa são extraídos de estudos realizados pela Fundação João Pinheiro que utiliza microdados do censo demográfico de 2000, com atualização posterior baseada nas PNAD. Assim, além dos dados de fato só se confirmarem no próximo Censo, os índices da PNAD apurados em um ano referem-se ao ano anterior.

Justificativa:

Taxa de domicílios urbanos com irregularidade fundiária ocupados por famílias com renda até 5 salários mínimos - %	6,00	31/12/2002			0,00	Muito Baixa
--	------	------------	--	--	------	-------------

Fonte: IPEA/IBGE com base nos microdados da PNAD mais recente

Medidas corretivas necessárias: É necessária uma reformulação do indicador, ou propiciar formas de sua obtenção por meio de pesquisas específicas.

Justificativa: O indicador não é aferido, pois o PNAD não descrimina os valores por faixa de renda. Conforme definido no Relatório Final do Grupo de Trabalho sobre Indicadores, instituído pela Portaria nº 458, de 12/11/2009, este deverá ser substituído.

3. COBERTURA DO PÚBLICO ALVO

O público-alvo especifica o(s) segmento(s) da sociedade ao(s) qual(is) o programa se destina e que pode se beneficiar direta e legitimamente com sua execução. A parcela do público-alvo efetivamente coberta pelo Programa é conhecida como "beneficiários".

COBERTURA DO PÚBLICO ALVO: Alcance entre 40% a 80% do previsto.

JUSTIFICATIVA: É importante considerar, que as urbanizações de assentamentos precários são obras de grande envergadura e que exigem uma coordenação e capacidade de gestão elevadas dos entes executores. A maioria das intervenções em assentamentos precários, dada a complexidade dos problemas a serem enfrentados, leva em média, mais de um exercício para alcançar a sua efetividade em termos de conclusão e de beneficiamento pleno do público-alvo. No entanto, cabe destacar que, mesmo que as intervenções não estejam totalmente concluídas, várias etapas e metas intermediárias foram finalizadas e entregues à população, já trazendo benefícios à sociedade.

4. SATISFAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS

O PROGRAMA AVALIA A SATISFAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS? Sim.

GRAU DE SATISFAÇÃO DO USUÁRIO: Satisfeito.

JUSTIFICATIVA: Essa avaliação só pode ser feita de forma sistemática quando da conclusão das obras de urbanização, uma vez que está prevista, por meio o trabalho social, avaliação de pós-ocupação, tanto na área urbanizada, quando nas de nas urbanização e reassentamento. Esta ocorre durante os 6 meses de obra concluída. A resposta "satisfeito" foi marcada de forma empírica preliminar, considerando o resultado das entregas parciais

Relatório Anual de Avaliação

de serviços e unidades habitacionais que ocorrem no decorrer da implantação dos empreendimentos.

MECANISMOS UTILIZADOS E CONSEQÜÊNCIAS PARA O APERFEIÇOAMENTO DO PROGRAMA: Para avaliação da satisfação dos beneficiários será utilizada a Matriz de Indicadores elaborada para o Programa Habitar Brasil BID, já em fase de implementação nas operações concluídas e aperfeiçoamento com a parceria do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA.

5. ALÉM DA AVALIAÇÃO ANUAL DOS PROGRAMAS DO PPA, FOI REALIZADA OUTRA AVALIAÇÃO DESTE PROGRAMA? NÃO DEVEM SER CONSIDERADOS OS RELATÓRIOS DESTINADOS AO ATENDIMENTO DE DEMANDAS PROVENIENTES DE ÓRGÃOS DE CONTROLE INTERNO E EXTERNO.

EM CASO DE RESPOSTA POSITIVA OU NA EXISTÊNCIA DE AVALIAÇÃO EM ANDAMENTO, INFORME:

- A) INSTITUIÇÃO(ÕES) AVALIADORA(S);
- B) ESCOPO DA AVALIAÇÃO (ASPECTOS DO PROGRAMA QUE FORAM AVALIADOS);
- C) ANO DE TÉRMINO OU DE PREVISÃO DE TÉRMINO DA AVALIAÇÃO;
- D) PRINCIPAIS RESULTADOS, CONCLUSÕES, RECOMENDAÇÕES E COMENTÁRIOS ADICIONAIS.

Sim.

INSTITUIÇÃO(ÕES) AVALIADORA(S):

A Casa Civil, por meio da Subchefia de Articulação e Monitoramento - SAM/CC avalia o Balanço do PAC, realizado quadrimestralmente.

ESCOPO DA AVALIAÇÃO (ASPECTOS DO PROGRAMA QUE FORAM AVALIADOS):

Desempenho das operações em termos de início e andamento de obra, assim como os principais gargalos a serem superados para melhor desempenho destas.

ANO DE TÉRMINO OU DE PREVISÃO DE TÉRMINO DA AVALIAÇÃO:

O Balanço do PAC é realizado quadrimestralmente, sendo que o último sido realizado refere-se aos dados de 31-10-2010. Em março de 2010 foi também editada a publicação intitulada "Urbanização de Favelas: a experiência do PAC", com balanço das ações desde 2007. Esta publicação foi motivada pela realização do V Fórum Urbano Mundial, no Rio de Janeiro e representou um esforço de sistematização dos conceitos, diretrizes, normas e procedimentos do programa.

PRINCIPAIS RESULTADOS, CONCLUSÕES, RECOMENDAÇÕES E COMENTÁRIOS ADICIONAIS:

O PAC tem sido uma ação fundamental para manter o planejamento dos investimentos necessários ao crescimento econômico permanente do país, além do reconhecimento de que estados e municípios só investem em planos e projetos se houver perspectiva de captação de recursos junto a União. Por isso que, em 2007, as operações selecionadas tiveram um início de obra tardio e só a partir disso que as administrações locais se estruturaram para o desenvolvimento das intervenções. Com o dado referente a 2009, é possível inferir que as melhorias que vem sendo realizadas, inclusive no processo seletivo das propostas, com a introdução da etapa de entrevistas técnicas para verificar adequação e nível de desenvolvimento de projeto, trouxe maior celeridade para início de obra, e maior qualidade nas intervenções.

6. O PROGRAMA POSSUI MECANISMOS QUE PROMOVEM A PARTICIPAÇÃO SOCIAL?

EM CASO DE RESPOSTA POSITIVA, INDIQUE QUAL(AIS) O(S) MECANISMO(S) ADOTADO(S). JUSTIFIQUE. É ACEITÁVEL MAIS DE UMA MARCAÇÃO.

- A) OUVIDORIA;
- B) AUDIÊNCIA PÚBLICA;
- C) CONSULTA PÚBLICA;
- D) REUNIÃO COM GRUPOS DE INTERESSE;
- E) DISCUSSÃO EM CONSELHO SETORIAL;
- F) CONFERÊNCIAS REGIONAIS E NACIONAIS;
- G) OUTROS (ESPECIFIQUE).

COMENTÁRIOS ADICIONAIS (CAMPO NÃO OBRIGATÓRIO PARA A CONCLUSÃO DO

O PROGRAMA APRESENTA MECANISMOS DE PROMOÇÃO DA PARTICIPAÇÃO SOCIAL? Sim.

REUNIÃO COM GRUPOS DE INTERESSE:

O trabalho social é item obrigatório nos projetos habitacionais geridos pelo Ministério das Cidades. Nas obras de urbanização ele se realiza concomitantemente às obras e durante seis meses após sua conclusão, período no qual é realizada a avaliação pós-ocupação. O trabalho social nas intervenções visa promover a autonomia, o protagonismo social e inclui duas dimensões. Por um lado, estabelecendo as mediações sociais necessárias para a viabilização das intervenções, por meio de mecanismos que assegurem a participação das famílias nas decisões de projeto e no acompanhamento das obras, contribuindo ao mesmo tempo para a organização da população beneficiada e formação de lideranças. Por outro lado, fomentando o desenvolvimento socioeconômico das comunidades, por meio de ações educativas e de enfrentamento das vulnerabilidades diagnosticadas, bem como mediante a promoção e/ou articulação com programas de qualificação profissional, de apoio ao cooperativismo e de geração de trabalho e renda, a partir da análise das demandas e potencialidades locais.

DISCUSSÃO EM CONSELHO SETORIAL:

O MCidades instituiu o Conselho das Cidades, que reúne representantes de entidades de movimentos populares, trabalhadores, empresários, ONGs e entidades acadêmicas e profissionais, com a missão de assessorar e propor diretrizes para o desenvolvimento urbano, políticas de habitação, saneamento ambiental, trânsito, transporte e mobilidade urbana. É um instrumento que assegura a participação cidadã nas decisões sobre as políticas públicas. Além disso, com a implementação do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social - FNHIS, que atua concomitantemente, desde 2006, o Conselho Gestor do FNHIS, órgão de caráter deliberativo que contempla a participação de órgãos e entidades do Poder Executivo e representantes da sociedade civil ligados à área de habitação.